

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E  
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – MPPGAV

LUCIANA DÉLIA DANTAS DE MEDEIROS

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: O caso do MedioTec na  
Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraíba**

JOÃO PESSOA - PB

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E  
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – MPPGAV

LUCIANA DÉLIA DANTAS DE MEDEIROS

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: O caso do MedioTec na  
Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraíba**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior /Mestrado Profissional - MPPGAV da Universidade Federal da Paraíba como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: Avaliação e Financiamento da Educação Superior.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Paula Furtado Soares Pontes

JOÃO PESSOA - PB

2020

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

M488e Medeiros, Luciana Delia Dantas de.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: O caso do MedioTec na Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraíba / Luciana Delia Dantas de Medeiros. - João Pessoa, 2020.

128 f. : il.

Orientação: Ana Paula Furtado Soares Pontes.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. MedioTec. 2. Pronatec. 3. Financiamento. 4. Educação do Trabalhador. I. Pontes, Ana Paula Furtado Soares.  
II. Título.

UFPB/BC

LUCIANA DÉLIA DANTAS DE MEDEIROS

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: O caso do MedioTec na  
Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraíba**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior /Mestrado Profissional - MPPGAV da Universidade Federal da Paraíba como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Paula Furtado Soares Pontes

Aprovada em: 27 / 02 / 2020

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Paula Furtado Soares Pontes (Orientadora)

  
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria da Sállete Barboza de Farias (Membro Interno/MPPGAV/UFPB)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Wilson Honorato Aragão (Membro Externo/PPGE/UFPB)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Luiz de Sousa Junior (Membro Suplente/MPPGAV/UFPB)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter permitido que eu chegasse até aqui, pelas oportunidades dadas a mim que tantos outros não têm.

À minha família, que por muitas vezes precisou abdicar da minha companhia para que eu pudesse me dedicar a minha pesquisa e que não deixou de me incentivar em nenhum momento.

Aos professores do MPPGAV pelo conhecimento transmitido, em especial, à professora Ana Paula Furtado, minha orientadora, que mesmo eu tendo caído de paraquedas em sua vida, me recebeu de braços abertos.

Ao professor Gerson da Silva Ribeiro pela disposição ímpar em ajudar não só a mim, mas a todos os alunos que buscam apoio nos trâmites da Plataforma Brasil.

Aos parceiros do MedioTec que dividiram comigo a experiência singular de participar de um programa tão vitorioso.

Aos meus colegas da turma IV pela amizade e por compartilharmos do mesmo sonho.

Gratidão a todos!

*“Se toda forma de ação do homem sobre a natureza para transformá-la é trabalho, então todas as formas de educação se constituem em educação para o trabalho, e têm, ao mesmo tempo, uma dimensão teórica e uma dimensão prática”.*

*(KEUNZER, 1997)*

## RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo analisar o desenvolvimento do Programa MedioTec na Escola Técnica de Saúde vinculada à Universidade Federal da Paraíba, contemplando aspectos pedagógicos e financeiros, compreendido como uma política de educação profissional. Para isso, discutiu-se a compreensão dos profissionais envolvidos na vivência do Programa na Instituição no seu curto período de existência (julho/2017 a julho/2019), as contribuições, dificuldades e resultados apresentados. A fundamentação teórica contempla discussões sobre a evolução da educação profissional no Brasil avançando até o surgimento do Programa, a partir de autores como Frigotto e Ciavatta (2003), Kuenzer (1997), Macedo (2017), Manfredi (2002), Moura (2007), Pires (2005), dentre outros. A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa do tipo estudo de caso, com características descritivas. Os procedimentos utilizados incluem revisão bibliográfica e análise documental, a aplicação de questionários estruturados na ferramenta *online Google Docs* – formulários, enviados através do aplicativo *WhatsApp* aos egressos e aos profissionais (professores, mediadores, coordenadores e equipe multidisciplinar), responsáveis pela gestão e execução do MedioTec na unidade pesquisada. Concluímos com base na avaliação dos sujeitos participantes do Programa, que apesar da taxa de evasão ter sido de 39,35%, o MedioTec teve uma avaliação satisfatória. Dentre aspectos positivos destacamos a qualidade da equipe pedagógica e a preparação para o mercado de trabalho. Por ter sido a primeira experiência da UFPB na oferta de vagas do Programa, identificamos algumas dificuldades ocorridas, como insuficiência de aulas práticas e problemas na infraestrutura dos polos de apoio e no transporte de alunos, porém relacionamos as sugestões de melhoria para as próximas edições do MedioTec na UFPB. É essencial destacar a importância do Programa para a população menos favorecida e as oportunidades que ele traz para os alunos atendidos.

Palavras-Chave: MedioTec. Pronatec. Financiamento. Educação do trabalhador.

## ABSTRACT

The aims of this research was to analyze the development of the MedioTec Program at the Technical School of Health linked to the Federal University of Paraíba, covering pedagogical and financial aspects, such as a professional education policy. In order to do so, we discuss the understanding of the professionals involved in the MedioTec Program in its short period of existence (July / 2017 to July / 2019), as well as their contributions, difficulties and results presented. The theoretical foundation includes discussions on the evolution of professional education in Brazil, advancing until the development of the program through authors such as Frigotto and Ciavatta (2003), Kuenzer (1997), Macedo (2017), Manfredi (2002), Moura (2007)), Pires (2005), among others. This research followed a qualitative approach of the case study type, with descriptive characteristics. The procedures used in this research include bibliographic review and document analysis, application of structured questionnaires in the online tool Google Docs - forms, sent through the WhatsApp application in the group formed by graduates and professionals (teachers, mediators, coordinators and multidisciplinary team), responsible for management and execution MedioTec in the researched unit. We concluded, based on the evaluation of the participants in the program, that although the dropout rates were 39.35%, MedioTec had a satisfactory evaluation. Among the positive aspects we highlight the quality of the pedagogical team and the preparation for the job market. As it was UFPB's first experience in offering vacancies in the Program, some difficulties could be identified, such as lack of practical classes and problems in the infrastructure of the support centers and in the transportation of students, but this paper listed some suggestions for improvement for MedioTec editions at UFPB. It is essential to highlight the importance of the Program for the less favored population and the opportunities it brings to the students served.

Keywords: MedioTec. Pronatec. Financing. Worker Education

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Expansão da Rede Federal da Educação Profissional e Tecnológica.....	34
Figura 2 - Modalidades de Cursos Oferecidos pelo Bolsa-Formação.....	38
Figura 3 - Fórmula de Cálculo para Financiamento Bolsa-Formação.....	39
Figura 4 - Convocação da ETS/UFPB para matrículas do MedioTec.....	50
Figura 5 - Palestra Motivacional promovida pela coordenação adjunta .....	69
Figura 6 - Aula Prática Disciplina Agravos e Doenças na 3ª idade .....	71
Figura 7 - Aula prática de Imunologia: teste rápido HIV, ELISA e PCR.....	79
Figura 8 - Aula prática de Coleta de sangue.....	79

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Avaliação dos alunos em relação ao curso de análises clínicas.....	83
Gráfico 2 - Grau de preparação dos alunos após conclusão do curso .....	83
Gráfico 3 - Nível de escolaridade dos profissionais .....	87

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Fontes Documentais e Bibliográficas.....	22
Quadro 2 - Cursos e vagas ofertadas pelo MedioTec/UEPB.....	48
Quadro 3 - Funções X Valor pago por hora trabalhada.....	50
Quadro 4 - Cronograma financeiro 2018-2019 .....	52

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantitativo de sujeitos da pesquisa .....	24
Tabela 2 - Recursos investidos no PRONATEC – 2015 a 2018 .....	36
Tabela 3 - Recursos Pronatec liberados para o sistema S em 2018.....	40
Tabela 4 - Orçamento aprovado pelo FNDE para o MedioTec/UFPB (2017-2018).....	52
Tabela 5 - Execução orçamentária agosto/2017 a dezembro/2017 .....	54
Tabela 6 - Execução financeira 2017 (em reais) .....	55
Tabela 7 - Execução orçamentária janeiro/2018 a dezembro/2018.....	56
Tabela 8 - Execução financeira 2018 (em reais) .....	56
Tabela 9 - Resumo da execução orçamentária e financeira.....	58
Tabela 10 - Índice de evasão e de aprovação – unidade ETS/UFPB .....	72
Tabela 11 - Amostra da pesquisa por polo .....	75
Tabela 12 - Perfil dos respondentes.....	75
Tabela 13 - Motivos que levaram os alunos ingressar no MedioTec .....	77
Tabela 14 - Motivos que poderiam levar os alunos à desistência .....	80
Tabela 15 - Pontos positivos do Programa MedioTec.....	82
Tabela 16 - Contribuições para vida pessoal e profissional .....	85
Tabela 17 - Quantidade de sujeitos participantes da pesquisa por função .....	86
Tabela 18 - Quantidade de sujeitos participantes da pesquisa por polo de atuação .....	87
Tabela 19 - Motivos que influenciaram o ingresso e/ou permanência dos alunos .....	89
Tabela 20 - Causas da evasão escolar.....	90

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAVN – Colégio Agrícola Vidal de Negreiros

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CNCT – Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

EaD – Educação à Distância

E-TEC - Escola Técnica Aberta do Brasil

ETS – Escola Técnica de Saúde

FIC - Formação Inicial e Continuada

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IF – Instituto Federal

MEC – Ministério da Educação

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PNE – Plano Nacional de Educação

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SENAC - O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
1.1	JUSTIFICATIVA .....	19
1.2	PROBLEMATIZAÇÃO .....	20
1.3	OBJETIVOS DA PESQUISA .....	20
<b>1.3.1</b>	<b>Objetivo Geral .....</b>	<b>20</b>
<b>1.3.2</b>	<b>Objetivos Específicos.....</b>	<b>20</b>
1.4	METODOLOGIA DA PESQUISA .....	20
1.5	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	24
<b>2</b>	<b>EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E O SURGIMENTO DO MEDIOTEC: ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS.....</b>	<b>25</b>
2.1	SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL .....	25
2.2	EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA .....	31
2.3	O PRONATEC E SUAS AÇÕES.....	35
2.4	MEDIOTEC: FORMAÇÃO PARA O MERCADO .....	41
<b>3</b>	<b>O PROGRAMA MEDIOTEC NA UFPB.....</b>	<b>45</b>
3.1	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-FINANCEIRA .....	51
3.2	CURSOS DO MEDIOTEC OFERECIDOS PELA ETS/UFPB.....	60
<b>3.2.1</b>	<b>Técnico em Análises Clínicas .....</b>	<b>61</b>
<b>3.2.2</b>	<b>Técnico em Cuidado de Idosos.....</b>	<b>61</b>
<b>3.2.3</b>	<b>Técnico em Guia de Turismo .....</b>	<b>62</b>
<b>3.2.4</b>	<b>Técnico em Meio Ambiente .....</b>	<b>64</b>
3.3	ASPECTOS PEDAGÓGICOS .....	64
<b>4</b>	<b>MEDIOTEC NA ETS/UFPB: COMPREENSÃO DOS EGRESSOS E PROFISSIONAIS DO CURSO DE ANÁLISES CLÍNICAS .....</b>	<b>74</b>
4.1	DOS EGRESSOS .....	74
4.2	DOS PROFISSIONAIS .....	86
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>95</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>99</b>
	LISTA DE APÊNDICES .....	107
	LISTA DE ANEXOS .....	120

## 1 INTRODUÇÃO

No ano de 1997 concluímos o curso técnico de contabilidade, à época ainda equivalente ao ensino médio, formação essa que possibilitou nosso ingresso no mercado de trabalho. Aos dezessete anos ingressamos num escritório contábil onde adquirimos experiência suficiente para enfrentarmos um mercado ainda mais específico, o da contabilidade bancária. Nesse ramo trabalhamos durante treze anos e foi nele que alcançamos destaque e reconhecimento profissional. A formação técnica não nos impediu de dar o próximo passo, o ensino superior, ao contrário, o conhecimento adquirido foi essencial no nosso desempenho acadêmico no curso Bacharelado em Ciências Contábeis e, posteriormente, na Especialização em Auditoria Fiscal-Contábil.

O interesse pela pesquisa surgiu a partir do momento que atuamos no Programa MedioTec na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), especificamente na unidade Escola Técnica de Saúde (ETS), no setor de contabilidade, no seu curto período de existência na Instituição (outubro/2017 a julho/2019). Durante esse período, passamos a nos interessar pela problemática relacionada à educação profissional por perceber, através de depoimentos dos sujeitos beneficiados, a oportunidade que eles tiveram de alcançar uma formação até então não disponível. E diante da experiência vivenciada, surgiu o nosso interesse em analisar o desenvolvimento do Programa MedioTec na ETS, através da compreensão dos sujeitos envolvidos, desde os seus alunos até os seus colaboradores.

A expressão “educação/formação profissional” refere-se a processos/percursos que visam à aquisição e ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, destrezas para o desempenho de ocupações, profissões e ofícios, em diferentes campos e níveis de atuação, relativos à produção de bens e serviços (materiais e culturais) em uma sociedade historicamente situada. (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2010).

É importante considerar que, durante muito tempo, a educação foi privilégio exclusivo para poucos que dispunham de tempo e dinheiro. Para os demais, educação significava aprender imitando os mais velhos, o conhecimento era transmitido através da experiência deles. No Brasil, a ideia de educação, historicamente, é de que o ensino primário deve ser seguido pelo secundário e complementado pelo superior, sendo nesta última etapa o momento no qual o aluno deveria optar por uma profissão. Porém, é sabido que até 1932 o sistema escolar oferecia já no ensino primário opções de atividades profissionalizantes.

Para Pires (2005, p. 14):

No contexto da sociedade mercantil de caráter ou vocação burguesa, em períodos de transição, atribuem-se papéis específicos à educação, tentando adequá-la de modo a que contribua o mais diretamente possível nos esforços de mudança empreendidos por certos grupos sociais hegemônicos ou em via de sê-los.

As primeiras evidências do que hoje identificamos como as origens da educação profissional no Brasil surgem a partir do século XIX, no ano de 1809, através da promulgação de um Decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI, que criou o Colégio das Fábricas, um estabelecimento de aprendizagem manufatureira e de produção, que tinha o objetivo de socorrer à subsistência e educação de alguns artistas e aprendizes vindos de Portugal, enquanto não se empregassem nos trabalhos das fábricas de particulares.

A história nos mostra que a educação profissional recebeu forte influência de fatores econômicos. Na fase colonial não havia tanta preocupação com a formação da classe trabalhadora, já que a exploração de matéria-prima não exigia mão de obra qualificada. Na fase industrial, já no século XX, observa-se que a sociedade começa a se preocupar com a qualidade da mão de obra e se inicia nas casas que acolhiam crianças abandonadas o ensino teórico-prático de técnicas industriais. Franco e Sauerbronn (1984, p. 11) destacam:

A formação técnico-profissional não surge do nada, não é uma obra do acaso e tampouco pode ser compreendida isoladamente. Isto porque a formação técnico-profissional surge e se desenvolve *pari passu* com as exigências concretas postas pelo desenvolvimento histórico social e, nesse sentido, surge como uma tentativa de dar respostas a problemas específicos colocados pela sociedade.

Se antes o saber fazer era visto como um trabalho meramente mecânico, atualmente se compreende a complexidade das atividades técnicas, que requer uma formação teórico-prática mais consistente. Mesmo assim o Brasil está longe de apresentar índices comparáveis aos países desenvolvidos, como na Alemanha, por exemplo, que tem uma preocupação com a manualização das atividades produtivas.

A Alemanha possui um sistema dual de formação profissional, desenvolvido por meio de parceria com empresas que fornecem instrutores responsáveis pela parte prática da educação, já que a teoria é aprendida na escola. Essa proposta articula a aula teórica na escola com a formação prática em diversas empresas nacionais e multinacionais que financiam seus estudos e lhes pagam um salário durante o programa. Teoria e prática articuladas são as linhas mestras para o seu futuro profissional. Nas empresas eles percorrem de forma rotativa as

diversas áreas. Esse modelo investe na formação dos alunos tanto no que tange à cidadania, como também no que diz respeito a seus atributos para o mercado de trabalho<sup>1</sup>.

Muitos autores, como Kuenzer (2007), criticam a educação profissional desenvolvida no contexto do Toyotismo<sup>2</sup>. Para a pesquisadora, o foco que prevalece é a preparação dos trabalhadores para atuar em todas as fases do processo produtivo, mas sem um domínio dos fundamentos científicos e tecnológicos que fundamentam a produção moderna. Tal perspectiva de formação é superficial e resulta em uma certificação vazia que prioriza os interesses do mercado de trabalho, atendendo aos interesses privados dos empresários, em detrimento de um benefício educacional para a população em geral.

No entanto, a educação profissional deve ser significativa para os estudantes, que esperam que a teoria estudada faça sentido e se articule dinamicamente com a prática, para que assim se sintam atraídos por aquela formação. Ações como aulas práticas de robótica, por exemplo, fazem com que os alunos percebam que o assunto estudado na matemática e na física pode ser materializado.

Além disso, é importante que, além de pensar na demanda do mercado, seja considerado também o interesse do trabalhador, é necessário respeitar as aptidões e vontades dele. Para tal, é preciso perceber a necessidade do desenvolvimento de habilidades básicas, portanto essenciais, nos diversos profissionais que atuam ou que venham a atuar na área pretendida, sendo pertinente também desenvolver nesses profissionais competências que envolvam habilidades pessoais e interpessoais, sendo alguns desses aspectos previstos no ensino médio.

Para a ampliação da oferta da educação profissional, a educação à distância – EaD vem ganhando espaço também nessa modalidade educacional, tendo em vista beneficiar uma gama muito maior de pessoas, que por motivos diversos, como a necessidade que elas tem de trabalhar numa jornada diária exaustiva ou ainda a ausência de instituições de ensino na região onde moram, não conseguem manter-se em curso na modalidade presencial. A

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2016/08/08/como-funciona-o-bem-sucedido-ensino-tecnico-da-alemanha/>. Acesso em: 27 jun. 2019.

<sup>2</sup> Sistema criado pelo Japão na década de 1950 e que se baseia num modo de produção flexível. Caracteriza-se pela adoção da automação industrial, na qual passou-se a usar máquinas sofisticadas que poderiam ser operadas por um único funcionário; produção por demanda que evitaria o desperdício de matéria-prima e a manutenção de estoque pequeno, o que exige menor espaço de armazenamento; *Just in time*, passando a terceirização da mão de obra, delegando a produção a outras empresas, o que faz com que o produto final chegue à fábrica apenas no momento da venda; divisão de trabalho em equipes lideradas por um indivíduo responsável por controlar o tempo da produção e ditar o ritmo de trabalho, o que leva à competição entre equipes numa mesma fábrica, tornando a produção mais eficiente. O modelo toyotista investe em educação, qualificando a mão de obra para o domínio da tecnologia, o que agrega maior valor ao seu produto final.

permanente procura por qualificação profissional faz com que aumente cada vez mais o número de interessados em ingressar nesta modalidade de ensino.

A EaD está cada vez mais presente na vida das pessoas. Instituída através do artigo 80 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, o qual dispõe que “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”, só foi regulamentada pelo Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Essa modalidade de ensino passou pela era do correio, do rádio e da televisão, e hoje se utiliza da internet para disseminar conhecimento para todo e qualquer indivíduo, principalmente, para o público mais marginalizado.

A EaD é o aprendizado que ocorre habitualmente em um lugar diferente do local do ensino, e exige o uso de metodologias especiais desde a criação do curso até o processo de instrução propriamente dito, além da comunicação por meio de várias tecnologias e definições organizacionais e administrativas diferenciadas, se destacando pela facilidade de alcance do aluno em qualquer parte do mundo, face ao advento da globalização e das novas tecnologias que surgem todos os dias. Dessa forma, os cursos à distância oferecem novos pontos de vista ao aluno, pois ampliam seu aprendizado, mostrando novas possibilidades para a sua atuação no mundo do trabalho.

Para Alves (2011, p. 90):

A Educação a Distância pode ser considerada a mais democrática das modalidades de educação, pois se utilizando de tecnologias de informação e comunicação transpõe obstáculos à conquista do conhecimento. Esta modalidade de educação vem ampliando sua colaboração na ampliação da democratização do ensino e na aquisição dos mais variados conhecimentos, principalmente por esta se constituir em um instrumento capaz de atender um grande número de pessoas simultaneamente, chegar a indivíduos que estão distantes dos locais onde são ministrados os ensinamentos e/ou que não podem estudar em horários pré-estabelecidos.

O emprego de novas tecnologias da informação tem delineado um novo cenário no processo ensino-aprendizado, parte significativa desta transformação está relacionada ao uso da Educação à Distância, como forma de atingir novos públicos por meio de metodologias inovadoras para o ensino, onde o aluno é sujeito ativo no processo de construção do conhecimento.

Nesse cenário, sendo responsável pela indução de políticas educacionais da Educação Profissional, o Ministério da Educação - MEC reforça a implementação do Ensino a distância, com o propósito da oferta da educação profissional técnica de nível médio na modalidade de Educação a distância articulado, de forma concomitante, destinada aos alunos que estejam cursando o Ensino Médio presencial regular.

Nesse contexto, nasce o Programa MedioTec do governo federal. É uma ação do MEC que visa ampliar e democratizar a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no país através da promoção de cursos técnicos na modalidade à distância aos alunos regularmente matriculados no ensino médio nas redes públicas de educação, articulado com o setor produtivo.

O Programa foi instituído pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011 e Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011, e prevê a concessão de bolsas para formação desses estudantes, através de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, como também transferência de recursos para as instituições ofertantes, abrangendo todas as despesas de custeio das vagas, tais como: mensalidades, materiais didáticos e encargos educacionais, o fornecimento de alimentação e transporte aos estudantes, entre outros.

Conforme o site do MEC, o objetivo do Programa é permitir a capacitação profissional inicial e continuada em paralelo às aulas, preparando os estudantes para que estejam prontos para o mercado de trabalho através do estímulo à oferta de educação profissional e tecnológica, na modalidade à distância, em rede nacional. Sua missão é de garantir que o estudante do ensino médio, após concluir essa etapa de ensino, esteja apto a se inserir no mundo do trabalho e renda. (BRASIL<sup>3</sup>,2019)

Nessa pesquisa, buscamos analisar o desenvolvimento do Programa MedioTec ligado à Rede e-Tec Brasil, no âmbito da Universidade Federal da Paraíba, oferecido pela primeira vez por esta instituição. Trata-se de um Programa que oferece formação técnica a pessoas com limitações para acesso à educação superior, seja pela precária formação básica, seja pela falta de condições financeiras para acesso ao ensino privado, ou ainda pelas fronteiras geográficas, por residirem em regiões de difícil acesso.

Neste sentido, foram discutidas questões relativas à educação profissional no Brasil, com ênfase sobre o Programa MedioTec e sua perspectiva de inclusão social, avançando para a análise da compreensão dos alunos e dos profissionais ligados ao Programa e os resultados por eles gerados no período de oferta do curso, compreendido entre os meses de julho/2017 a julho/2019.

---

<sup>3</sup> Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br) Acesso em: 27 jun. 2019

## 1.1 JUSTIFICATIVA

Os dois últimos finais de século da história brasileira foram marcados por fortes demandas por redirecionamento na política educacional, sempre sob forte pressão da conjuntura marcada por mudanças socioeconômicas, políticas e culturais. (PIRES, 2005).

Com a recente mudança no ensino médio e com o crescimento da educação à distância no Brasil, surgem novas oportunidades para a população, principalmente para as classes menos favorecidas. Sendo assim, o MedioTec apresenta-se como oportunidade de inclusão social para esses alunos.

Apesar da ideia geral de que o ensino profissional não objetiva formar indivíduos intelectuais e sim, sujeitos preparados para atender às necessidades do mercado, não é difícil encontrarmos entre esses alunos, cientistas, artistas e líderes políticos, sobretudo por conta da integração destas diversas dimensões durante sua formação, ou seja, concluir o ensino profissional não significa que esses indivíduos não possam ter acesso à educação superior, que não possam ir além do que essa formação oferece. Quando o curso é de boa qualidade, nada é perdido.

A relevância desse estudo se dá por ser um Programa relativamente novo, havendo carência de trabalhos voltados para o tema específico, sendo assim, a pesquisa mostra-se necessária. Ademais, devido referir-se à experiência inicial da UFPB na oferta desses cursos, surge a necessidade de problematizar seus resultados, bem como sugerir possíveis correções, a fim de que se possa discutir a sua continuidade.

Considerando que a ideia de ofertar os cursos do MedioTec na UFPB surgiu da iniciativa da direção da ETS/UFPB, *a priori* esta pesquisa seria desenvolvida com os sujeitos envolvidos nos quatro cursos oferecidos por esta unidade: Técnico em Análises Clínicas, Técnico em Cuidado de Idosos, Técnico em Guia de Turismo e Técnico em Meio Ambiente. Porém, frente às dificuldades encontradas em relação à disponibilidade de dados, principalmente no que diz respeito aos alunos, optou-se por estudar apenas o curso de Análises Clínicas, que apresentou maior êxito ao final do Programa, reunindo mais informações sobre seu desenvolvimento.

## 1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

Diante do exposto, pode-se levantar a seguinte indagação: *Como se deu o desenvolvimento do Programa MedioTec na Escola Técnica de Saúde da UFPB?*

Dessa forma, para responder a essa questão elencamos os seguintes objetivos:

## 1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

### 1.3.1 Objetivo Geral

- Analisar o desenvolvimento do Programa MedioTec no âmbito da ETS/UFPB.

### 1.3.2 Objetivos Específicos

- Apresentar panorama legal e histórico da educação profissional no Brasil e o MedioTec;
- Analisar a proposta pedagógica do MedioTec na ETS/UFPB;
- Demonstrar a execução financeira do MedioTec no âmbito da ETS/UFPB;
- Discutir a implementação do Programa a partir da compreensão dos sujeitos envolvidos.

## 1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste tópico será apresentado como se deu o trajeto metodológico da pesquisa a fim de alcançar os objetivos propostos e responder ao problema da pesquisa.

A Metodologia é compreendida como uma disciplina que consiste em estudar, compreender e avaliar os vários métodos disponíveis para a realização de uma pesquisa acadêmica. Em um nível aplicado, examina, descreve e avalia métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e à resolução de problemas e/ou questões de investigação. (PRODANOV; FREITAS, 2013)

O presente estudo é de natureza fenomenológica com abordagem qualitativa, baseado num estudo de caso, com características descritivas, pois pretende analisar o desenvolvimento do Programa MedioTec no âmbito da ETS/UFPB, buscando entendê-lo a partir da compreensão dos participantes, alunos e profissionais, sobre o fenômeno que os cercavam e de suas experiências, como eles perceberam a realidade na qual estavam inseridos.

Na pesquisa qualitativa os pesquisadores se preocupam com todo o processo e não apenas com os resultados e produtos. Para Creswell (2014), “o relatório final ou a apresentação incluem as vozes dos participantes, a reflexão do pesquisador, uma descrição complexa e interpretação do problema e sua contribuição para a literatura ou um chamado à mudança”. (CRESWELL, 2014, p. 49-50)

Quanto à natureza, a pesquisa é aplicada, já que, conforme destacam Silveira e Córdova (2009), objetiva gerar conhecimentos para aplicações práticas dirigidas à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais. Isso pode ser observado pelo fato de a pesquisa ter se proposto diagnosticar os problemas e apresentar os resultados da execução do Programa MedioTec na ETS/UFPB, o que poderá subsidiar decisões quanto à pertinência de sua continuidade e em que termos se mostra mais adequada.

Quanto aos objetivos, o trabalho pode ser caracterizado como descritivo, pois, conforme caracteriza Triviños (1987), o estudo descritivo exige do pesquisador uma delimitação precisa de técnicas, métodos, modelos e teorias que orientarão a coleta e interpretação dos dados, cujo objetivo é conferir a validade científica da pesquisa. Assim, nossa pesquisa contextualizou a evolução da educação profissional brasileira, passando pela criação do Pronatec e pela ação que é foco deste trabalho, o MedioTec, chegando à implementação deste Programa na ETS/UFPB, mais especificamente no Curso Técnico em Análises Clínicas.

“A grande maioria dessas pesquisas envolve: levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que estimulem a compreensão” (GIL, 2008). Nesse sentido, a pesquisa foi dividida em três etapas: na primeira, no período de janeiro de 2019 a agosto de 2019, realizamos o estudo exploratório com o levantamento de documentos importantes para caracterização da educação profissional, bem como do Programa MedioTec no Brasil e na UFPB. A segunda etapa, de setembro de 2019 a novembro de 2019, consistiu no levantamento do quantitativo de sujeitos que participariam da pesquisa, bem como na definição do instrumento a ser aplicado. Na terceira e última etapa, de janeiro de 2020 a fevereiro de 2020, os questionários foram aplicados. A partir da coleta dos dados, procedemos à categorização e análise utilizando a técnica de análise de conteúdo.

No desenvolvimento do presente estudo foram utilizadas as pesquisas documental e bibliográfica. Em relação à primeira, que se baseia em materiais que ainda não receberam tratamento analítico (BEUREN, 2006), foram analisados documentos como: legislação específica, manuais do MEC, relatórios de atividades dos profissionais ligados diretamente

aos alunos (professores, mediadores, coordenadores, assistente social, pedagogo), projetos pedagógicos dos cursos – PPC's, além dos relatórios extraídos dos sistemas Tesouro Gerencial e Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)<sup>4</sup>. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida através de consulta a referenciais teóricos já publicados, buscados nos acervos das Bibliotecas da UFPB, bem como no Banco de Teses e Dissertações da Capes, site do CNPq, plataforma *Scielo*, dentre outros. Nesses termos, realizamos o acesso e a análise de produções de autores e de legislações diversas, conforme quadro 01 a seguir:

**Quadro 1 - Fontes Documentais e Bibliográficas**

Tema	Autores e legislações
Metodologia da Pesquisa	Bardin (2011); Beuren (2006); Creswell (2014); Gil (2008); Prodanov e Freitas (2013); Silveira e Córdova (2009); Triviños (1987).
Educação Profissional e à distância	Autores: Alves (2011); Franco e Sauerbronn (1984); Frigotto e Ciavatta (2003); Kuenzer (1997); Kuenzer (2007); Macedo (2017); Manfredi (2002); Moura (2007); Oliveira e Cóssio (2013); Otranto (2011); Pires (2005).  Legislação: Decreto nº 5.154/2004; Lei nº 11.195/2005; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 9.394/1996 (lei de Diretrizes e Bases da Educação).
Pronatec e MedioTec	Feres (2015); Lima (2012); Santos e Azevedo (2018).  Legislação: Lei nº 12.513/2011; Manual de Gestão do Bolsa-Formação do MEC, Catálogo Nacional de Cursos Técnicos/Setec/Mec.

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2019.

Ademais, foram aplicados questionários aos egressos do Curso de Análises Clínicas buscando a compreensão deles em relação ao Curso e às oportunidades geradas pela formação, bem como aos profissionais que atuaram no mesmo Curso (professores, coordenadores, mediadores, equipe de apoio) a fim de analisar a compreensão desses sujeitos acerca da experiência por eles vivida. Para a aplicação dos questionários, seguiu-se o protocolo de apresentação dos objetivos da pesquisa aos possíveis participantes, que só responderam às questões, após o aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

<sup>4</sup> Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal.

Os dados obtidos foram analisados utilizando a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011), que prevê três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Conforme a autora, a pré-análise é o momento no qual são escolhidos os materiais a serem analisados. Na segunda fase, exploração do material, o pesquisador deve classificar ou categorizar o material a ser estudado. Já na última fase, no tratamento dos resultados, foram realizadas a inferência e a interpretação dos resultados.

A aplicação de questionários estruturados foi realizada através da ferramenta *online Google Docs* – formulários, sendo seus *links* enviados por e-mail, através das redes sociais *Facebook* e *Instagram* e do aplicativo *WhatsApp* no grupo formado pelos profissionais (professores, mediadores, coordenadores e equipe multidisciplinar), grupo este do qual fazemos parte. O *link* referente ao questionário respondido pelos egressos foi encaminhado para os mediadores, através do mesmo grupo, para que eles o repassassem aos respondentes, não necessitando da presença do investigador.

Essa técnica foi escolhida por possibilitar maior alcance do público pretendido e pelo fato do curso ter sido oferecido à distância, distribuído em seis diferentes polos, e que já havia sido encerrado, não havia possibilidade de aplicar pessoalmente o instrumento, pois os alunos residiam em cidades do interior, boa parte em sítios, e não frequentavam mais os polos presenciais.

Foram encontradas muitas dificuldades nessa etapa de aplicação dos questionários, principalmente no contato com os alunos, pois eles recebiam as mensagens e as ignoravam. Acreditamos que por seu perfil, por serem do ensino médio, os alunos não compreendem a importância de uma pesquisa científica, motivo pelo qual entendemos não ter havido grande participação. O *link* do questionário foi enviado duas vezes via e-mail, três vezes via *WhatsApp* e uma vez via redes sociais (*Facebook* e *Instagram*).

Os critérios utilizados para seleção dos respondentes foram: para os profissionais, todos que trabalharam no curso de análises clínicas. Para os alunos, todos que concluíram o curso. O universo de profissionais vinculados ao curso de análises clínicas era de 22 indivíduos, dos quais obtivemos 12 respostas. A população de egressos era de 191 indivíduos, dos quais obtivemos 41 respostas, conforme tabela a seguir:

Tabela 1 - Quantitativo de sujeitos da pesquisa

<b>Grupos</b>	<b>Universo total de sujeitos</b>	<b>Nº de questionários enviados</b>	<b>Nº de respondentes</b>	<b>% de respondentes</b>	<b>Instrumentos</b>
Profissionais	22	22	12	54,54%	Questionário <i>Online</i>
Egressos	191	108	41	37,96%	Questionário <i>Online</i>
<b>Total</b>	<b>213</b>	<b>130</b>	<b>53</b>	<b>40,77%</b>	-

**Fonte:** Elaborada pela autora (janeiro de 2020)

À medida que os indivíduos respondiam ao instrumento de coleta, o próprio sistema *Google Docs* criava uma planilha de dados. Antes da categorização das informações foram atribuídos códigos aos respondentes de forma alfanumérica, conforme a cronologia das respostas. Dessa forma, para os egressos a codificação foi gerada entre os números E1 e E41 e, para os profissionais, P1 a P12. Para identificação das falas dos sujeitos da pesquisa optamos por utilizar a fonte em itálico.

Por utilizar informações obtidas diretamente de pessoas, o trabalho atendeu às recomendações das pesquisas em seres humanos, conforme a Resolução CNS/MS/CONEP nº 466/2012. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFPB – CEP/UFPB, sob o número 26615619.0.0000.5188 e foi aceito em 20 de dezembro de 2019, conforme parecer nº 3.785.911.

## 1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação é composta por quatro capítulos. O primeiro, introdutório, apresenta o trabalho, justificativa, relevância, objetivos e abordagem metodológica. No segundo capítulo é apresentada uma contextualização histórica sobre a educação profissional no Brasil e o surgimento do MedioTec. O terceiro capítulo descreve a execução do Programa MedioTec na UFPB. No quarto capítulo são apresentados os índices de aprovação e de evasão e a avaliação do Programa sob a ótica dos egressos e de seus colaboradores. Nas considerações finais, são retomados os principais achados da pesquisa e as ideias mais relevantes para as discussões do presente trabalho, além de apresentadas sugestões e encaminhamentos da pesquisa.

## 2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E O SURGIMENTO DO MEDIOTEC: ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS

Este capítulo tem por objetivo realizar uma retrospectiva quanto ao desenvolvimento da educação profissional no Brasil, trazendo os marcos históricos desde os anos 1700 até os dias atuais, bem como a legislação que trata especificamente sobre o tema para, na sequência, deter-se sobre o MedioTec como política de Educação Profissional.

### 2.1 SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Data-se do século XVI o início da educação formal no Brasil quando os jesuítas ofereciam educação elementar para os brancos e a educação profissional para os índios, negros e mestiços, ensinando-se ofícios ligados a atividades como carpintaria, tecelagem, produção de telhas e tijolos, ferraria. A educação média destinava-se a homens de classe dominante e a educação superior para aqueles que se tornariam sacerdotes. Os que não tinham interesse pela carreira eclesiástica eram enviados para estudar na Europa. Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759, a educação sofre uma desestruturação, transmitindo para o Estado a responsabilidade pelos encargos da educação.

A história da educação profissional no Brasil tem várias experiências registradas nos anos de 1800 com a adoção do modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros, que se destinava ao “amparo” da camada menos privilegiada da sociedade brasileira. As crianças e os jovens eram encaminhados para casas onde, além da instrução primária, aprendiam ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros. (BRASIL, 2009)

A chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, inicia o processo de formação do Estado brasileiro e com ele instala-se um novo modelo de aparelho educacional. Nesse mesmo ano, temos como marco a criação do Colégio das Fábricas, que tinha o objetivo de atender à educação dos artistas e aprendizes vindos de Portugal. Foi criado através de um Decreto do príncipe regente Dom João VI, que permitiu o livre estabelecimento de fábricas e manufaturas no Brasil com o objetivo de multiplicar e melhorar os gêneros e produtos agrícolas, buscando promover e adiantar a riqueza nacional. Possuía oficinas de ferreiro,

serralheiro, casas de fazenda, urdir, estamparia e tintas, oficinas de torneiro, sentieiro, carpinteiro e marceneiro, aulas de desenho, primeiras letras e música<sup>5</sup>.

Segundo informações do MEC, o ano de 1906 consolidou o ensino técnico-industrial no Brasil com a realização do “Congresso de Instrução”, que apresentou ao Congresso Nacional um projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial, a ser mantido com o apoio conjunto do Governo da União e dos Estados. O projeto previa a criação de campos e oficinas escolares onde os alunos dos ginásios seriam habilitados, como aprendizes, no manuseio de instrumentos de trabalho, e ainda com o aumento da dotação orçamentária para os Estados instituírem escolas técnicas e profissionais elementares sendo criada, na Estrada de Ferro Central do Brasil, a Escola Prática de Aprendizes das Oficinas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro.

O Presidente da República Afonso Pena, em seu discurso de posse no dia 15 de novembro de 1906 fez a seguinte declaração: “A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando lhes mestres e operários instruídos e hábeis”. (BRASIL, 2019, p.2)

O Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, criou dezenove escolas de Aprendizes e Artífices em diferentes unidades federativas, destinadas ao ensino profissional primário e gratuito, no intuito de habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna, fazendo com que adquirissem preparo técnico e intelectual, bem como os hábitos de trabalho, visando afastá-los da ociosidade, do vício e do crime.

Para Kuenzer (1997), a criação das escolas de artífices foi justificada pelo governo como forma de preparar o trabalhador da indústria, visto o desenvolvimento industrial à época. A autora continua sua crítica destacando que a preparação dessas pessoas foi uma forma encontrada pelo governo para inserir no mercado de trabalho os jovens oriundos das camadas mais pobres da população.

Na Paraíba, a Escola de Aprendizes Artífices foi criada em 05 de janeiro de 1910 e oferecia aulas de desenho, oficinas de marcenaria, alfaiataria, sapataria, encadernação e serralharia. Suas turmas eram formadas basicamente por garotos “desvalidos”, na faixa etária entre 12 a 16 anos, que faziam o curso normal durante o dia, em regime de semi-internato. A partir de 1918, passou a ofertar um curso noturno de aperfeiçoamento para os operários já engajados na força de trabalho da região.

---

<sup>5</sup> Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acesso em: 27 jun. 2019.

Numa tentativa de introduzir medidas paliativas para a resolução de problemas como a marginalidade infantil e evitar a repetição de conflitos como os do Contestado (Paraná - 1912/1916) e de Canudos (Bahia - 1892/1897), o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio estabeleceu como prioridade, a médio prazo, a criação de "patronatos agrícolas" por todo o país. Tais instituições deveriam acolher não só as crianças (especialmente meninos) órfãs, mas também aquelas oriundas de famílias pobres, sem meios para custear uma educação profissional satisfatória, com o objetivo "altruísta" de transformá-los em "jovens agricultores do amanhã". Nesse contexto, em 1920 foi criado na cidade de Bananeiras-PB o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros - CAVN, considerado polo da educação agrícola de nível médio, tendo sido incorporado à UFPB no ano de 1968<sup>6</sup>.

No ano de 1927, após cinco anos de discussões, o Projeto Fidelis Reis<sup>7</sup> foi aprovado pelo Congresso Nacional. Tendo sido considerado um dos projetos mais radicais da época, previa o oferecimento obrigatório do ensino profissional no país e mostrava a necessidade da formação de um operariado consciente de sua profissão, e se destinava aos ricos e aos pobres, sem distinção.

Já em 1937, a Constituição brasileira foi a primeira a tratar especificamente de ensino técnico, profissional e industrial, estabelecendo no artigo 129:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público.

Nesse mesmo ano foi assinada a Lei nº 378/1937, que transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus. De acordo com Manfredi (2002), o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, por ter se articulado com a Escola Técnica paulista, conseguiu recursos privados (doações) que possibilitaram a oferta de oficinas voltadas, geralmente, aos filhos de imigrantes estrangeiros, que aprendiam os ofícios à medida em que trabalhavam na produção. A autora ainda destaca que a formação ministrada por essa instituição era considerada da mais alta qualidade pelos empregadores, o que incentivava ainda mais investimento por parte dos setores público e privado.

---

<sup>6</sup> Disponível em: [www.cavn.ufpb.br](http://www.cavn.ufpb.br). Acesso em: 10 maio 2019.

<sup>7</sup> Deputado mineiro autor do projeto.

Em 1941 passou a vigorar uma série de leis conhecidas como a Reforma Capanema<sup>8</sup> que remodelou todo o ensino no país e que tinha como principal ponto o ensino secundário. Nesse contexto, o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio; foram exigidos exames de admissão para o ingresso nas escolas industriais; os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades.

A criação, em 1942, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI e, em 1946, do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, buscou oferecer formação técnica ao trabalhador, posta a carência de mão de obra gerada pelo avanço industrial da metade do século XX. Conforme Kuenzer (1997), a criação do SENAI e do SENAC foi custeada pelas próprias empresas a fim de atender suas próprias necessidades, especificamente, o SENAI, representou o posicionamento das indústrias em investirem na capacitação dessa mão de obra. Posteriormente, ainda foram criados: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT, Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP, Serviço Social da Indústria - SESI, Serviço Social do Transporte - SEST, Serviço Social do Comércio - SESC, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, que juntos formam o chamado Sistema S.

Em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em autarquias e passaram a ser chamadas de Escolas Técnicas Federais, ganhando autonomia didática e de gestão. A formação técnica se intensifica ainda devido ao processo acelerado de industrialização.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB, a Lei nº 4.024/1961, equiparou o ensino profissional ao ensino propedêutico, e definiu os ramos aos quais os cursos técnicos estariam direcionados: magistério, agrícola, industrial e comercial.

A partir de 1964, com a instalação do regime militar, a educação no Brasil passou por um momento crítico. O período ditatorial, que perdurou duas décadas, foi marcado por uma série de reformas efetuadas em todos os níveis de ensino, que em termos educacionais, causou um retrocesso. Este período foi evidenciado pelo autoritarismo, repressão, privatização de

---

<sup>8</sup> Recebeu esse nome por ter sido realizada na gestão do ministro Gustavo Capanema através da promulgação, em 9 de abril de 1942, a Lei Orgânica do Ensino Secundário. Por essa lei, foram instituídos no ensino secundário um primeiro ciclo de quatro anos de duração, denominado ginasial, e um segundo ciclo de três anos.

ensino, exclusão das classes populares, institucionalização do ensino profissionalizante, tecnicismo pedagógico e desmobilização da categoria do magistério. (MACEDO, 2017)

Com a promulgação da Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971, a nova LDB, o ensino técnico-profissional passa a ser obrigatório no chamado 2º grau, hoje ensino médio, o que gera crescimento nas matrículas das escolas técnicas federais. Entretanto, apesar de a lei remeter à ideia do fim da dualidade educacional, à medida que substitui os dois sistemas de ensino, propedêutico e profissionalizante, por um único, a dualidade permanece, conforme destacam Coutinho e Silva (2014, p.6):

Com o objetivo velado de uma escola única para todos verifica-se que essa lei foi um fracasso, aumentando ainda mais a dualidade estrutural presente na educação. As escolas, especialmente as estaduais, sem recurso, sem estrutura e sem quadro docente qualificado, não faziam uma coisa nem outra, se limitando a oferecer cursos em que se exigia baixa qualificação, gerando um contingente enorme de desempregados, de alunos sem qualificação técnica para se inserir no mercado de trabalho e sem o ensino propedêutico de qualidade que lhe desse condição de ingressar no ensino superior.

No ano de 1978, através da Lei nº 6.545, três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET's. Essas instituições atuavam em nível mais elevado de formação profissional, exigindo cada vez mais padrão de produção, e tinham a possibilidade de formar engenheiros de operação e tecnólogos, destacando assim sua importância no mundo do trabalho.

A Lei nº 8.948/1994 instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais também em CEFET's. Nesse mesmo período, os CEFET's passam a ofertar também cursos de nível superior. A expansão da oferta da educação profissional ocorreu em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo e organizações não governamentais, que eram responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

O plano nacional de qualificação do trabalhador – PLANFOR, financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, surgiu em 1995 com a proposta de impulsionar a qualificação profissional por meio de sua articulação e integração com as demais políticas públicas de geração de trabalho e renda, mantendo o caráter complementar à educação básica como direito constitucional do cidadão. Objetivava, conforme suas diretrizes, a formação do “cidadão produtivo”. Frigotto e Ciavatta (2003) criticam o Programa quando entendem que para o “cidadão produtivo” sujeito às exigências do mercado, o termo produtivo refere-se ao trabalhador mais capaz de gerar mais-valia. O que significa submeter-se às exigências do

capital que vão no sentido da subordinação e não da participação para o desenvolvimento de todas as suas potencialidades.

Em 20 de novembro de 1996 foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) nº 9.394, que teve, pela primeira vez, um capítulo próprio sobre educação profissional, regulamentado posteriormente pelo Decreto nº 2.208/1997.

Segundo esse marco normativo, a educação profissional foi dividida em três níveis: básico (destinado à qualificação e reprofissionalização de trabalhadores jovens, independente de escolarização prévia), técnico (destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida pelo decreto nº 2.208/1997) e tecnológico (correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico). (BRASIL, 1997, art. 3º)

Em setembro de 1997, por meio da Portaria MEC nº 1.005/97, foi implantado o Programa de Expansão da Educação Profissional – Proep, que tinha por objetivo desenvolver ações integradoras da educação e do trabalho, a ciência e a tecnologia, buscando a implantação de um novo modelo de educação profissional, que proporcionasse a ampliação de vagas, a diversidade de oferta e a definição de cursos adequados às demandas do mundo do trabalho e às exigências da moderna tecnologia.

Conforme o MEC, o Programa foi duramente criticado por sua lógica privatizante já que transferia grande parte do patrimônio público à iniciativa privada mediante baixos custos:

Juntamente com o Decreto 2.208/97, que estabeleceu as bases da reforma da educação profissional, o Governo Federal negociou empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com o objetivo de financiar a mencionada reforma. Ela era um dos itens do projeto de privatização do Estado brasileiro em atendimento à política neoliberal, determinada pelos países hegemônicos de capitalismo avançado, organismos multilaterais de financiamento e grandes corporações transnacionais. Esse financiamento foi materializado por meio do Proep. (BRASIL, 2012)

Através desse Programa, procurou-se criar um sistema de educação profissional separado do ensino médio e do ensino universitário, habilitando jovens e adultos para o mercado de trabalho, mediante a oferta de cursos pós-médios não universitários e cursos livres de nível básico e de aperfeiçoamento, com o objetivo de obter uma oferta, dentro do país, de mão de obra melhor qualificada. Além disso, segundo Moura (2007), outra função do Proep foi reestruturar a rede federal de educação profissional e tecnológica, no que tangia às ofertas educacionais, à gestão e às relações empresariais e comunitárias, na perspectiva de torná-la competitiva no mercado educacional.

Com o advento do Decreto nº 5.154/2004, observa-se a integração do ensino técnico ao ensino médio. Este decreto revogou o Decreto nº 2.208/1997, que previa a formação técnica mecanicista para o mercado de trabalho e propunha a ruptura entre o ensino médio e o ensino técnico. As modalidades propostas pelo novo decreto foram: a integrada, na qual o aluno possuiria uma única matrícula num determinado estabelecimento educacional que ofereceria as duas modalidades de ensino (médio e profissional); a concomitante, que estabelecia que o aluno manteria duas matrículas em dois estabelecimentos de ensino distintos, sendo um para cursar o ensino médio e outro ensino o profissionalizante; por fim, a modalidade subsequente, considerada resquício do decreto nº 2.208/1997, no qual o estudante deveria concluir o ensino médio para posteriormente cursar o ensino profissionalizante.

Em 2006, por meio do Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005 foi instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional - PROEJA que ofertava a Educação de Jovens e Adultos, com o ensino fundamental, médio e educação indígena. Sua criação foi uma decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual em geral são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio<sup>9</sup>.

## 2.2 EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Apesar de o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) ter iniciado uma trajetória educacional, particularmente na educação profissional, de atendimento às demandas e apelos industriais e em submissão às condicionalidades do capital estrangeiro, foi através do decreto nº 5.154/2004, expedido no governo Lula (2003-2011), que houve uma reestruturação da política educacional, visando a corrigir distorções como a dissociação da educação profissional da educação básica, reestabelecendo a possibilidade de integração curricular do ensino médio e técnico.

Em 2005, com a publicação da Lei nº 11.195, ocorreu o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a construção de 64 novas unidades de ensino. Também nesse ano aconteceu a transformação do CEFET - Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná, tendo sido a primeira universidade especializada nessa modalidade de ensino no Brasil.

---

<sup>9</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/proeja>. Acesso em: 18 ago. 2019.

Nesses termos, o MEC destaca em relatório comemorativo ao centenário da educação profissional brasileira:

A educação profissional e tecnológica assume valor estratégico para o desenvolvimento nacional resultante das transformações ao longo das últimas décadas na Rede Federal, cuja visibilidade social começou a tomar forma com a criação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com os esforços para a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em andamento, e com a intensificação e diversificação das atividades de ensino visando a atender os mais diferenciados públicos nas modalidades: presencial, semi-presencial e a distância. (BRASIL, 2009).

Em 2007, foi lançada a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tendo como meta entregar à população mais 150 novas unidades, perfazendo um total de 354 unidades, até o final de 2010, cobrindo todas as regiões do país, oferecendo cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação, sintonizados com as necessidades de desenvolvimento local e regional.

O Decreto nº 6.095/2007 estabeleceu diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica, bem como as normas para a transformação dos 33 CEFET's, 36 Escolas Agrotécnicas, 32 Escolas vinculadas às Universidades Federais. Porém, foi com o advento da Lei nº 11.892/2008 que os IFET foram criados, apresentando mais um modelo alternativo à universidade produtora de conhecimento crítico e inovador.

Os institutos são equiparados às universidades, na área territorial de abrangência de sua atuação e do ponto de vista da autonomia acadêmica. Dessa forma, essa lei estabeleceu que os institutos ofereceriam, além do ensino profissional técnico de nível médio, cursos de formação inicial e continuada - FIC e cursos ligados à educação superior: tecnologia, licenciatura, bacharelado e engenharia, e ainda, cursos de pós-graduação *lato sensu* e *strictu sensu*. Se, no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI<sup>10</sup>, a perspectiva era a transformação e ampliação da universidade, o modelo dos IFET buscou a consolidação de um sistema institucional paralelo.

Para Macedo (2017),

as novas propostas de regionalização, ocasionadas pelas mudanças ocorridas no cenário internacional, como o aparecimento de criação de zonas de livre comércio, uniões aduaneiras e mercados comuns a partir do agrupamento de países, também

---

<sup>10</sup> O REUNI teve como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. As ações do programa contemplaram o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país. Fonte: <http://reuni.mec.gov.br/>. Acesso em: 18 ago. 2019

influenciam em termo de gestão e planejamento, o processo de regionalização através da proposição de políticas governamentais nos diversos campos de atuação, inclusive na educação profissional. É neste sentido, portanto, que os Institutos Federais surgem, constituindo-se um espaço fundamental para a construção de novas propostas voltadas para a Educação Profissional e Tecnológica na busca de sintonia com as potencialidades de desenvolvimento local e regional. Eles surgem como autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, encontrando na territorialidade e no modelo pedagógico elementos singulares para a definição de sua identidade.

No entanto, Otranto (2011) critica os modelos de instituição nos quais os IFET foram transformados, adquirindo funções típicas da universidade, como a pesquisa que teria fins industriais e empresarias, não educacionais. A autora destaca:

O Brasil vem implantando esses modelos, por exemplo, nos Centros Universitários e, agora, nos Institutos Federais, com a alegação de que os cursos por eles ministrados seriam mais “flexíveis” e de menor custo que os universitários ditos “tradicionais”. No entanto, as escolas profissionalizantes, em sua grande maioria, não estavam preparadas para a transformação em instituições de educação superior, multicampi, com todas as funções, direitos e deveres de uma universidade, com oferecimento da graduação, licenciatura e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão, além de outras não exigidas para as universidades, mas obrigatórias para os Institutos Federais, tais como: o ensino médio, técnico e educação de jovens e adultos. Como podemos perceber, as atribuições dos IFs vão além daquelas determinadas para as universidades, mas terão que ser desenvolvidas fora da estrutura universitária. (OTRANTO, 2011)

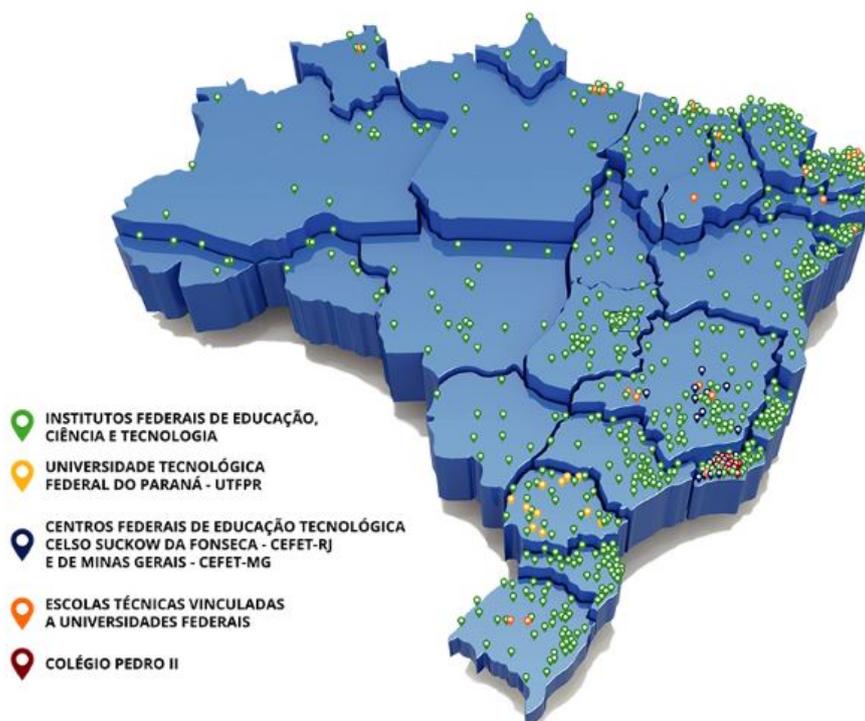
A terceira fase dessa expansão, iniciada em 2011, estabeleceu um projeto de criação de 208 novas unidades até 2014, permanecendo o propósito de superação das desigualdades regionais e na viabilização das condições para acesso a cursos de formação profissional e tecnológica como ferramenta para melhoria de vida da população. O resultado da expansão e interiorização das instituições federais de EPT foi o crescimento de um total de 144 unidades, em 2006, chegando a 659 unidades em todo o país no ano de 2018<sup>11</sup>.

Conforme dados do MEC, no ano de 2019 já existiam mais de 661 unidades vinculadas a 38 Institutos Federais, a 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e ao Colégio Pedro II, de acordo com a figura a seguir:

---

<sup>11</sup> Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acesso em: 18 ago. 2019

**Figura 1 - Expansão da Rede Federal da Educação Profissional e Tecnológica**



**Fonte:** Ministério da Educação, 2019<sup>12</sup>.

A rede federal de educação sempre foi estratégica para o governo central na efetivação das políticas públicas da educação profissional. Diferentes cenários foram apresentados por distintas concepções governamentais ao longo da trajetória das escolas federais, e com isso algumas transformações foram efetivadas na estrutura da rede como um todo. No entanto, se percebe que a essência dessas instituições permanece presente, qual seja: o oferecimento de cursos profissionalizantes que atendam às demandas do mercado, proporcionando para sociedade uma rede escolar de melhor qualidade, e que esteja formando profissionais que ocupem vagas de trabalho. (OLIVEIRA; CÓSSIO, 2013)

Por meio da Lei nº 12.513/2011 criou-se o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec que foi o carro chefe da política de expansão promovida na educação profissional e tecnológica no governo Lula. O Programa propunha expandir e democratizar o acesso ao ensino técnico-profissional, expandir a rede física de atendimento, ampliar oportunidades para os trabalhadores, melhorar a conexão entre as políticas de educação e de geração de emprego e renda. Para isso, a ideia era oferecer cursos presenciais ou à distância através das chamadas instituições ofertantes: serviços nacionais de aprendizagem

<sup>12</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em: 18 ago. 2019

(SENAC, SENAI, SENAR, SENAT), instituições privadas e públicas de ensino superior, instituições de educação profissional e tecnológica e fundações públicas de direito privado precipuamente dedicadas à educação profissional e tecnológica, desde que habilitadas pelo MEC. A seguir serão discutidas as críticas relacionadas ao Programa, bem como as ações que o compõem.

### 2.3 O PRONATEC E SUAS AÇÕES

Para Santos e Azevedo (2018), as críticas ao Pronatec referem-se ao fato de ser uma formação, voltada exclusivamente, para a perspectiva do mercado, sem considerar as necessidades históricas das camadas populares brasileiras, a importância de um letramento social desses trabalhadores para sua intervenção e um mundo trabalho marcado pela desigualdade de classes, estando, pois, desconexa com o projeto de desenvolvimento do país. Nesses termos, para os autores, se não há postos de trabalho que melhorem o atual quadro de desemprego, o Pronatec serve apenas para aumentar a competitividade entre os trabalhadores em busca dos mesmos postos de empregos, saindo como vitoriosos apenas os empresários do mercado da educação.

Em contraponto, Feres (2015) acredita que as ações de educação profissional iniciadas na segunda metade da década passada tiveram caráter estruturante e trouxeram avanços significativos, mas não foram suficientes para atender à demanda por formação profissional. A partir desse cenário, o Pronatec se constituiu numa política estruturante para a educação profissional e tecnológica no País e representou uma resposta do governo federal à demanda por formação e qualificação profissional em larga escala. O Programa é formado por iniciativas novas e preexistentes, que promoveram o acesso à formação profissional por meio de mais de oito milhões de matrículas entre os anos de 2011 a 2014, tendo sido investido mais de quatro bilhões de reais nos últimos quatro anos. Na tabela a seguir, apresenta-se o investimento no Programa no período de 2015 a 2018:

**Tabela 2 - Recursos investidos no PRONATEC – 2015 a 2018**

<b>ANO</b>	<b>TOTAL INVESTIDO (EM REAIS)</b>	<b>% EM RELAÇÃO AOS GASTOS PÚBLICOS</b>
2015	2.585.605.841,61	0,12%
2016	1.365.626.519,21	0,05%
2017	283.160.683,41	0,01%
2018	141.532.616,63	0,01%

**Fonte:** Elaborado pela autora conforme dados do Portal da Transparência do Governo Federal<sup>13</sup>, 2019.

Apesar de ter sido lançado apenas em 2011, o Pronatec é uma política pública fruto de uma série de ações iniciadas na década anterior, a partir da elaboração e do lançamento do Plano Nacional de Educação – PNE, relativo ao período 2001-2010. Iniciativa apresentada como direcionada à resolução de um dos problemas mais comuns no desenvolvimento econômico de um país: a escassez de mão de obra qualificada no Brasil. Nesse sentido, várias iniciativas podem ser citadas ao longo dessa década: criação do Programa Brasil Profissionalizado (2007), da Bolsa Formação (2008), do Acordo de Gratuidade com o Sistema S (2008) e da Rede e-Tec Brasil de ensino a distância (2007).

Em 2007, por meio do Decreto nº 6.302, foi instituído o Programa Brasil Profissionalizado que ofertava recursos para os estados a fim de incentivá-los a retomar o oferecimento da educação profissional gratuita de nível médio na rede de educação pública estadual. Para isso, o governo federal repassava recursos aos estados, através de termos de compromisso, para serem utilizados em construção, reforma e modernização de escolas técnicas, estruturação de laboratórios, além de financiar a formação e qualificação dos profissionais da educação.

Segundo dados do Ministério da Educação, de 2007 até janeiro de 2016, o Programa atendeu instituições de educação profissional de 24 estados. Foram concluídas 342 obras, sendo 86 novas escolas, 256 ampliações e/ou reformas. Ainda foram entregues 635 laboratórios para aulas práticas. (BRASIL, 2019). As ações do Brasil Profissionalizado são geridas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec do Ministério da Educação e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Outra ação identificada do Pronatec é a Bolsa-Formação que visa à ampliação e diversificação das oportunidades educacionais e da oferta gratuita de cursos técnicos de nível

<sup>13</sup> Disponível em: <https://portaldatransparencia.cgu.gov.br>. Acesso em: 06 jul. 2019

médio (cursos técnicos), cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional (cursos FIC) e programas de reconhecimento e certificação de saberes, por meio da utilização da capacidade ociosa das instituições de educação profissional. (BRASIL, 2017).

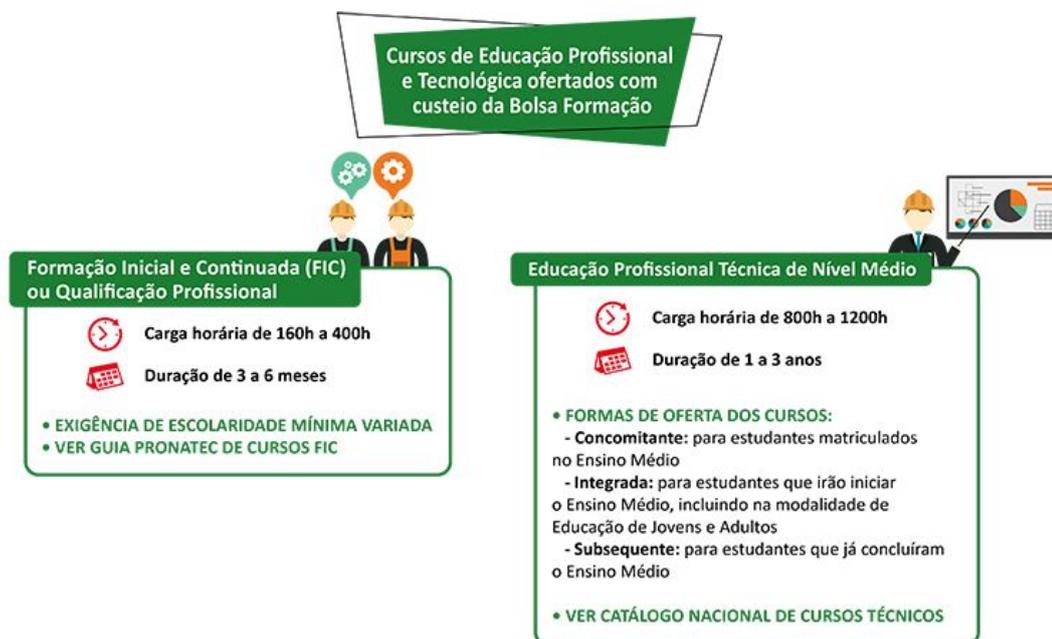
O processo é conduzido pelo MEC com a participação de parceiros demandantes e ofertantes. Por demandantes entendem-se os ministérios que buscam aderência às necessidades dos diversos setores produtivos e sociais (Agricultura, Ciência e Tecnologia, etc), e por ofertantes, as instituições que realizam o compromisso de oferta por meio de processos de pactuação, adesão a editais específicos ou por meio de planos de trabalhos a serem aprovados pela Setec (instituições da Rede Federal de EPCT; Redes estaduais e distrital de educação profissional; Redes municipais de educação profissional; Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT); Universidades e fundações públicas; Instituições privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica)

Os cursos ofertados são divididos em duas modalidades: Bolsa-formação Estudante e Bolsa-formação Trabalhador. A primeira é destinada à educação profissional técnica de nível médio, os chamados cursos técnicos, com carga horária mínima de 800 horas, que devem constar do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT)<sup>14</sup>. No segundo caso, os cursos ofertados são de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, denominados cursos FIC, com carga horária mínima de 160 horas e devem constar do Guia Pronatec de Cursos FIC, ou documento orientador equivalente, editado pela SETEC/MEC, e submetem-se às Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no que couber.

---

<sup>14</sup> O Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, lançado em 2007, é ferramenta de divulgação e regulação da oferta de Cursos Técnicos por todo o Brasil. É nesse instrumento elaborado, pela SETEC, onde estão definidas as diretrizes de cada curso, os eixos tecnológicos – áreas de conhecimento definidas pelo governo voltadas para as demandas do mercado, compatíveis com as necessidades de desenvolvimento e crescimento no Brasil.

**Figura 2 - Modalidades de Cursos Oferecidos pelo Bolsa-Formação**



**Fonte:** Ministério da Educação<sup>15</sup>.

Além dos estudantes do ensino médio, o bolsa-formação está voltado para trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda e estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral.

O recurso do MEC é destinado às instituições ofertantes a fim de assegurar as condições necessárias ao desenvolvimento dos cursos propostos. São custeadas despesas com mensalidades, materiais didáticos e encargos educacionais, podendo incluir o fornecimento de alimentação e transporte aos estudantes, de acordo com a Lei nº 12.513/2011 e a Portaria MEC nº 817/2015 que a regulamenta. Conforme o Manual de Gestão do Bolsa-Formação do MEC e a Resolução/CD/FNDE nº 6, de 12 de março de 2013, o valor atual da hora-aluno no âmbito da Bolsa Formação será de R\$ 10,00 (dez reais). O valor total a ser repassado para a instituição ofertante é definido pela fórmula abaixo, onde carga horária (CH) total do curso é encontrada pela multiplicação do total de vagas ofertadas e o total de horas previstas para o curso, e HA refere-se ao valor da hora-aluno (correspondente à oferta de 60 minutos de aula a um estudante).

<sup>15</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 jul. 2019

**Figura 3 - Fórmula de Cálculo para Financiamento Bolsa-Formação**

**CH total do curso x Valor da HA**

**Fonte:** Manual de Gestão Bolsa-Formação Pronatec, 2017

A próxima iniciativa do Pronatec são os chamados Acordos de Gratuidade, que se constituem em compromisso assumido pelas Confederações Nacionais da Indústria (CNI) e do Comércio (CNC) de ampliar a aplicação dos recursos de seus Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAI e SENAC) e de seus Serviços Sociais (SESI e SESC) na oferta gratuita de cursos de educação profissional e tecnológica. (BRASIL, 2019)

As vagas gratuitas destinam-se a pessoas de baixa renda na condição de estudantes ou egressos da educação básica e trabalhadores empregados ou desempregados, devendo ser dada prioridade àqueles que cumprem simultaneamente as duas condições: aluno e trabalhador. Além desses, no caso específico do SENAC, desde maio de 2018 foram incluídos também os usuários de programas de proteção a pessoas ameaçadas.

O Pronatec é duramente criticado por diversos autores como sendo uma política com fortíssima tendência privatizante, como Lima (2012), que destaca que a própria lei nº 12.513/2011 traz o sistema S<sup>16</sup> como protagonista relevante na política de educação profissional proposta pelo Pronatec, além de servir para transferir recursos públicos para escolas privadas no âmbito do ensino médio profissional.

Apesar de ter ajudado a ampliar a Rede Federal de Educação Profissional, de gerar investimento nas redes estaduais e do Distrito Federal, o Programa criou uma rede com as entidades empresariais do Sistema S transferindo grande parte dos recursos do Programa para essas entidades patronais, notadamente em cursos de curta duração destinados à qualificação profissional. Segundo dados do MEC, em 2016 os cursos técnicos em instituições públicas representavam apenas 38% das matrículas, enquanto os 62% se referiam às matrículas em cursos de qualificação profissional, oferecidos em sua maioria pelas entidades do Sistema S.

---

<sup>16</sup> Conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>. Acesso em: 12 Ago. 2019.

Conforme portarias SETEC nº 16 e 18, de 11 de abril de 2018 e de 03 de maio de 2018, respectivamente, foram liberados recursos num montante de cento e vinte e três milhões de reais para essas entidades, apenas no ano de 2018, como mostra a tabela a seguir:

**Tabela 3 - Recursos Pronatec liberados para o sistema S em 2018**

UF	CNPJ	INSTITUIÇÃO	TOTAL REPASSADO (R\$)
NAC	33.564.543/0001-90	SENAI	44.136.675,79
NAC	73.471.963/0001-47	SENAT	10.239.654,00
NAC	33.469.172/0001-68	SENAC	64.493.455,22
NAC	37.138.245/0001-90	SENAR	4.945.750,00
<b>Total</b>			<b>123.815.535,01</b>

Fonte: Setec/MEC, 2018.

Por possibilitar o repasse de recursos públicos a instituições privadas, alguns autores, como Otranto (2011) se preocupam com os interesses do setor empresarial na educação. A autora destaca que lógica capitalista difere da lógica da educação. A lógica capitalista é a lógica da produção, do lucro, da exploração do trabalhador, da competitividade, da mercantilização. Já a lógica da educação está voltada para a formação do indivíduo para garantir-lhe, dentre outras, a possibilidade de se livrar das amarras da opressão, para reconhecer as necessidades do outro, respeitar as individualidades e participar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É para atingir a esses objetivos mais gerais que deve estar voltada toda a educação brasileira.

Para Figueiredo (2018), no contexto do Pronatec,

Acredita-se na educação juntamente com a qualificação, que além de atender às necessidades de mão de obra do mercado, os rendimentos dos trabalhadores tendem a aumentar no decorrer e após formação; em contrapartida, deparamos com um programa que responde a crise do capitalismo, seja em função da divisão do público e privado para executar e, também, pela transferência de recursos que ocorre no mesmo. Tal divisão proporciona a discrepância da proposta apresentada no decorrer da política de educação profissional e tecnológico no Brasil.

Por fim, tem-se a Rede e-Tec Brasil, instituída pelo decreto nº 6.301/2007 e regulamentada pelo Decreto nº 7.589/2011, com a finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação à distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País.

A Rede e-Tec Brasil parte de um modelo de EaD que preconiza a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem. Tal modelo ocorre com a utilização de meios de tecnologias de informação e comunicação (TICs), com um grande potencial para atender às pessoas em condições desfavoráveis para participação de cursos de graduação presenciais geralmente oferecidos em grandes centros de pesquisa e difusão de conhecimento, como é o caso das instituições de ensino superior público do Brasil. (ALVES; ALVES; VIANA, 2016). É no contexto dessa ação que está inserido o Programa MedioTec, objeto desta pesquisa e que será tratado no tópico a seguir.

## 2.4 MEDIOTECH: FORMAÇÃO PARA O MERCADO

O Programa MedioTec, tema principal desta pesquisa, é uma ação da Rede e-Tec – Brasil, criada no âmbito da política de expansão da educação profissional, do Ministério da Educação, por meio da articulação da Secretaria de Educação a Distância e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Tal iniciativa constitui-se uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE que oferta cursos de educação profissional técnica de nível médio na forma concomitante para o aluno das redes públicas estaduais e distrital de educação, matriculado no ensino médio regular. As vagas são gratuitas custeadas pela Setec/MEC por meio da Bolsa Formação.<sup>17</sup>

O Programa nasce como uma tentativa de acelerar o processo de mudanças em vigor na Medida Provisória nº 746/2016, posteriormente transformada na Lei nº 13.415/2017, que tem como objetivo uma reforma do ensino médio no país. A formação integrada, portanto, é uma tentativa de viabilizar exclusivamente para jovens alunos do ensino médio uma dupla certificação através dessa integração com o Pronatec 2017. Objetiva disponibilizar uma formação profissional e técnica de forma integrada aos ensinos básicos de ensino médio em tempo integral na modalidade à distância.

Em relação ao ensino médio, a principal discussão que o cerca diz respeito a sua dupla função: a de continuidade dos estudos do ensino fundamental, construindo autonomia intelectual e moral do estudante, e por outro lado a necessidade de preparação para o mundo do trabalho. Como cita Kuenzer (1997), existe uma dualidade nesse tipo de ensino com dois projetos pedagógicos diferentes: o que atende à formação de trabalhadores instrumentais e o que atende aos trabalhadores intelectuais. A autora ainda destaca que o sistema de ensino é

---

<sup>17</sup> Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acesso em: 12 ago. 2019

marcado pela dualidade estrutural em que a divisão social e técnica do trabalho é categoria imprescindível para a constituição do modo capitalista de produção, rompendo a unidade entre teoria e prática, preparando os sujeitos de forma diferente para que atuem em posições hierárquica e tecnicamente diferenciadas no sistema produtivo.

Dessa forma, observa-se que a dualidade da educação sempre foi admitida: educação para todos, mas dependendo de onde ele se insere na linha de produção. Trabalhadores centrais teriam acesso à formação mais complexa, mais ampla, para os demais, aqueles que pertenciam à periferia da produção, a formação seria mais básica. Nesse sentido, essa dualidade causa desigualdades sociais à medida que os filhos da elite, que não tem a necessidade imediata de obtenção de renda, são educados para serem futuros intelectuais, enquanto os filhos da classe trabalhadora devem ser formados para atender às necessidades dos primeiros.

Para Kuenzer (1997), atualmente, a dualidade ainda permanece, pois os cursos propedêuticos são formados, em sua maioria, por abastados, sendo praticamente intangível às classes populares, que terminam por optar pelo ensino profissionalizante. A autora acredita que as escolas atuais de formação profissional não estão preocupadas que o aluno tenha uma formação teórico-metodológica, que possibilite uma melhor compreensão de mundo, e ainda destaca:

O que caracteriza, portanto, a relação entre educação e trabalho [...] é a inexistência de articulação entre o mundo da “educação”, que deve desenvolver as capacidades intelectuais independentemente das necessidades do sistema produtivo, e o mundo do trabalho, que exige o domínio de funções operacionais que são ensinadas em cursos específicos, de formação profissional. [...] Em resumo, permanece a mesma situação existente no início do século, quando da criação dos cursos profissionais: educação para a burguesia e formação profissional para o povo. (KUENZER, 1997)

Porém, ainda segundo Kuenzer (1997), isso não significa que se deva abandonar a escola como alternativa de acesso ao saber, pelo contrário, deve-se reivindicar a democratização da formação em todos os níveis, acessível a toda a população, já que o saber sobre o trabalho é direito do trabalhador, assim como o acesso à educação de toda e qualquer forma, independente das necessidades do mercado. O papel da escola é de promover o acesso ao saber científico e tecnológico que permite ao trabalhador inserir-se, participar e usufruir dos benefícios do processo produtivo. A autora complementa dizendo que uma empresa nunca depende da escola para preencher seus quadros, pois dispõe de sua própria pedagogia, capacitando, quando necessário, seus trabalhadores, independente de escola ou cursos de formação profissional. (KUENZER, 1997).

A discussão acerca da relação educação e trabalho remete ao surgimento da Teoria do Capital Humano em 1950, a partir dos estudos de Theodore W. Schultz<sup>18</sup>. Nesse contexto, a educação passou a ser considerada um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento econômico. Isso porque, segundo essa teoria, os investimentos no capital humano - a formação do indivíduo, melhoram sua produtividade, gerando assim crescimento para o país. Quanto mais investimento e qualificação, mais valorizado seria o capital humano, a expectativa que se coloca é que o investimento em educação que faz a renda melhorar. Entretanto, no contexto neoliberal contemporâneo, a responsabilidade recai sobre o sujeito, cabendo a ele investir em si próprio, buscando no mercado oportunidades de qualificação: "É depositada na educação a expectativa de que esta possa, através da mobilidade social, melhorar os mecanismos de distribuição de renda e inserção produtiva, através do preparo dos indivíduos para o mercado de trabalho." (OLIVEIRA, 1997, p. 91).

Ainda sobre essa teoria, Pires (2005) evidencia que dado o seu poder e a legitimação em que fornece aos gastos com educação para preparar os indivíduos para a vida profissional, ela se tornou um dos fundamentos correntes das políticas educacionais, sob forte incentivo de organismos multilaterais de fomento, financiamento e assessoramento a governos.

Para Pimentel e Moraes (2017), os princípios da teoria do capital humano se encaixam perfeitamente no contexto neoliberal, pois a priorização do ensino passou a ser voltada e organizada para a formação de trabalhadores. Para as autoras, é consenso que a educação ainda é fator necessário à obtenção de emprego e sucesso no mercado de trabalho, logo um instrumento de equalização social. Nada mais apropriado ao alcance desse objetivo do que a educação profissional.

Santos e Azevedo (2018) destacam que o foco da oferta do MedioTec tem sido os cursos de Educação a Distância, e acreditam que se as disciplinas técnicas que têm maior apelo à atividade prática serão ofertadas à distância, a reformatação do Pronatec pelo governo terá como característica uma maior precarização da Educação Profissional. Os autores ainda consideram o MedioTec como catalisador da Contrarreforma do Ensino Médio, adiantando seus efeitos na Educação Profissional, retomando princípios de outra Contrarreforma do Ensino Médio, desta vez, aquela dos anos 1990, ao aproximar-se da perspectiva da concomitância e afastar-se, ainda mais, da integração e de uma perspectiva politécnica de formação humana integral.

---

<sup>18</sup> Professor de economia da Universidade de Chicago. Recebeu o prêmio Nobel de Economia em 1968 pela Teoria do Capital Humano.

No entanto, se forem analisadas as oportunidades de acesso à educação que esses alunos teriam, pode-se perceber que são quase inexistentes. Por permitir, através da modalidade à distância, o acesso de jovens residentes nas periferias das grandes cidades brasileiras e em regiões distantes dos centros educacionais, o MedioTec foi considerado fundamental para a democratização do acesso ao ensino técnico público. O Programa surge como uma chance desses estudantes de terem um futuro diferente, incentivando os jovens e concluírem essa formação profissional.

A educação profissional passou por diversas mudanças nos seus direcionamentos filosóficos e pedagógicos, porém passa a ter um espaço delimitado na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, configurando-se em uma modalidade da educação nacional. A oferta desses cursos técnicos, concomitantes ao ensino médio, se apresenta como uma forma de atender as demandas regionais brasileiras, além de favorecer a elevação da escolaridade da população adolescente, jovem e adulta através da educação profissional comprometida com as transformações da realidade na perspectiva da igualdade e justiça social.

A compreensão da educação como um direito de todos reforça a necessidade da criação e desenvolvimentos de políticas inclusivas. Nesse contexto, a EAD tem sido apontada como instrumento educacional, a fim de alcançar o maior número de indivíduos, visando à redução dos processos de exclusão social e beneficiando as populações que não poderiam frequentar, por variados motivos, os ambientes acadêmicos tradicionais.

Sendo assim, a UFPB como instituição educacional e no cumprimento de seu papel social a favor de uma educação mais democrática, frente a uma sociedade transformada pelos avanços tecnológicos, apresenta-se disposta a oferecer oportunidades aos cidadãos interessados em se qualificar ou se requalificar a fim de que possam ingressar no mundo do trabalho e de conquistar uma vida mais digna, como deve ser. Nesse contexto, o próximo capítulo apresentará como o Programa MedioTec foi desenvolvido no âmbito da UFPB, especificamente na ETS.

### 3 O PROGRAMA MEDIOTECH NA UFPB

Nesse capítulo serão caracterizados, a partir da análise documental, a Universidade Federal da Paraíba, a Escola Técnica de Saúde da UFPB e o Programa MedioTec tal qual como foi executado dentro dessa instituição.

A Universidade Federal da Paraíba é uma instituição autárquica de regime especial, de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de João Pessoa e atuação em todo o Estado da Paraíba (UFPB, 2002), tendo sido criada pela Lei Estadual nº 1.366, de 02 de dezembro de 1955. Atualmente possui quatro campi, os quais estão distribuídos nas cidades de João Pessoa (*Campus I*), Areia (*Campus II*), Bananeiras (*Campus III*), Mamanguape e Rio Tinto (*Campus IV*). Conforme seu estatuto, sendo uma autarquia, a UFPB goza de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

A UFPB oferece cursos de graduação presencial e a distância, pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), pós-graduação *lato sensu*, cursos técnicos em nível médio, além de desenvolver atividades de pesquisa científica, de extensão e de inovação tecnológica. Para o trabalho em tela serão apresentados os dados relacionados ao ensino técnico, que nessa instituição é ofertado através das escolas de Ensino básico, Técnico e Tecnológico – EBTT, sendo a Escola Técnica de Saúde – ETS na cidade de João Pessoa e o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros – CAVN instalado no município de Bananeiras.

O CAVN foi criado pelo Decreto nº 14.118, de 27 de março de 1920, com a denominação de Patronato Agrícola Vidal de Negreiros, passando a Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, pelo Decreto nº 53.358, de 13 de fevereiro de 1964. Tem como missão realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão no sistema agroindustrial, nas áreas de agricultura, aquicultura e educação geral, visando o desenvolvimento da região, e como um dos principais promover a Educação Profissional nos níveis básico e técnico, voltados para as áreas de Agropecuária e Agroindústria<sup>19</sup>. Além destes, ainda são oferecidos os cursos de Aquicultura e Nutrição e Dietética, bem como disponibilizados cursos vinculados aos programas Pronatec e Rede E-Tec.

A ETS foi criada através do Decreto-Lei nº 875 de 24 de janeiro de 1953, ao longo de sua história vem profissionalizando seus alunos com os cursos: Técnico em Enfermagem, Técnico em Prótese Dentária, Técnico em Cuidado de Idosos e Técnico em Análises Clínicas,

---

<sup>19</sup> Disponível em: <http://www.cavn.ufpb.br>. Acesso em: 01 jul. 2019.

e tem como missão proporcionar a formação profissional e tecnológica em saúde através do ensino, pesquisa e extensão, contribuindo com o desenvolvimento sócio-econômico, cultural e o pleno exercício da cidadania. Esta escola está vinculada à UFPB através do Centro de Ciências da Saúde e, além dos cursos técnicos oferecidos, desenvolve capacitações, projetos de extensão, PIBIC<sup>20</sup>, especialização, Pronatec e Rede E-tec. (UFPB, 2019).

É nesse âmbito das escolas técnicas vinculadas à UFPB que está inserido o Programa MedioTec, como já dito, vinculado à Rede e-Tec Brasil. Porém, conforme já mencionado, nossa pesquisa foi desenvolvida apenas na unidade ETS, especificamente junto ao Curso de Análises Clínicas. Essa escola vem contribuindo de forma significativa, desde 2012, através da Bolsa Formação do Pronatec, com a formação profissional em Cursos FIC, com a expansão de vagas nos eixos tecnológicos, Produção Cultural e Design, Ambiente e Saúde, Desenvolvimento Educacional e Social, Informática e Comunicação. Esta iniciativa tem apresentado resultados positivos no âmbito institucional e regional, com vistas a atender à demanda do mercado por profissionais qualificados.

O cenário socioeconômico político atual do Estado da Paraíba e do Brasil aponta a nova ordem no padrão de relacionamento econômico entre os Estados da nação e outros países, assinalando o deslocamento da produção para outros mercados. A diversidade e multiplicação de produtos e de serviços, a tendência à conglomeração das empresas, a crescente quebra de barreiras comerciais entre as nações, a formação de blocos econômicos regionais, a busca de eficiência e de competitividade industrial através do uso intensivo de tecnologias de informação e de novas formas de gestão do trabalho são, entre outras, evidências das transformações estruturais que modificam os modos de vida, as relações sociais como também as do mundo do trabalho, conseqüentemente, estas demandas impõem novas exigências às instituições responsáveis pela formação profissional dos cidadãos<sup>21</sup>.

A UFPB e a ETS possuem um papel relevante de contribuição com a formação profissional nesse novo cenário da educação. Com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento sócio-econômico, cultural e o pleno exercício da cidadania, a ETS vem embasando e reestruturando seus currículos com base no princípio da flexibilidade, contemplando práticas inovadoras, visando à constante elevação da qualidade no Ensino.

Até o Governo Temer (2016-2018), a Setec anualmente, dependendo do seu fluxo pedagógico, disponibilizava vagas do MedioTec a serem ofertadas pelas Escolas de Ensino

---

<sup>20</sup> Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

<sup>21</sup> Anexo I da Resolução nº 08/2018 do CONSUNI

Básico Técnico e Tecnológico – EBTT<sup>22</sup>. As vagas homologadas eram definidas a partir do mapeamento das demandas<sup>23</sup> do mundo do trabalho e renda, inclusive considerando as necessidades futuras, e eram pactuadas pelo governo federal e Setec. No final do ano de 2016, por iniciativa da direção da ETS, a UFPB manifestou interesse na oferta dessas vagas. Desse modo, a ETS e o CAVN apresentaram simultaneamente projetos básicos à Setec, os quais previam cursos e vagas, bem como as justificativas para tais ofertas naquelas regiões específicas, tomando como base o Documento Referência de Execução disponibilizado pela Setec no site<sup>24</sup> do MEC.

Neste mesmo endereço eletrônico foram disponibilizadas pela Setec em 07 de abril de 2017 as informações relativas ao quantitativo de vagas, que foram definidas de acordo com Mapa de Demanda Identificado (MDI). Esse mapa era composto por vagas recortadas, segundo critérios de prioridade nas demandas do mundo do trabalho e renda, de forma a orientar melhor as instituições ofertantes. Somente poderiam ser propostas vagas de acordo com o MDI, especificamente no que se refere à quantidade de vagas por curso e município. As propostas de ofertas deveriam ser criadas pelas unidades de ensino (UEs) e poderiam ser editadas por suas mantenedoras regionais e nacionais e, posteriormente, encaminhadas ao MEC.

Ao todo, na proposta inicial apresentada pela UFPB à Setec, foram ofertados seis cursos técnicos, sendo quatro deles pela ETS com seis polos de atendimento presencial, e outros dois oferecidos pelo CAVN em três polos de ensino, totalizando 1.200 vagas. Após ser verificada a impossibilidade de oferecimento do curso Técnico em Meio ambiente pelo CAVN, o total de vagas foi reduzido para 1.150, e o quadro final de vagas ofertadas ficou assim definido:

---

<sup>22</sup> Escolas técnicas vinculadas às universidades federais.

<sup>23</sup> Mapa de Demanda do MEDIOTEC. Disponível em: <https://map.mec.gov.br/projects/parceiros-demandantes-e-ofertantes-da-bolsa-formacao/wiki/MedioTec>. Acesso em: 16 jul. 2019

<sup>24</sup> Disponível em: <http://map.mec.gov.br>. Acesso em: 28 jun. 2019.

**Quadro 2 - Cursos e vagas ofertadas pelo MedioTec/UFPB**

<b>Unidade</b>	<b>Curso</b>	<b>Pólo</b>	<b>Vagas</b>	<b>Carga Horária</b>
ETS	Técnico em Análises Clínicas	Conde	50	1.200h
		Cuité de Mamanguape	50	
		João Pessoa	50	
		Lucena	50	
		Pitimbu	50	
		Rio Tinto	50	
	Técnico em Cuidado de Idosos	Conde	50	1.200h
		Cuité de Mamanguape	50	
		João Pessoa	50	
		Lucena	50	
		Pitimbu	50	
		Rio Tinto	50	
	Técnico em Meio Ambiente	Conde	50	1.200h
		Cuité de Mamanguape	50	
		João Pessoa	50	
Lucena		50		
Pitimbu		50		
Rio Tinto		50		
Técnico em Turismo	João Pessoa	50	800h	
CAVN	Técnico em Cooperativismo	Bananeiras	50	800h
		Sapé	50	
	Técnico em Informática	Bananeiras	50	1200h
		Solânea	50	
		<b>Total</b>	<b>1.150</b>	

**Fonte:** Elaborado pela autora conforme Projeto Básico UFPB, 2019.

No final do mês de abril de 2017 foi realizado processo seletivo para escolha do Coordenador Geral do Programa na Paraíba e dos Coordenadores Adjuntos na ETS e CAVN. Os nomes foram submetidos às assembleias dessas escolas e os escolhidos foram nomeados por portaria da reitora da UFPB em 19 de maio de 2017. A partir daí, se iniciou o período de pré-implementação pedagógica do Programa, através da realização de reuniões com os parceiros (administração da UFPB, ETS e CAVN, prefeituras, Secretaria Estadual de Educação) a respeito da viabilização do Programa.

As instituições que ofertam os cursos por meio da Rede e-Tec Brasil são responsáveis por constituir polos de apoio presencial para a execução de atividades didático-administrativas

de suporte aos cursos ofertados, devendo providenciar: espaço físico adequado, infraestrutura, recursos humanos necessários ao desenvolvimento das fases presenciais dos cursos e projeto, inclusive para o atendimento dos estudantes em atividades presenciais previstas na legislação vigente, manutenção das atividades e demais itens necessários para a instituição dos cursos<sup>25</sup>.

Nesse sentido, a Coordenação Geral do Programa realizou convênios com as prefeituras dos municípios nos quais seriam instalados os polos de ensino através assinatura de Termos de Cooperação. Neste documento ficou determinado que o Programa MedioTec garantiria início e término do curso, e que a contrapartida das prefeituras seria a disponibilização do espaço físico com computadores e acesso à internet de boa qualidade, bem como o transporte para os estudantes participarem das aulas práticas inerentes a cada curso.

O próximo passo foi selecionar a equipe profissional que desempenharia as atividades no Programa. Foi lançado na unidade ETS o edital de seleção nº ETS 01/2017, em 07 de julho de 2017, o qual ofertava 83 vagas para os interessados em trabalhar no Programa, tanto para servidores da rede federal, quanto para colaboradores externos. Os cargos oferecidos foram: coordenador de polo, professor formador, professor mediador presencial, professor mediador à distância, coordenador de curso, equipe multidisciplinar (assistente social, psicólogo, pedagogo) e equipe administrativa (secretário, contador, técnico em informática, analista de sistemas). Os critérios de seleção utilizados, conforme o edital, foram, entre outros: o candidato possuir graduação e pós-graduação na área específica de atuação (reconhecidas pelo MEC) e experiência comprovada. Alguns cargos foram oferecidos, exclusivamente, para servidores da instituição, como coordenador de curso, professor formador, equipe de informática e contador.

Esses profissionais tiveram sua jornada semanal de trabalho regulamentada pelo artigo 14 da Resolução/CD/FNDE nº 4, de 16 de março de 2012, que dispõe do limite de carga-horária de 20 horas semanais para todos os cargos, exceto para o cargo de professor, que é de 16 horas por semana. A prestação dos serviços foi remunerada através da concessão de bolsas com recursos do Bolsa-Formação, dentro dos limites definidos no art. 15 da mesma resolução, conforme quadro a seguir:

---

<sup>25</sup> Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acesso em: 16 jul. 2019.

**Quadro 3 - Funções X Valor pago por hora trabalhada**

<b>Função</b>	<b>Valor pago por hora</b>
Coordenador Geral	R\$ 50,00
Coordenador Adjunto	R\$ 44,00
Coordenador de Curso	R\$ 36,00
Coordenador de Polo	R\$ 25,00
Professor Formador	R\$ 30,00
Professor Mediador (Presencial/à distância)	R\$ 21,00
Equipe Multidisciplinar	R\$ 18,00
Equipe de Apoio Administrativo	R\$ 18,00

**Fonte:** Edital 01/2017/ETS/CCS/UFPB.

No que diz respeito à seleção dos alunos, as vagas foram convertidas em matrículas a partir do processo seletivo dos beneficiários sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação da Paraíba. Foram abertas as matrículas para os alunos interessados através do site oficial do Pronatec na Paraíba<sup>26</sup>, conforme vagas disponíveis no quadro 2. A fim de intensificar a publicidade da oferta, as redes sociais também foram utilizadas para divulgação do Programa:

**Figura 4 - Convocação da ETS/UFPB para matrículas do MedioTec**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DA UFPB

MedioTec  
PRONATEC

**INSCRIÇÕES ABERTAS PARA CURSOS TÉCNICOS À DISTÂNCIA NA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE/CCS/UFPB**

**TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE**  
João Pessoa, Conde, Lucena, Rio Tinto  
Cuité de Mamanguape, Pitimbu

**TÉCNICO EM ANÁLISES CLÍNICAS**  
João Pessoa, Conde, Lucena, Rio Tinto  
Cuité de Mamanguape, Pitimbu

**TÉCNICO EM CUIDADOS DE IDOSOS**  
João Pessoa, Conde, Lucena, Rio Tinto  
Cuité de Mamanguape, Pitimbu

**TÉCNICO EM TURISMO**  
João Pessoa

**Público Alvo: Alunos matriculados no ensino Médio das Escolas Estaduais da Paraíba.**

INFORMAÇÕES: 3216-7400  
INSCRIÇÕES ATÉ 18 DE JULHO  
Link para Inscrição: <http://paraibatec.pb.gov.br/>

**Fonte:** Rede social da Escola Técnica de Saúde, 2019.

<sup>26</sup> Disponível em: <http://paraibatec.pb.gov.br>. Acesso em: 16 jul. 2019.

Para a seleção do público do MedioTec, é definido o perfil dos interessados, a saber: características socioeconômicas e psicológicas, e, como critério de desempate, características sociodemográficas e meritocracia. As características socioeconômicas são definidas pelo grau de vulnerabilidade econômica e social do aluno, considerando-se fatores como renda familiar, região onde reside, entre outros. As características psicológicas referem-se às atividades de interesse, as quais devem ser estimuladas com o seminário de profissões<sup>27</sup> e outras ferramentas capazes de orientar a escolha do aluno e o auxiliar a construir seu projeto de vida profissional e cidadã. Quanto à característica sociodemográfica deve ser analisada pela Secretaria Estadual de Educação de forma a beneficiar, prioritariamente, alunos com residência em regiões periféricas e/ou de maior vulnerabilidade social, por mapeamento da violência, entre outros fatores.

### 3.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-FINANCEIRA

Cabe ao Ministério da Educação a assistência financeira na elaboração dos cursos, assim como o monitoramento e a avaliação das ações desenvolvidas. O Programa foi financiado por recursos provenientes do FNDE, através da Bolsa-Formação, no montante de R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos) por hora-aluno<sup>28</sup>.

Conforme projeto básico fornecido pela coordenação geral, da proposta inicial apresentada pela UFPB no total de R\$ 6.378.750,00 (seis milhões e trezentos e setenta e oito mil e setecentos e cinquenta reais), o FNDE aprovou o montante de R\$ 6.210.000,00 (seis milhões e duzentos e dez mil reais) para funcionamento dos cursos previstos no período de agosto/17 a julho/19, tendo sido esse valor liberado através de recursos de custeio<sup>29</sup> para cobertura de despesas como: diárias, serviços de pessoa física e de pessoa jurídica, passagens, material de consumo, despesas previdenciárias e auxílio financeiro ao estudante. Não houve

---

<sup>27</sup> Conforme Edital SETEC nº 01 de 02/03/17, os seminários de profissões são eventos realizados para apresentar as perspectivas do mundo do trabalho e renda, para abordar o perfil das mais diversas profissões, suas contribuições à sociedade, em consonância com o arranjo local, favorecendo a construção da identidade pessoal e profissional do educando.

<sup>28</sup> O valor da hora-aluno é encontrado no resultado da multiplicação do número total de vagas e da carga horária do curso.

<sup>29</sup> Despesas de custeio são aquelas necessárias à manutenção das atividades dos órgãos da administração pública, como por exemplo: despesas com pessoal, juros da dívida, aquisição de bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, despesas com água, energia, telefone, etc.

previsão orçamentária para despesas de capital<sup>30</sup>. Os valores propostos em cada natureza de despesa, por ano, estão expostos na tabela a seguir:

**Tabela 4 - Orçamento aprovado pelo FNDE para o MedioTec/UFPB (2017-2018)**

<b>DADOS ORÇAMENTÁRIOS</b>		
<b>EXERCÍCIO (ANO)</b>	<b>NATUREZA DE DESPESA</b>	<b>VALOR</b>
2017	339014 – Diárias	90.000,00
2017	339018 – Auxílio Estudante	474.000,00
2017	339030 – Material Consumo	260.000,00
2017	339033 – Passagens	120.000,00
2017	339036 – Serviço PF	288.103,20
2017	339048 – Auxílio Servidor	1.026.972,80
2017	339147 – Previdência	57.933,34
2017	339039 – Serviço PJ	75.636,00
2018	339014 – Diárias	154.000,00
2018	339018 – Auxílio Estudante	963.000,00
2018	339030 – Material Consumo	503.000,00
2018	339033 – Passagens	206.000,00
2018	339036 – Serviço PF	543.006,40
2018	339039 – Serviço PJ	141.000,00
2018	339048 – Auxílio Servidor	1.198.121,60
2018	339147 – Previdência	109.226,66
<b>Total</b>		<b>RS 6.210.000,00</b>

Fonte: Projeto Básico MedioTec/UFPB, 2017.

O órgão financiador do Programa exige que seja apresentado, além da previsão de despesa em cada elemento específico, o cronograma de desembolso do recurso, o qual estima os valores a serem desembolsados de acordo com as atividades programadas para cada semestre, conforme mostra o quadro a seguir extraído do projeto básico apresentado ao FNDE:

**Quadro 4 - Cronograma financeiro 2018-2019**

<b>Etapa</b>	<b>Descrição</b>	<b>Período</b>	<b>Valor</b>
1	Implantação do Programa e início das atividades	01/08/2017 a 31/12/2017	R\$ 2.392.645,34
2	Segundo módulo do Programa	01/01/2018 a 30/06/2018	R\$ 2.104.177,33
3	Terceiro módulo do Programa e culminância das atividades	01/07/2018 a 31/07/2019	R\$ 1.713.177,33
<b>TOTAL</b>			<b>RS 6.210.000,00</b>

Fonte: Projeto Básico MedioTec/UFPB, 2017.

<sup>30</sup> Conforme Martins (2013), as despesas de capital são principalmente os investimentos realizados pelo Estado em obras públicas, serviços em regime de programação especial, aquisição de equipamentos e aquisição de bens imóveis, bens de capital, títulos de participação em empresas e amortização da dívida pública.

Na UFPB, após aprovado o projeto básico, o Programa foi oficializado através da celebração de um Termo de Execução Descentralizada – TED<sup>31</sup>, sob número 6217, junto ao MEC e ao FNDE e número de transferência 690252.

Para iniciar a execução do Programa os recursos orçamentários foram transferidos para a UFPB através das Notas de Crédito 2017NC700128 e 2017NC700172 do FNDE, no valor total de R\$ 2.392.645,34 (dois milhões, trezentos e noventa e dois mil e seiscentos e quarenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), valor esse referente ao semestre 2017.2. Em reunião entre a coordenação geral e as coordenações adjuntas ficou definido que os valores descentralizados para a UFPB seriam distribuídos para as unidades de João Pessoa e Bananeiras proporcionalmente ao número de vagas ofertadas por cada uma delas, 80% e 20%, respectivamente. Sendo assim, no primeiro semestre de execução (2017.2) a unidade de João Pessoa recebeu R\$ 1.914.116,27 (um milhão, novecentos e quatorze mil, cento e dezesseis reais e vinte e sete centavos) e Bananeiras R\$ 478.529,07 (quatrocentos e setenta e oito mil, quinhentos e vinte e nove reais e sete centavos).

Do valor total recebido, R\$ 361.222,49 (trezentos e sessenta e um mil e duzentos e vinte e dois reais e quarenta e nove centavos) não foram utilizados durante o ano de 2017, tendo sido devolvidos ao FNDE no final do exercício. Isso ocorreu porque o Princípio da Anualidade estabelece um período limitado de tempo para a estimativa de receita e para a fixação da despesa, ou seja, o orçamento deve compreender o período de um exercício, que corresponde ao ano fiscal<sup>32</sup> (até 31 de dezembro). Esse valor representou cerca de 15% do recurso concedido pelo órgão para custeio das despesas do Programa naquele ano. Os dados da execução orçamentária referente ao período em questão podem ser observados na tabela a seguir:

---

<sup>31</sup> Segundo o Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013, é definido como “instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho, respeitada fielmente a classificação funcional programática”. (BRASIL,2018)

<sup>32</sup> Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/orcamento-da-uniao/leis-e-principios-orcamentarios>. Acesso em: 25 fev. 2020.

Tabela 5 - Execução orçamentária agosto/2017 a dezembro/2017

ELEMENTO DE DESPESA	TOTAL DE RECURSOS 2017	VALOR EXECUTADO 2017	VALOR DEVOLVIDO 2017	% DEVOLVIDO 2017
339014 - Diárias	90.000,00	31.089,77	58.910,23	65,46%
339030 - Material de consumo	260.000,00	111.555,65	148.444,35	57,09%
339033 - Passagens	120.000,00	95.948,68	24.051,32	20,04%
339036 - Serviço PF	288.103,20	283.724,10	4.379,10	1,52%
339039 - Serviço PJ	75.636,00	37.665,75	37.970,25	50,20%
339147 - Encargos c/ previdência	57.933,34	57.780,82	152,52	0,26%
339018 - Auxílio financeiro estudante	474.000,00	462.200,00	11.800,00	2,49%
339048 - Remuneração Servidores	1.026.972,80	951.458,08	75.514,72	7,35%
<b>Totais</b>	<b>2.392.645,34</b>	<b>2.031.422,85</b>	<b>361.222,49</b>	<b>15,10%</b>

Fonte: Elaborado pela autora conforme dados extraídos do Tesouro Gerencial, 2019.

Conforme tabela 5, durante o primeiro ano de atividades do Programa, foram emitidos empenhos<sup>33</sup> no valor total de R\$ 2.031.422,85 (dois milhões e trinta e um mil e quatrocentos e vinte e dois reais e oitenta e cinco centavos). Desse total, as despesas com pessoal representaram cerca de 54% do total de recursos disponibilizados pelo FNDE, visto serem os profissionais envolvidos o principal instrumento utilizado no Programa. O segundo maior gasto, cerca de 23%, se refere ao auxílio financeiro ao estudante. Cada aluno recebeu R\$ 2,00 (dois reais) por hora-aula presencial a fim de custear as eventuais despesas com transporte e alimentação. Assim, proporcionalmente às aulas presencias realizadas no mês, era realizado o pagamento do valor correspondente diretamente na conta corrente do aluno.

A emissão dos empenhos durante o exercício não significa dizer que a despesa tenha sido paga, ou seja, que tenha ocorrido o desembolso do dinheiro. Sendo assim, a tabela 6 apresentará o valor efetivamente pago durante o ano de 2017, bem como o valor registrado na rubrica de Restos a Pagar<sup>34</sup> ao final do mesmo ano:

<sup>33</sup> O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. (Art. 58 da Lei 4.320/64). É espécie de reserva orçamentária, formalizada por ato de uma autoridade competente, para a realização de uma determinada despesa.

<sup>34</sup> Conforme definição do art. 36 da Lei n. 4.320/64, restos a pagar são as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício ao qual pertencem. São as obrigações assumidas pelo ente público encaminhadas ao efetivo pagamento, eis que reconhecida a certeza de liquidez do direito do credor.

**Tabela 6 - Execução financeira 2017 (em reais)**

<b>VALOR TOTAL EMPENHADO</b>	<b>VALOR PAGO</b>	<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>% DESPESAS PAGAS</b>
2.031.422,85	474.017,40	1.557.405,45	23,33%

**Fonte:** Elaborado pela autora conforme dados extraídos do Tesouro Gerencial, 2019.

A execução orçamentária no exercício de 2017 apresentou alguns atropelos gerados principalmente pela falta de experiência dos gestores, como pode ser observado na tabela 6 que demonstra que apenas 23% do valor empenhado foram pagos durante esse período, ficando 77% a ser executado financeiramente no exercício seguinte. Nesse sentido, foram necessários alguns ajustes, como solicitação de remanejamento de crédito orçamentário entre elementos de despesa, já que sobrou recurso em algumas rubricas orçamentárias, como diárias, por exemplo, e faltou em outras, como serviços prestados por pessoas físicas. E ainda, a fim de evitar que problemas assim se repetissem no ano seguinte, a equipe realizou reuniões nas quais pode avaliar e efetuar um melhor planejamento para suas ações.

Para o ano de 2018, o projeto previa receber recursos no montante de R\$ 3.817.354,66 (três milhões, oitocentos e dezessete mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e seis centavos), porém, conforme cálculos efetuados pelo FNDE ao final do exercício de 2017, foi apurado um índice de cerca de 21% relativo à evasão do primeiro semestre. Diante disso, a UFPB recebeu para cobrir as despesas do exercício em questão o valor total de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) através da Nota de Crédito FNDE 2018NC700048, emitida em 22 de março de 2018.

Conforme a artigo 6º da Lei 12.513/2011, os valores correspondentes às vagas não preenchidas deverão ser devolvidos ao órgão financiador, a saber:

§ 3º O montante dos recursos a ser repassado para as bolsas-formação de que trata o caput corresponderá ao número de vagas pactuadas por cada instituição de ensino ofertante, que serão posteriormente confirmadas como matrículas em sistema eletrônico de informações da educação profissional mantido pelo Ministério da Educação, observada a obrigatoriedade de devolução de recursos em caso de vagas não ocupadas

Ainda no ano de 2018, devido ao descumprimento do Termo de Cooperação por parte das prefeituras no tocante à responsabilidade pelo transporte dos alunos, houve a necessidade urgente de que o Programa arcasse com essas despesas. Como essa despesa não estava inicialmente prevista, foi preciso que o Programa realizasse um remanejamento do crédito, retirando o valor de R\$ 139.600,00 (cento e trinta e nove mil e seiscentos reais) dos elementos de despesa 339014 (R\$ 16.000,00), 339030 (R\$ 70.000,00), 339036 (R\$ 3.600,00) e 339039

(R\$ 50.000,00) para que o FNDE reclassificasse o referido valor para o elemento 339033 (Passagens e despesas com locomoção), e assim o Programa pudesse contratar os serviços de transporte essenciais para a conclusão das atividades pedagógicas. O crédito orçamentário recebido pelo Programa para as despesas no exercício de 2018 estão discriminadas conforme tabela 7:

**]Tabela 7 - Execução orçamentária janeiro/2018 a dezembro/2018**

<b>ELEMENTO DE DESPESA</b>	<b>TOTAL DE RECURSOS 2018</b>	<b>VALOR EXECUTADO 2018</b>	<b>VALOR DEVOLVIDO 2018</b>	<b>% DEVOLVIDO 2018</b>
339014 - Diárias	105.000,00	94.405,97	10.594,03	10%
339030 - Material de consumo	120.000,00	96.362,70	23.637,30	20%
339033 - Passagens	180.000,00	149.991,43	30.008,57	17%
339036 - Serviço PF	612.000,00	598.003,50	13.996,50	2%
339039 - Serviço PJ	131.000,00	86.304,41	44.695,59	34%
339147 - Encargos c/ previdência	124.000,00	120.766,80	3.233,20	3%
339018 - Auxílio financeiro estudante	770.000,00	512.678,73	257.321,27	33%
339048 - Remuneração Servidores	958.000,00	912.628,00	45.372,00	5%
<b>Total</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>2.571.141,54</b>	<b>428.858,46</b>	<b>14%</b>

**Fonte:** Elaborado pela autora conforme dados extraídos do Tesouro Gerencial, 2019

Segundo a tabela 7, do orçamento recebido, 86% foram empenhados para despesas correntes e apenas 14% foi devolvido ao órgão financiador, consequência do trabalho realizado pela coordenação do Programa e a equipe contábil no planejamento para o ano de 2018. Isso pode ser percebido também na execução financeira do referido exercício, que chegou a 64%, conforme tabela 8:

**Tabela 8 - Execução financeira 2018 (em reais)**

<b>VALOR TOTAL EMPENHADO</b>	<b>VALOR PAGO</b>	<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>% DESPESAS PAGAS</b>
2.571.141,54	1.662.277,43	876.192,54	64,65%

**Fonte:** Elaborado pela autora conforme dados extraídos do Tesouro Gerencial, 2019

A tabela a seguir resume os números do Programa MedioTec na UFPB, dentre os quais: Crédito orçamentário aprovado pelo FNDE, crédito orçamentário efetivamente

disponibilizado pelo FNDE, valor total empenhado em despesas diversas, crédito orçamentário devolvido (refere-se ao orçamento não empenhado dentro do exercício), valor anulado e não devolvido (refere-se ao saldo residual do empenho de diárias anulado após o encerramento do exercício), despesas efetivamente pagas (representam desembolso de dinheiro) e cancelamento de restos a pagar (saldos de empenhos os quais o serviço não tenha sido realizado ou o material não tenha sido entregue):

Tabela 9 - Resumo da execução orçamentária e financeira

ANO	CRÉDITO		VALOR EMPENHADO	VALOR		DESPESAS EFETIVAMENTE PAGAS	CANCELAMENTO RESTOS A PAGAR
	ORÇAMENTÁRIO APROVADO	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO		CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO	ANULADO E NÃO DEVOLVIDO		
2017	2.392.645,34	2.392.645,34	2.031.422,85	361.222,49	0,00	1.339.360,16	692.062,69
2018	3.817.354,66	3.000.000,00	2.538.469,97	428.858,46	32.671,57	2.044.055,59	494.414,38
<b>Total</b>	<b>6.210.000,00</b>	<b>5.392.645,34</b>	<b>4.569.892,82</b>	<b>790.080,95</b>	<b>32.671,57</b>	<b>3.383.415,75</b>	<b>1.186.477,07</b>

Fonte: Elaborado pela autora conforme dados extraídos do Tesouro Gerencial, 2019.

A partir dos dados apresentados, verifica-se que do orçamento total aprovado, pouco mais de seis milhões de reais, o valor de aproximadamente R\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil reais) foram disponibilizados pelo FNDE para a implantação e desenvolvimento do MedioTec na UFPB. Deste valor foram efetivamente utilizados R\$ 3.383.415,75 (três milhões, trezentos e oitenta e três mil e quatrocentos e quinze reais e setenta e cinco centavos), o que representa 63% do recurso total disponibilizado, os cerca de 37% restantes foram devolvidos ao órgão financiador.

Para fins de comparação, no exercício de 2019 o orçamento total disponibilizado para a ETS/UFPB foi de R\$ 2.044.102,23<sup>35</sup> (dois milhões, quarenta e quatro mil e cento e dois reais e vinte e três centavos), o que representa 38% do recurso que a Coordenação Geral do MedioTec teve em mãos para implementar o Programa na UFPB. Se formos considerar que a ETS oferece quatro cursos presenciais, todos da área de saúde, ou seja, que demandam mais recursos de material e de estrutura, podemos entender o quanto o recurso do MedioTec poderia ter sido melhor aproveitado.

O fato de que os gestores do Programa não possuíam experiência na implementação de programas como o MedioTec fez com que ocorressem problemas de planejamento e de execução do orçamento. É pertinente que aqueles que aceitem o desafio de gerir recursos de grande vulto, como foi o caso, procurem se preparar através de cursos específicos na área administrativa e orçamentária.

Outro motivo que trouxe dificuldades para a execução dos recursos, principalmente no primeiro semestre, foi a falha na comunicação entre o setor responsável pelo acompanhamento de convênios (ligado à Pró-Reitoria de Administração da UFPB) e a equipe contábil do Programa. Esse fato levou ao atraso na emissão de empenhos e realização de pagamentos.

Além disso, é válido lembrar que as aquisições de material e contratação de serviços por órgãos públicos devem obedecer a uma série de normas e procedimentos, dentre os quais destacamos o processo de licitação. Ocorre que houve situações nas quais o Programa precisou adquirir um determinado material (insumos de laboratório, por exemplo) e não havia processo licitatório disponível. Sendo assim, aconteceu de não se concretizarem as compras desses materiais dentro do prazo no qual o Programa deveria ser executado e que por vezes não pôde esperar pela morosidade de um processo licitatório.

---

<sup>35</sup> Dados extraídos do Tesouro Gerencial, 2020.

É pertinente destacar que o cenário no qual foi aprovado o orçamento do MedioTec/UFPB, durante o ano de 2016, ainda se mostrava favorável à educação, já que o Governo Dilma Rousseff (2011-2016) se manifestou um importante incentivador da educação profissional dando continuidade à expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, iniciada no Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), e ainda, criando o Pronatec.

No atual governo Jair Bolsonaro, que teve início em janeiro de 2019, há que se considerar os cortes nos recursos direcionados às políticas sociais, em específico à educação, impulsionados pela aprovação da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) nº 55, proposta pelo presidente Michel Temer, aprovada em 2016 pelo Senado Federal, apresentada como sua principal medida no campo econômico, que impôs a limitação ao crescimento das despesas do governo federal durante 20 anos, estabelecendo um novo regime fiscal aos setores de Educação e Saúde.

Diante desse panorama, enquanto o orçamento do Ministério da Educação para o exercício de 2019 (aprovado em 2018) foi de R\$ 122.951.191.257,00, o valor previsto para o ano de 2020 chegou a R\$ 103.114.812.356,00<sup>36</sup>. Isso significa uma redução de cerca de 16% nos recursos destinados à educação, ou seja, essas políticas têm sido abaladas vez que seu orçamento vem sendo comprometido com essas contenções.

Apesar disso, o Programa MedioTec permanece a ser ofertado. Há uma expectativa de que a UFPB, novamente através da ETS, envie proposta ao FNDE para uma nova oferta de cursos do MedioTec. Nesse contexto, ressaltamos a importância dessa pesquisa que apresentará, como produto final, sugestões de melhoria do Programa MedioTec na instituição.

### 3.2 CURSOS DO MEDIOTECH OFERECIDOS PELA ETS/UFPB

A ETS/UFPB ofertou, através do Programa MedioTec, quatro cursos: Análises Clínicas, Cuidado de Idosos, Guia de Turismo, Meio Ambiente.

---

<sup>36</sup> Dados extraídos da LOA 2020 – Projeto de Lei nº 22/2019 – CN. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa/2020/tramitacao/proposta-do-poder-executivo>. Acesso em: 20 Fev. 2020.

### **3.2.1 Técnico em Análises Clínicas**

O curso foi regulamentado pela Resolução nº 32/2018 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE que prevê carga horária total de 1200 horas-aula distribuídas em vinte e quatro disciplinas.

A decisão pela oferta deste curso considerou as demandas do Estado da Paraíba, já que beneficia a região promovendo por meio da educação profissional, melhoria da qualidade de vida, atenção à saúde, preservação e utilização da natureza e desenvolvimento e inovação em aparato tecnológico.

Além disso, o diagnóstico, o tratamento de patologias e o monitoramento da saúde dependem, dentre outros fatores, dos dados e das informações obtidos por análises realizadas em amostras biológicas. A importância desses procedimentos no processo dos cuidados de saúde justifica a emergente preocupação com o aprimoramento da formação técnica profissional na área de serviço de apoio e diagnóstico.

Segundo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT, instituído pelo Ministério da Educação, o Técnico em Análises Clínicas: “Executa atividades padronizadas de laboratório necessárias ao diagnóstico, nas áreas de parasitologia, microbiologia médica, imunologia, hematologia, bioquímica, biologia molecular e urinálise. Realiza investigação e implantação de novas tecnologias biomédicas. Executa ações de rotina de trabalho em laboratório de análises clínicas. Recepciona o cliente à execução de exames laboratoriais nas diversas amostras biológicas, nas atividades de auxílio diagnóstico. Opera aparato tecnológico de laboratório de saúde. Aplica técnicas adequadas de descarte de fluidos e resíduos biológicos e químicos.” (BRASIL, 2016)

O campo de atuação desse profissional pode ser em hospitais, clínicas, postos de saúde, laboratórios de diagnósticos médicos, laboratórios de pesquisa e ensino biomédico, laboratórios de controle de qualidade em saúde. Sua formação continuada abrange as áreas de Farmácia, Biomedicina e Ciências Biológicas.

### **3.2.2 Técnico em Cuidado de Idosos**

A Resolução nº 12/2019 do CONSEPE/UFPB regulamentou o Curso Técnico em Cuidado de Idosos, com carga horária de 1.200 horas-aula e inserido no eixo tecnológico ambiente e saúde. A proposta original de implantação do Curso Técnico em

Cuidados de Idosos na ETS, em sua versão presencial, faz parte de um compromisso ético de 14 professores da Escola Técnica que concluíram o Doutorado em Gerontologia Biomédica. Estes professores perceberam, através de seus estudos, a necessidade urgente de qualificação profissional no setor.

Com o envelhecimento da população, os cursos técnicos em Cuidados de Idosos estão em evidência e a necessidade desses profissionais no mercado de trabalho é uma realidade. Nesse sentido, o objetivo desse curso é de formar cuidadores de idosos capazes de atuar de modo ético, comprometidos com a qualidade de vida da pessoa idosa.

Dentre as funções do cuidador de idosos, o CNCT destaca:

Cuida de idosos independentes ou dependentes, acamados ou não, nos aspectos físico, mental, cultural e social. Acompanha o idoso em atividades de rotina. Auxilia nos cuidados de higiene. Estimula atividades ocupacionais e de lazer. Zela pela autonomia do idoso e melhoria da qualidade de vida. Cuida de idosos, com ou sem limitações, nas atividades da vida diária (AVD) e atividades instrumentais da vida diária (AIVD). Identifica as necessidades e expectativas do idoso, incentiva a autonomia e independência. Estimula a capacidade funcional. Promove o envelhecimento ativo bem-sucedido. Auxilia o idoso em suas atividades. Estimula o autocuidado. Atende às necessidades de higiene pessoal, do ambiente e preservação da saúde e da qualidade de vida. Providencia adequações ambientais que facilitem a mobilidade do idoso. Desenvolve atividades físicas que considerem os limites da capacidade funcional do idoso. Evita situações de riscos e garante a segurança do idoso. Supervisiona e administra medicação conforme prescrição médica. Organiza cardápios de acordo com prescrição médica/nutricionista. Acompanha e orienta idosos e familiares aos serviços previdenciários, assistência social, de saúde e farmacêutica. (Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, 2016, p. 19)

As atividades poderão ser desenvolvidas por esse profissional em hospitais, clínicas, instituições de longa permanência, no atendimento domiciliar ou até mesmo atuação como profissional autônomo. Caso o concluinte pretenda ingressar num curso ensino superior da mesma área, poderá optar pelos cursos de Bacharelado em Enfermagem, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Nutrição ou Serviço Social.

### **3.2.3 Técnico em Guia de Turismo**

O Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Guia de Turismo na modalidade de Educação Profissional à Distância foi aprovado pela Resolução nº 08/2018 do Conselho Universitário – CONSUNI da UFPB, dentro do Eixo Tecnológico: Turismo, Hospitalidade e Lazer, com carga horária de 800 horas, dentre elas, 250 horas de Prática Profissional.

A ideia de disponibilizar esse curso no Programa MedioTec deveu-se à necessidade de atender ao potencial das localidades turísticas da capital João Pessoa e do Estado da Paraíba, ainda pouco explorado, como é o caso do interior. Como as diretrizes do Ministério do Turismo, na Política Nacional de Turismo, apontam para a regionalização e interiorização da atividade, espera-se que o planejamento do turismo continue acontecendo, de forma a levar o turismo enquanto alternativa de desenvolvimento para todo o Estado. Entendeu-se que a formação desses profissionais contribuiria para a elevação da qualidade dos serviços turísticos prestados ao mercado potencial de crescimento, favorecendo a formação cidadã e geração de empregos, e consequentemente contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico loco - regional.

Conforme a Anexo I da Resolução CONSUNI nº 08/2018, as políticas públicas vêm atuando no sentido de investir em infraestrutura nas localidades e criar novos produtos turísticos, os quais tenham o poder não apenas de atrair novas demandas, mas de trazer o aumento do tempo de permanência nos destinos, fazendo assim com que a economia do turismo tenha um impacto ainda mais significativo. Sendo assim, se faz necessário um engajamento de todos os atores sociais envolvidos nessa atividade, tais como o poder público, a iniciativa privada e as instituições responsáveis pela formação profissional, convergindo para o mesmo objetivo que é assegurar o desenvolvimento loco regional e nacional do turismo de forma sustentável economicamente, mas também com responsabilidade sociocultural.

O perfil esperado para o profissional egresso desse curso é ser capaz de conduzir e assistir pessoas ou grupos em traslados, passeios, visitas e viagens. Informar os visitantes sobre aspectos socioculturais, históricos, ambientais e geográficos. Traduzir o patrimônio material e imaterial de uma região para visitantes, estruturando e apresentando roteiros e itinerários turísticos de acordo com interesses, expectativas ou necessidades específicas. (CNCT, 2016, p. 250)

As possibilidades de verticalização para cursos de graduação vão desde Curso superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e do Lazer, Tecnologia em Gestão de Turismo, Tecnologia em Eventos ao Bacharelado em Turismo.

### 3.2.4 Técnico em Meio Ambiente

O curso está inserido no eixo tecnológico Ambiente e Saúde e foi regulamentado pela Resolução nº 36/2018 do CONSEPE a qual prevê carga horária total de 1200 horas-aula. Conforme seu PPC, a proposta do curso consiste na formação associada à melhoria do meio ambiente, à preservação e utilização dos recursos naturais e ao desenvolvimento e inovação do desenvolvimento tecnológico de suporte e atenção à saúde, tornando os alunos aptos a se inserir no mundo do trabalho e renda a partir da formação técnica.

O fato de que as empresas têm incorporado a sua gestão o conceito de responsabilidade social tem aumentado a demanda por profissionais aptos a atuar nas mais diversas áreas ambientais. Os setores de energias renováveis, reciclagem e tratamento de resíduos, transporte público, construção de equipamentos com eficiência no uso de energia, agricultura e florestas sustentáveis, serviços ambientais, entre outros, necessitam cada vez mais contratar profissionais técnicos em meio ambiente.

Diante disso, surge a necessidade da formação de profissionais cada vez mais qualificados visando contribuir para a melhoria da qualidade ambiental, através do desenvolvimento de atividades relacionadas à preservação de ecossistemas, redução de emissões atmosféricas, minimização de resíduos, eficiência energética, implementação de novas tecnologias, entre outras.

O Campo de atuação desse profissional pode ser em instituições de assistência técnica, pesquisa e extensão rural, estações de tratamento de resíduos, empresas de licenciamento ambiental, unidades de conservação ambiental, cooperativas e associações, ou ainda atuar como profissional autônomo.

O ensino continuado poderá se dar nas áreas de Tecnologia em Meio Ambiente, Tecnologia em Gestão Ambiental, Tecnologia em Saneamento Ambiental, Bacharelado em Engenharia Sanitária, Engenharia Ambiental, Licenciatura ou Bacharelado em Biologia.

### 3.3 ASPECTOS PEDAGÓGICOS

O MedioTec utiliza metodologias voltadas para o ensino à distância, que dentro de uma perspectiva de educação interativa e flexível vem se tornando realidade em muitas instituições de ensino, já que os recursos de multimídia se apresentam como

suporte alternativo e eficiente para acesso ao conhecimento. Os cursos oferecidos pelo MedioTec na UFPB ocorreram de maneira semipresencial e neles foram empregados os recursos tecnológicos disponíveis na instituição.

A plataforma de internet foi utilizada para interação via comunicação síncrona<sup>37</sup> e assíncrona. Foi neste ambiente onde os alunos puderam tirar dúvidas, expor suas necessidades e problemas, sem impedimentos quanto a sua localização geográfica ou ao seu tempo. O ambiente eletrônico não foi apenas utilizado para transmitir conhecimentos, mas também para compartilhar aspectos culturais, próprios da modernidade, tornando-se assim, veículo permanente de apoio às mudanças. A metodologia utilizada no Programa é fundamentada numa concepção de aluno e de conhecimento, reconhecendo nesse indivíduo um ser ativo e construtor de seu conhecimento.

O oferecimento de cursos técnicos a distância possibilita que o aluno construa conhecimento, desenvolva suas aptidões e hábitos relativos ao estudo, à profissão e a sua própria vida, e que possa adequar-se ao tempo e espaço disponíveis, rompendo com o paradigma de professor em sala de aula presencial em tempo integral.

A proposta metodológica do Programa apresenta um conjunto de saberes e práticas que propiciem ao aluno desenvolvimento da capacidade de raciocínio, autonomia intelectual, pensamento crítico, iniciativa própria, capacidade de visualização e resolução de problemas.

No cenário da EAD, a atuação do mediador ocorre, ora a distância, ora em presença física e está apoiada por materiais didáticos e suportes tecnológicos e, utilizados isoladamente ou combinados e veiculados por diversos meios tecnológicos.

Na mediação das atividades que integravam teoria e prática o docente e o mediador deveriam exercer suas atividades de maneira que favorecessem a detecção de problemas, direcionando os alunos na busca de soluções, estimulando neles o uso do raciocínio lógico e da criatividade.

Os estudos à distância foram apoiados em atividades *online* disciplinares objetivas e discursivas, e ainda em atividades supervisionadas presencialmente, compostas por reflexões sobre pontos apresentados nos materiais didáticos, leituras

---

<sup>37</sup> Comunicação em que a mensagem é recebida e imediatamente respondida, geralmente se refere a interações em que é possível estar presencialmente, ou pelo telefone, por videoconferências etc. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aurelio/>. Acesso em: 20 Fev. 2020.

complementares, orientações para o desenvolvimento de pesquisas, produção textual e trabalhos em grupos.

Para cada curso foram disponibilizados mediadores à distância para atendimento das atividades desenvolvidas através do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, ferramenta acessada com senha individual, que funcionava como ambiente de apoio pedagógico. Foi através do AVA que os alunos tiveram acesso ao material didático, textos complementares e outras atividades relacionadas ao curso, realizaram tarefas e provas, e se comunicaram com os mediadores/professores e com os colegas.

Todos os questionamentos puderam ser efetuados através do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, além disso, o sistema permitiu o acesso aos serviços de: vídeo-aulas, áudio e vídeo-conferências, *chats*, fóruns, bibliotecas virtuais, informações acadêmicas, notas, calendários, informações pedagógicas, cronogramas, arquivos disponíveis, textos complementares e contatos em geral.

O atendimento virtual ocorreu todos os dias da semana, conforme cronograma da coordenação de curso previamente informado aos estudantes. Além desse ambiente, a comunicação entre alunos e mediadores ocorreu via aplicativos de celular. O gerenciamento da sala de aula virtual foi feito pelo Professor Formador, supervisionado pelo coordenador do curso e pela pedagoga e devidamente acompanhado pelos professores mediadores à distância a fim de manter o contato mais próximo com o aluno.

As atividades virtuais do curso foram desenvolvidas, utilizando, primordialmente, o ambiente virtual de aprendizagem *Modular Objected Distance Learning – Moodle*, mesmo sistema utilizado pelos alunos de graduação à distância da UFPB e acessível em computadores ou *smartphones*. O estudante foi orientado por um manual postado na própria plataforma de acesso *Moodle*. Esse material trouxe também todas as informações sobre a Instituição na qual ele ingressou, sua estrutura física e administrativa, além do sistema de avaliação.

Foi nesse ambiente que o aluno teve acesso ao material didático elaborado por professores da ETS/UFPB ou por professores selecionados/convidados. Esse material foi um recurso situado numa dimensão estratégica, em que a escolha e o planejamento de atividades contribuíram efetivamente para que o aluno interagisse de modo dinâmico com o que lhe foi proposto. Além da plataforma *Moodle*, considerada ferramenta prioritária do curso, foram utilizados ainda o sistema de *webconferência*, material impresso e vídeos.

Além do *Moodle*, o Programa ainda utilizou o Sistema Nacional de Informação da Educação Profissional e Tecnológica- SISTEC para registro de informações solicitadas pela Setec e FNDE, e o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da UFPB – SIGAA, utilizado para geração de matrículas dos alunos e registro de notas.

As avaliações foram realizadas em cada componente curricular por meio de diversos instrumentos que permitiam o diagnóstico e a verificação do rendimento escolar, previstos no plano de ensino de cada componente curricular. A aprovação se deu com base nas frequências e nas avaliações do aproveitamento acadêmico.

Conforme a LDB, art. 24, inciso VI, “o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação”. Nesse contexto, a assiduidade refere-se à frequência às aulas presenciais, aos trabalhos escolares, aos exercícios de aplicação e atividades práticas. Nesse sentido, o aproveitamento acadêmico foi avaliado através de acompanhamento contínuo do estudante e dos resultados por ele obtidos nas atividades avaliativas.

Quanto à estrutura física, os alunos contaram com o acesso às bibliotecas dos polos de apoio, da ETS e da Biblioteca Central da UFPB. Além disso, o Programa disponibilizou auditórios, sala de vídeo, laboratório de informática com acesso à *internet* e Programas específicos, computadores e impressoras, projetores multimídia, TV, DVD, tela para projeção, laboratórios equipados necessários ao desenvolvimento curricular, tudo isso objetivando a formação profissional com um padrão mínimo de qualidade.

Importante destacar o papel do mediador nesse processo educacional como sendo umas das principais ferramentas no desenvolvimento do ensino a distância. Foi através dele que os alunos tiveram garantido o atendimento personalizado e o seu acompanhamento contínuo, bem como foi proporcionada a articulação entre participantes no processo para o alcance dos objetivos propostos.

Para Nunes (2012), uma das funções mais importantes na EAD é a do tutor, papel equivalente (por analogia) ao mediador no MedioTec. A autora destaca que esse profissional é responsável por acompanhar e avaliar o processo de ensino-aprendizagem, agindo muitas vezes como conselheiro e mentor:

O papel de avaliador é imprescindível para a qualidade e o sucesso da aprendizagem e envolve, além da aprendizagem propriamente dita, o acompanhamento dos estudantes. Nesse sentido, merecem destaques as funções: acompanhamento e registro das atividades e produção dos alunos; análise do desempenho dos alunos e proposição de procedimentos que melhorem o seu rendimento, quando necessário; estímulo à autoavaliação; e registro atualizado sobre ausências, realizações de atividades, dificuldades e solicitações dos alunos. (NUNES, 2012)

Sabendo que um mediador sozinho pouco pode fazer diante da complexidade de questões que seus alunos apresentam, o Programa teve a preocupação em constituir uma equipe multidisciplinar, que permitiu pensar o trabalho educativo nos diversos campos do conhecimento, tendo sido fundamental para compor uma prática inclusiva junto a esse profissional. Dentro dessa lógica, os alunos do MedioTec dispuseram do apoio dessa equipe multidisciplinar formada por psicólogo, assistente social e pedagoga, que se preocuparam em manter o interesse dos estudantes pela futura formação, mostrando as oportunidades que poderiam surgir por meio do curso ofertado. Essa equipe se manteve informada quanto à assiduidade dos alunos no ambiente virtual, por meio de relatórios fornecidos pelo técnico em informática, os quais esclareceram quais alunos não acessaram o ambiente virtual, as atividades que estavam pendentes, bem como acompanhamento do trabalho dos mediadores à distância.

Dentre as ações realizadas pela equipe multidisciplinar estão: visitas regulares aos polos, palestras motivacionais realizadas pelo psicólogo a fim de incentivar a participação dos alunos e reduzir os fatores que poderiam levar à evasão, atendimento individualizado aos alunos (presencialmente e/ou virtualmente, seja por *e-mail* ou na plataforma virtual ou ainda via grupos de *WhatsApp*), com o objetivo de levantar as dificuldades e os desafios enfrentados por eles em cada momento, criação de redes sociais do Programa (*Facebook* e *Instagram*) por meio das quais os alunos puderam acompanhar fotos das atividades desenvolvidas, nas quais eles puderam enxergar seus futuros nas profissões escolhidas, mais uma forma de incentivo dada aos estudantes. O Programa ainda ofertou escuta psicológica, intervindo junto aos estudantes quando se fez necessário ou quando foi solicitada.

**Figura 5 - Palestra Motivacional promovida pela coordenação adjunta**



**Fonte:** Relatório Final de Atividades, 2019.

De acordo com o Art. 33 da Resolução nº 06/2012 do CNE,

[...] os cursos técnicos de nível médio oferecidos, na modalidade de Educação a Distância, no âmbito da área profissional da Saúde, devem cumprir, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de carga horária presencial, sendo que, no caso dos demais eixos tecnológicos, será exigido um mínimo de 20% (vinte por cento) de carga horária presencial, nos termos das normas específicas definidas em cada sistema de ensino [...]

Sendo assim, cada curso indicou em seu Plano Pedagógico de Curso - PPC a carga horária destinada às aulas presenciais, que foram ministradas pelos mediadores presenciais geralmente nos polos de apoio e que exploraram o máximo possível para que os alunos tivessem outra visão de mundo. Dentre os cursos oferecidos pela ETS, todos propuseram uma carga horária de 50% aulas presenciais e 50% virtuais, exceto o curso de Guia de Turismo, o qual previu 31,25% do total de horas destinados a aquelas aulas.

A professora Lucília Regina de Souza Machado Doutora em Educação pela PUC/SP, na palestra de abertura do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do IFSC (2017), critica o MedioTec alegando que o Programa é baseado apenas na teoria, sem qualquer prática. Porém, conforme relatórios de atividades dos mediadores presenciais, os cursos oferecidos pela ETS/UFPB, embora tenham

enfrentado barreiras para a realização das aulas práticas, cumpriram integralmente as cargas horárias previstas nos PPC's.

Os alunos do Curso de Guia de Turismo participaram de aulas em pontos turísticos da Paraíba como: Campina Grande (no período do São João), Areia e Bananeiras - PB e Tibau do Sul - RN (nos dois encontros de ensino à distância promovidos pelas equipes do MedioTec UFPB), Jardim Botânico e Fundação Casa de José Américo em João Pessoa – PB. Foram oportunidades nas quais os estudantes mostraram na prática os conhecimentos obtidos nas aulas teóricas e simularam os passeios como se estivessem acompanhando grupos de turistas.

As aulas presenciais do Curso de Análises Clínicas foram realizadas nos laboratórios da Escola Técnica de Saúde em João Pessoa, onde os alunos puderam ter acesso à tecnologia de ponta através dos equipamentos utilizados. Dentre as aulas práticas desse curso destacam-se as de técnicas de triagem e coleta de sangue e as de análise laboratorial, citadas pela maioria dos alunos respondentes.

Já os alunos do curso de Cuidado de Idosos fizeram visitas a casas de apoio a idosos, como a Associação Promocional do Ancião – ASPAN, localizado na cidade de João Pessoa, hospitais, clínicas, a fim de aplicar a teoria adquirida no decorrer do curso. Conforme relatório final, emitido pela coordenação do curso, as atividades práticas incluíram a participação dos estudantes no I Fórum de Envelhecimento Humano promovido pela UFPB, a realização de estudos de caso no Laboratório de Enfermagem da ETS/UFPB, de vivência na prática das limitações da pessoa idosa através da utilização de simuladores para esse fim, disponíveis no Laboratório de Cuidados de Idosos da ETS/UFPB, e ainda:

[...] a disciplina de Prevenção de Acidentes trabalhou, na prática, com os discentes a identificação de áreas de acesso livres e que apresentavam riscos aos idosos, onde os discentes deveriam filmar locais no cotidiano de cada um deles. Na disciplina de Farmacologia Básica, os alunos de todos os polos conheceram as dependências da Farmácia Escola da UFPB e/ou a Farmácia Hospitalar do Hospital Universitário da UFPB. A aula presencial da disciplina de Primeiros Socorros foi realizada pelo Corpo de Bombeiros, a convite da professora formadora, no auditório da Escola Técnica de Saúde da UFPB. Já na disciplina de Lazer, Atividades Físicas e Laborativas, os discentes foram levados a orla da capital a fim de identificarem na prática alternativas de lazer para a pessoa idosa [...]

**Figura 6 - Aula Prática Disciplina Agravos e Doenças na 3ª idade**



**Fonte:** Relatório Final Coordenação Curso Técnico Cuidado de Idosos, 2019.

As aulas práticas do Curso Técnico em Meio Ambiente ofereceram oficinas como: Praia Limpa, arborização de praças, recuperação de áreas degradadas, reflorestamento junto a nascentes de rios, limpeza de resíduos em manguezais, fixação de placas de educação ambiental, confecção de sabão ecológico, construção de minhocário para produção de húmus, desenvolvimento projeto de compostagem. Os alunos realizaram ainda trilhas ecológicas em João Pessoa e na praia de Pipa-RN, visita à Cooperativa Agroindustrial de Piabuçu – Frutiaçu, produtora de polpas de frutas destinadas à merenda das escolas da região de Rio Tinto, além das aulas realizadas nos laboratórios da ETS.

Além das aulas práticas obrigatórias, o Programa possibilitou a interação de seus alunos com outras realidades, como meio de difundir a humanização da educação, proporcionando aos estudantes experiências das mais diversas. Exemplo disso foi a participação deles no evento I Congresso Eles Por Elas<sup>38</sup> realizado na cidade de João Pessoa nos dias 23 e 24 de novembro de 2018, no Espaço Cultural José Lins do Rego. A organização, que contou com a parceria da ONU Mulheres, foi de responsabilidade da

<sup>38</sup> Movimento global para envolver homens e meninos na remoção das barreiras sociais e culturais que impedem as mulheres de atingir seu potencial, e ajudar homens e mulheres a modelarem juntos uma nova sociedade. Fonte: <http://www.onumulheres.org.br/elesporelas/>. Acesso em: 18 ago. 2019.

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e do Governo do Estado da Paraíba, através da Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH/PB).

As aulas tiveram início em 14 de agosto de 2017 e o prazo previsto para encerramento dos cursos era dezembro/2018, o qual foi cumprido, encerrando as aulas no dia 21 de dezembro de 2018, exceto no caso específico do curso de Guia de Turismo, que por possuir uma carga horária menor que os demais, teve sua conclusão em 31 de agosto de 2018. As cerimônias de formatura ocorreram nos dias 29, 30 e 31 de janeiro de 2019.

Na tentativa de recuperar os alunos que, por motivos diversos, como dificuldades em conciliar o ensino médio ao técnico ou problemas familiares, tiveram que se afastar dos cursos pouco antes de sua conclusão, o Programa, respeitando um período de recesso, ofereceu aulas até meados de fevereiro de 2019, período suficiente à aplicação de um ciclo recuperação e das provas finais.

O Programa na ETS conseguiu formar 521 alunos, conforme se observa na tabela 10, que demonstra o quantitativo de egressos dos quatro cursos oferecidos pela unidade:

**Tabela 10 - Índice de evasão e de aprovação – unidade ETS/UFPB**

<b>CURSOS</b>	<b>MATRÍCULAS EFETIVAS</b>	<b>EGRESSOS</b>	<b>TAXA DE EVASÃO</b>	<b>TAXA DE ÊXITO</b>
Análises Clínicas	286	191	33,22%	66,78%
Cuidado de Idosos	242	139	42,56	57,44%
Guia de Turismo	50	23	54%	46%
Meio Ambiente	281	168	40,21%	59,79%
<b>Total</b>	<b>859</b>	<b>521</b>	<b>39,35%</b>	<b>60,65%</b>

**Fonte:** Relatório Final emitido pela Coordenação Geral, 2019.

Depois de encerradas as atividades pedagógicas, no interstício de março/2019 a julho/2019, foram realizadas atividades indispensáveis ao encerramento do Programa: emissão e entrega de certificados de conclusão, emissão de relatórios de execução de atividades desenvolvidas pelos profissionais, arquivamento de documentos, backup de dados dos sistemas de informática e elaboração do relatório final de prestação de contas, o qual inclui as informações contábeis relativas à execução orçamentária-financeira, que já apresentadas no tópico 3.1.

O próximo capítulo tratará os dados coletados através dos questionários e apresentará a perspectiva dos sujeitos que participaram do Programa: egressos e profissionais. A proposta inicial da pesquisa era de estudar os quatro cursos oferecidos pela ETS/UFPB, porém, frente às dificuldades encontradas na coleta dos dados, principalmente dos egressos, optou-se por estudar apenas o curso de Análises Clínicas, por ter apresentado maior êxito ao final do Programa, conforme tabela 10.

## **4 MEDIOTEC NA ETS/UFPB: COMPREENSÃO DOS EGRESSOS E PROFISSIONAIS DO CURSO DE ANÁLISES CLÍNICAS**

Este capítulo destina-se à apresentação e à análise dos resultados e se estrutura em duas partes: a perspectiva dos alunos egressos do curso de Análises Clínicas e a dos profissionais que trabalharam neste Curso. Inicialmente, procedeu-se à análise descritiva da amostra e à caracterização dos respondentes, a partir das informações referentes ao seu perfil. Na sequência, segue-se à análise descritiva dos dados coletados e, para responder ao problema de pesquisa proposto, procedemos à análise do desenvolvimento do Programa MedioTec no âmbito da ETS/UFPB. O capítulo encerra-se com sugestões de melhorias/contribuições para as próximas turmas que venham a ser ofertadas pela UFPB, além de algumas considerações finais.

### **4.1 DOS EGRESSOS**

Com o objetivo de caracterizar o perfil socioeconômico e educacional dos egressos do Curso Técnico em Análises Clínicas do Programa MedioTec, oferecido através da Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraíba, aplicamos um questionário<sup>39</sup> a 108 indivíduos no período compreendido entre janeiro de 2020 e fevereiro de 2020.

O universo de egressos era de 191 sujeitos, porém, o instrumento foi enviado a 108, dos quais 41 responderam. O questionário foi composto de vinte e duas perguntas, sendo oito questões abertas e quatorze de múltipla escolha. A tabela 11 detalha o universo dos egressos por cada polo frequentado, bem como o total de questionários enviados e de respostas obtidas:

---

<sup>39</sup> Apêndice B.

Tabela 11 - Amostra da pesquisa por polo

POLO	EGRESSOS	QUESTIONÁRIOS ENVIADOS	Nº DE RESPONDENTES	% RESPONDENTES POR POLO
Conde	32	9	4	44%
Cuité de Mamanguape	34	16	10	63%
João Pessoa	30	28	5	18%
Lucena	21	10	3	30%
Pitimbu	42	28	6	21%
Rio Tinto	32	17	13	76%
<b>Total</b>	<b>191</b>	<b>108</b>	<b>41</b>	<b>38%</b>

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Considerando a impossibilidade de contato presencial com esses sujeitos, devido principalmente aos cadastros incompletos que poderiam ser utilizados para localização dos egressos, optamos pelo envio do instrumento *online*. Apesar do universo da pesquisa ser bastante extenso e de terem sido realizadas várias tentativas de contato, a amostra final foi de apenas 38%. Além de enviarmos o *link* do questionário *online* via aplicativo *WhatsApp* para os mediadores, que replicaram aos alunos através de grupos da mesma ferramenta, também nos utilizamos do envio por e-mail e pelas redes sociais *Facebook* e *Instagram*.

Para caracterização do perfil dos respondentes, além do polo frequentado pelos alunos, consideramos também faixa etária, gênero e renda per capita. A tabela 12 apresenta os dados associados ao perfil quanto ao gênero e a idade:

Tabela 12 - Perfil dos respondentes

	PERFIL	Nº DE RESPONDENTES	%
GÊNERO	Feminino	27	66
	Masculino	14	34
	<b>TOTAL</b>	<b>41</b>	<b>100</b>
IDADE	De 15 a 17 anos	3	7
	De 18 a 23 anos	35	86
	Acima de 24 anos	3	7
	<b>TOTAL</b>	<b>41</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Caracterizando a amostra da pesquisa quanto ao gênero, esta foi formada predominantemente por mulheres (66%). Em relação à faixa etária verificamos que 7%

dos respondentes têm entre 15 a 17 anos; 86% têm entre 18 e 23 anos e 7% possuem mais de 24 anos, de acordo com a tabela 12. Consoante o artigo quarto da LDB, o Estado deve garantir a educação básica dos quatro aos dezessete anos de idade, ou seja, com esta idade o estudante deveria concluir o ensino médio. Nesse sentido, pode-se observar que o perfil da maioria dos egressos pesquisados (92,7%) foge aos requisitos definidos pela LDB, o que só comprova a realidade já conhecida dos estudantes das escolas públicas brasileiras.

Do total de respondentes, 10% disseram que até duas pessoas moram na mesma casa com eles, 73% de três a cinco pessoas e 17% disseram que existem mais de cinco pessoas na casa onde moram. Quanto à renda mensal, 73% dos respondentes disseram que a renda mensal da família é de até um salário mínimo, R\$ 998,00; 20%, entre um e dois salários mínimos (R\$ 998,01 a R\$ 1.996,00); enquanto apenas 7% disseram que a família possui uma renda superior a dois salários mínimos (acima de R\$ 1.996,01). Sendo que dos trinta respondentes que disseram possuir até um salário mínimo de renda mensal, 73% responderam que de 03 a 05 pessoas dependem dessa renda, ou seja, a renda per capita <sup>40</sup> gira em torno de R\$ 199,60 a R\$ 332,67 por mês; e em situação ainda pior, 13% revelaram que mais de cinco pessoas em casa dependem de uma renda de até um salário mínimo, quer dizer, uma renda per capita de até R\$ 199,60 por mês. Esses dados confirmam a situação economicamente desfavorecida dos alunos atendidos e a importância de programas como o MedioTec para esse público.

Quando questionados sobre os motivos que os levaram a fazer um dos cursos oferecidos pelo MedioTec, a obtenção de uma certificação profissional representou 73% das respostas, seguida pela possibilidade de conseguir um bom emprego (63%), pelo ensino gratuito (54%) e pela possibilidade de conciliar o ensino médio e/ou o trabalho ao curso técnico (29%). Para 12% dos respondentes a possibilidade de ganhar melhores salários fez com que eles procurassem o curso. Os dados podem ser observados na tabela 13:

---

<sup>40</sup> A renda per capita por pessoa é calculada mediante a divisão da renda total dos indivíduos de uma família pelo número de pessoas que dependem dela.

**Tabela 13 - Motivos que levaram os alunos ingressar no MedioTec**

<b>Motivos</b>	<b>Frequência</b>
Ensino à distância	4
Ensino gratuito	22
Obtenção de uma certificação profissional	30
Possibilidade de conciliar o ensino médio e/ou o trabalho ao curso técnico	12
Possibilidade de conseguir um bom emprego	26
Possibilidade de ganhar melhores salários	5

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2020.

O fato de o ensino oferecido ser à distância também foi apontado pelos estudantes como fator decisivo para seu ingresso no Programa. 44% dos respondentes disseram não existirem outras ofertas de cursos técnicos e/ou superiores na região onde moram. Daí a importância do ensino à distância, como destacado pelos profissionais que atuaram no Programa, pois possibilita atingir um público muito mais abrangente, que não tem outra opção de estudo.

Para Hermida e Bonfim (2006), a EAD é uma alternativa para qualificação profissional, numa época em que “falta tempo” para que o indivíduo atenda às exigências da sociedade capitalista. Para os autores a educação à distância pode atender às demandas urgentes, mas também contribui para a

[...] formação continuada, em especial no interior do país, onde as dificuldades de acesso ao ensino aumentam cada dia mais. Embora a EAD demande uma responsabilidade maior do aluno, pois este deve redobrar seus esforços para alcançar um nível significativo de aprendizagem, apresenta uma série de vantagens, como interatividade, flexibilidade de horário e autonomia (o aluno pode definir seu próprio ritmo de estudo). (HERMIDA, BONFIM, 2006, p. 167)

Os estudantes foram questionados quanto aos motivos que os levaram a escolher a ETS como instituição de ensino, já que o Programa MedioTec pode ser oferecido por escolas de ensino básico e tecnológico, inclusive privadas e/ou estaduais, como ocorre na Escola Cidadã Integral Técnica Pastor João Pereira Gomes, localizada na cidade de João Pessoa-PB. Para 90% dos respondentes, a escolha pela ETS deu-se por ser uma escola de referência, isso demonstra a importância da escola pública de qualidade, especialmente da qualidade no ensino da ETS. O próprio Plano Nacional de Educação - PNE, instituído pela lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, e válido para os dez anos seguintes, estabelece como uma de suas diretrizes a melhoria da qualidade na educação, anunciando que não é suficiente dar o acesso à educação, mas que devem ser definidas

metas para sua melhoria e formas de avaliação dessa qualidade. 80% dos alunos disseram que optaram pela ETS porque a escola oferecia um curso de seu interesse. 27% dos respondentes disseram ter optado pelos cursos ofertados pela ETS por terem recebido indicação de ex-alunos da escola.

Quanto ao interesse dos egressos pelo ensino superior, 83% responderam que pretendem ingressar num curso de graduação, 7% responderam que não tem interesse e 10% informaram que já ingressaram. Destes, três em áreas distintas do curso técnico, sendo um em Terapia Ocupacional, um em Matemática e um em Secretariado. Os principais motivos pelos quais os sujeitos se interessam pelo ensino superior são a obtenção de mais conhecimento e a melhoria da qualidade de vida.

Contrariando o que a história mostra, na qual a classe dominante sempre teve acesso à educação superior, enquanto a classe média ficava apenas com as migalhas da educação profissional, as falas dos egressos trazem que é possível sim ir além. Para esses alunos, a educação profissional foi o pontapé inicial para um futuro promissor que os aguarda. É fato que os obstáculos surgirão, mas acreditamos que participar do Programa deu a eles um incentivo que até então não tinham, estimulando-os a seguir em frente, buscando dar continuidade a seus estudos. Para isso, é importante que haja interesse do governo em dar continuidade a programas como o MedioTec, mantendo os investimentos em educação.

Questionados ainda sobre o ingresso no ensino superior na mesma área de atuação do curso técnico, no caso, Análises Clínicas, 61% responderam que dariam prosseguimento na mesma área, por terem se identificado com o Curso; 37% disseram que não tinham interesse, dentre os quais 53% não se identificaram com o Curso. Apenas 2% dos egressos apresentaram-se indecisos quanto a continuar os estudos na mesma área de atuação.

Os sujeitos foram indagados sobre a realização de aulas práticas. 71% disseram se recordar das aulas práticas e destacaram as disciplinas de Coleta de sangue, Imunologia, Bioquímica, Parasitologia, Citologia, Primeiros Socorros e Microbiologia. Por outro lado, 29% alegaram não recordar dessas aulas. Os locais de realização das dessas aulas identificados pelos indivíduos foram a ETS/UFPB e os polos de apoio, como pode ser observado nas figuras a seguir:

**Figura 7 - Aula prática de Imunologia: teste rápido HIV, ELISA e PCR**



**Fonte:** Relatório Final Coordenação Curso Técnico Análises Clínicas, 2019.

**Figura 8 - Aula prática de Coleta de sangue**



**Fonte:** Relatório Final Coordenação Curso Técnico Análises Clínicas, 2019.

Quanto à periodicidade das aulas práticas, 59% dos respondentes disseram terem sido realizadas mensalmente, enquanto 17% responderam que as aulas aconteceram quinzenalmente, 22% semanalmente. Apenas 1 dos respondentes (2%) disse que não ocorreram aulas práticas. A disparidade na periodicidade das aulas deve-se ao fato de

que o curso estava distribuído em seis turmas em polos diferentes, os quais foram orientados/atendidos por profissionais diferentes, que utilizaram metodologias diversas. Ainda sobre as aulas práticas, 49% dos respondentes as consideraram satisfatórias, 22% muito satisfatória e 29% pouco satisfatória.

Considerando as dificuldades enfrentadas durante a realização do Curso, 39% dos egressos afirmaram que pensaram em desistir. Dentro os motivos apontados por eles, 88% disseram que as aulas práticas e/ou presenciais foram insuficientes, contrariando os relatórios emitidos pelos colaboradores quando da conclusão do Programa, que disseram ter cumprido a carga horária prevista no PPC; 34% consideraram a baixa qualidade dos polos e o transporte como ponto negativo do Programa, 29% que tiveram dificuldade de acesso à internet/computadores/*smartphones*, 22% que tiveram dificuldade de conciliar o Curso com o ensino médio e/ou trabalho, conforme tabela 14:

**Tabela 14 - Motivos que poderiam levar os alunos à desistência**

<b>Motivos</b>	<b>Frequência</b>
Atraso no pagamento do auxílio financeiro (bolsa)	4
Aulas presenciais insuficientes	23
Baixa qualidade na estrutura dos polos de ensino	7
Dificuldade de acesso à internet/computadores/ <i>smartphones</i>	10
Dificuldade de assimilação da cultura de EaD	2
Dificuldade de atendimento do plantão tira-dúvidas	3
Dificuldade em acompanhar o nível elevado das aulas e atividades	3
Dificuldade em conciliar o ensino médio com o curso técnico	7
Dificuldade em conciliar o estudo com o trabalho	2
Dificuldades financeiras	4
Falta de habilidade para usar as tecnologias da Ead	4
Falta de identificação com o curso	3
Insuficiência de aulas práticas	13
Problemas de saúde seus ou de seus familiares	2
Problemas no sistema Moodle	3
Transporte ruim ou inexistente para deslocamento aos polos	7

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2020.

Por ser um curso com forte viés prático, entende-se o motivo pelo qual a maioria dos alunos reclamou sobre o número de aulas práticas, tendo sido consideradas insuficientes. Afinal, o profissional em análises clínicas é responsável pela realização e análise de exames; coleta de amostras biológicas de acordo com as normas de biossegurança; preparação de soluções, reagentes, vidrarias; lavagem, secagem, esterilização e acondicionamento de amostras biológicas; orientação de pacientes sobre

fatores externos como uso de medicamentos<sup>41</sup>. Todas essas atribuições exigem que o aluno exercite de forma prática, apenas o material teórico disponível na plataforma *online* não é suficiente para suprir suas necessidades formativas.

A dificuldade de acesso à internet foi causada, principalmente, porque boa parte dos alunos residia na zona rural, onde tal tecnologia não é tão expressiva. Muitos alegaram que só conseguiam acessar a plataforma nos polos. Quanto ao transporte, os problemas ocorreram devido ao descumprimento do Termo de Cooperação por parte das prefeituras no tocante à responsabilidade pelo transporte dos alunos. Um dos primeiros passos dados pela coordenação geral do Programa foi estabelecer parcerias com as prefeituras das cidades onde funcionariam os polos de apoio, as quais previam que essas instituições ficariam responsáveis pelo transporte dos alunos, porém, metade das prefeituras não cumpriu o acordo, causando prejuízo aos alunos atendidos naquelas regiões.

O atraso no pagamento da bolsa foi o principal motivo de evasão apontado por 10% dos respondentes. A coordenação do Programa enfrentou muitos problemas quanto ao pagamento das bolsas aos alunos, dentre os quais: atraso na apresentação da frequência por parte dos mediadores presenciais (a bolsa era paga por hora presencial, sendo assim, o valor variava de acordo com a quantidade de aulas dadas no mês); dados bancários incompletos ou incorretos, muitos dos alunos forneceram os dados bancários dos pais, sendo impossível a realização do pagamento. Nesses casos os pagamentos foram efetuados via conta corrente, quando o Banco do Brasil devolveu os valores correspondentes às inconsistências, a assistente social tentou contatar os alunos para conferir as informações bancárias e foram realizadas novas tentativas de pagamento via transferência bancária. Para os casos nos quais os alunos não possuíam domicílio bancário, solicitamos autorização ao Pró-Reitor de Administração para realizar o pagamento na modalidade “boca de caixa”, na qual os alunos se dirigiam a qualquer agência do Banco do Brasil munidos de seus documentos pessoais e sacavam o dinheiro diretamente no caixa.

Por outro lado, solicitamos que os egressos elencassem os pontos positivos do Curso: 73% acreditam que o incentivo dos professores/mediadores/coordenadores foi muito importante para a permanência no Curso. Para 59% o fato de o Programa custear o auxílio financeiro (bolsa paga pelo Programa para ajudar nas despesas

---

<sup>41</sup> Disponível em: <https://www.ets.ufpb.br/index.php/tecnico-em-analises-clinicas>. Acesso em: 29 Jan 2020.

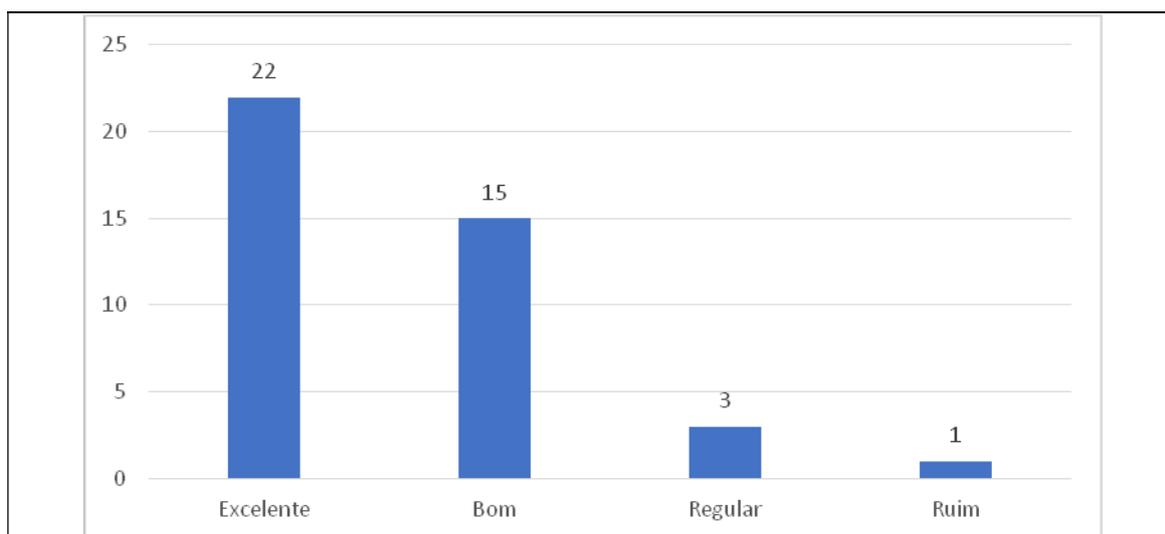
alimentação/transporte) ajudou a manter o interesse dos alunos. Mais da metade dos respondentes (54%) acredita que a preparação para o mercado de trabalho torna o Curso atrativo, enquanto para 46% dos respondentes a qualidade da equipe de profissionais envolvidos (professores/mediadores/coordenadores/etc) foi primordial para o bom desempenho dos alunos no Curso. Vejamos a frequência das respostas na tabela 15:

**Tabela 15 - Pontos positivos do Programa MedioTec**

<b>Pontos Positivos</b>	<b>Frequência</b>
Auxílio Financeiro	24
Boa qualidade da estrutura dos polos de ensino	8
Incentivo dos professores/mediadores/coordenadores	30
Interação com pessoas de outros lugares	3
Preparação para o mercado de trabalho	22
Qualidade da equipe de profissionais envolvidos (professores/mediadores/coordenadores/etc)	19
Qualidade das aulas	8
Qualidade do curso	4
Qualidade do material didático	2

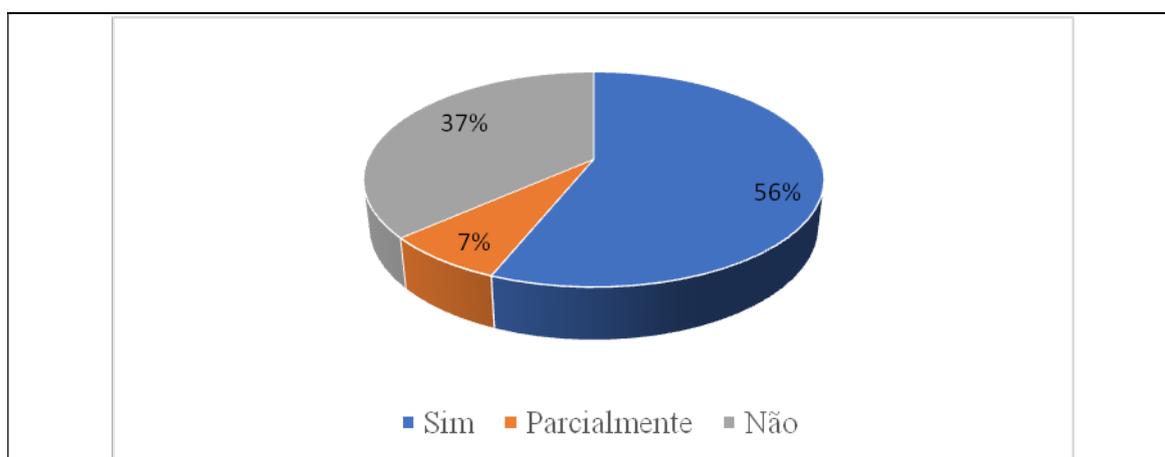
**Fonte:** Elaborado pela autora, 2020.

Pedimos que os respondentes avaliassem o Curso no qual se formaram. Para mais da metade deles (54%) o Curso foi considerado excelente, 37% disseram que o Curso foi bom, 7% consideraram regular e apenas um dos respondentes avaliou o Curso como ruim, como demonstra o gráfico a seguir:

**Gráfico 1 - Avaliação dos alunos em relação ao Curso de Análises Clínicas**

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2020.

Considerando o nível de preparação dos egressos após a conclusão do Curso, 56% dos alunos disseram sentir-se bem preparados, os quais evidenciaram o bom aprendizado, qualidade no ensino, que possibilitaram a obtenção de grandes conhecimentos, além do bom corpo de professores e profissionais. 7% dos respondentes sentem-se parcialmente preparados. Os demais, 37%, afirmaram não se sentirem preparados. Destes, 80% acreditam que a quantidade insuficiente de aulas práticas/presenciais influenciou na qualidade do Curso. Os dados estão demonstrados no gráfico a seguir:

**Gráfico 2 - Grau de preparação dos alunos após conclusão do Curso**

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2020.

A maioria dos alunos, 90%, manifestou interesse em fazer outro Curso do MedioTec, enquanto apenas 10% disseram que talvez. Perguntados se indicariam o Curso para outras pessoas, 98% responderam que sim, pela boa qualidade do Curso e dos professores, pela oferta de novas experiências e pela oportunidade para formação profissional. Apenas 1 respondente (2%) disse que talvez indicaria o Curso.

Os alunos foram questionados a respeito do surgimento de oportunidades de emprego, após a conclusão do Curso e como a certificação poderia ter contribuído para a contratação. Apenas 7% (três respondentes) responderam que sim, porém nenhum deles estava trabalhando à época. Um deles passou no ENEM e registrou que iria se dedicar ao ensino superior, o segundo, ainda menor de idade, foi dispensado da seleção, e o último relatou ter surgido uma oportunidade na função de Cuidador de idosos, segundo ele, apenas pelo fato de ter se formado pela ETS. Para a maioria (93%) não surgiram oportunidades de emprego pós-formação. Destes, 8% informaram não estarem trabalhando ainda por não terem concluído o ensino médio.

Um dos problemas ocorridos ao final do curso, no momento da colação de grau, foi o fato de que alguns alunos não teriam concluído ainda o ensino médio. Isso ocorreu porque à época da matrícula/seleção dos alunos nas escolas públicas, não ficou claro que só poderiam participar do Programa os alunos que estivessem cursando o 2º ano do ensino médio, dessa forma, concluiriam o 3º ano concomitante ao curso técnico. Como alguns alunos que à época cursavam o 1º ano ingressaram no Programa, ao final tivemos situações nas quais os alunos concluíram o curso técnico, porém não puderam receber o certificado por não terem terminado o ensino médio. A esses alunos é assegurada a certificação do Curso técnico logo que apresentem o comprovante de conclusão do ensino médio. Problemas como esse também foram relatados pelos respondentes como fatores que poderiam influenciar a desistência do curso.

Quanto às melhorias propostas pelos respondentes, as principais relatadas foram: 76% dos alunos sugeriram mais aulas práticas e/ou presenciais, 20% solicitaram melhoria no auxílio financeiro pago para custear transporte/alimentação, 10% melhorar estrutura dos polos, 10% disseram que o Programa poderia proporcionar estágios, 5% opinaram que deveriam ser oferecidas mais opções de cursos, 2% aumentar o número de professores e melhorar o material didático, enquanto 6% não apresentaram quaisquer sugestões.

O fato de os egressos terem apontado a possibilidade de o Programa proporcionar estágios chama nossa atenção e nos leva ao modelo alemão de educação

profissional. A realização de parcerias com empresas durante a execução do curso, como é adotado em tal modelo, poderia contribuir ainda mais com a formação desses alunos. Sendo assim, para os próximos projetos que possam ser propostos pela UFPB, caberia incluir a busca de parceiros, de preferência na região onde os polos estão localizados, a fim de que os estudantes possam aplicar os ensinamentos obtidos nas aulas teóricas e nas práticas.

Por fim, os alunos foram indagados sobre as contribuições que o Programa trouxe para a vida deles: para 54% dos alunos a formação num curso do MedioTec trouxe conhecimento/aprendizagem/desenvolvimento/crescimento; 15% disseram que a formação no MedioTec ensinou a não desistir e a continuar estudando. Aqui destacamos as falas de duas alunas que resumiram o sentimento de fazer parte do Programa:

*O prazer de voltar a estudar já que fazia 13 anos que eu estava fora de qualquer escola, me fez viver novamente. (Egresso E4)*

*O lugar que eu moro não define e nem limita minha capacidade de aprender. (Egresso E12)*

Ainda foram citados como principais benefícios do Programa: experiência, melhoria do currículo, confiança, responsabilidade e trabalho em equipe. Podemos perceber a esperança que esses alunos têm de melhorar de vida, de construir um futuro melhor.

A tabela a seguir relaciona as principais contribuições apontadas pelos alunos:

**Tabela 16 - Contribuições para vida pessoal e profissional**

CONTRIBUIÇÕES	FREQUÊNCIA
Confiança	2
Conhecimento/aprendizagem/desenvolvimento/crescimento.	22
Experiência e melhoria do currículo.	5
O MedioTec ensinou a não desistir e a continuar estudando	6
Responsabilidade	2
Trabalho em equipe	2

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2020.

Em contraponto a Kuenzer (2007), que acredita que a expansão da oferta de escolas profissionais não resulta em democratização, mas sim em aprofundamento das diferenças de classe, entendemos que a partir da oferta de cursos técnicos surgem oportunidades de melhoria da qualidade de vida, ao passo que a certificação possibilita o ingresso em funções mais específicas, que, em teoria, oferecem melhores remunerações e condições de trabalho do que aquelas que não exigem tal formação.

Ora, vemos todos os dias pessoas se sujeitando a trabalhar na economia informal, por exemplo, dependendo muitas vezes da sorte para ganhar o suficiente para o alimento do dia, algumas delas pelo simples fato de não terem tido uma oportunidade de formação como a do MedioTec.

#### 4.2 DOS PROFISSIONAIS

A fim de definirmos o perfil dos profissionais que desempenharam atividades no Curso Técnico em Análises Clínicas do Programa MedioTec, oferecido através da Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraíba, no período da nossa pesquisa, aplicamos um questionário *online* com 22 sujeitos. O instrumento foi composto de dezoito perguntas, sendo onze questões de múltipla escolha e sete abertas. Para caracterização desses sujeitos, definimos os elementos: função, polo de atuação, nível de escolaridade e tempo de permanência no Programa.

A tabela a seguir detalha o universo dos sujeitos participantes da pesquisa por função desempenhada no Programa, bem como o total de questionários enviados e de respostas obtidas:

**Tabela 17 - Quantidade de sujeitos participantes da pesquisa por função**

<b>FUNÇÃO</b>	<b>UNIVERSO TOTAL</b>	<b>QUESTIONÁRIOS ENVIADOS</b>	<b>Nº DE RESPONDENTES</b>	<b>% RESPONDENTES POR FUNÇÃO</b>
Coordenador de Curso	1	1	1	100%
Coordenador de Polo	6	6	2	33%
Mediador a Distância	5	5	4	80%
Mediador Presencial	5	5	2	40%
Professor Formador	5	5	3	60%
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>22</b>	<b>12</b>	<b>55%</b>

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2020.

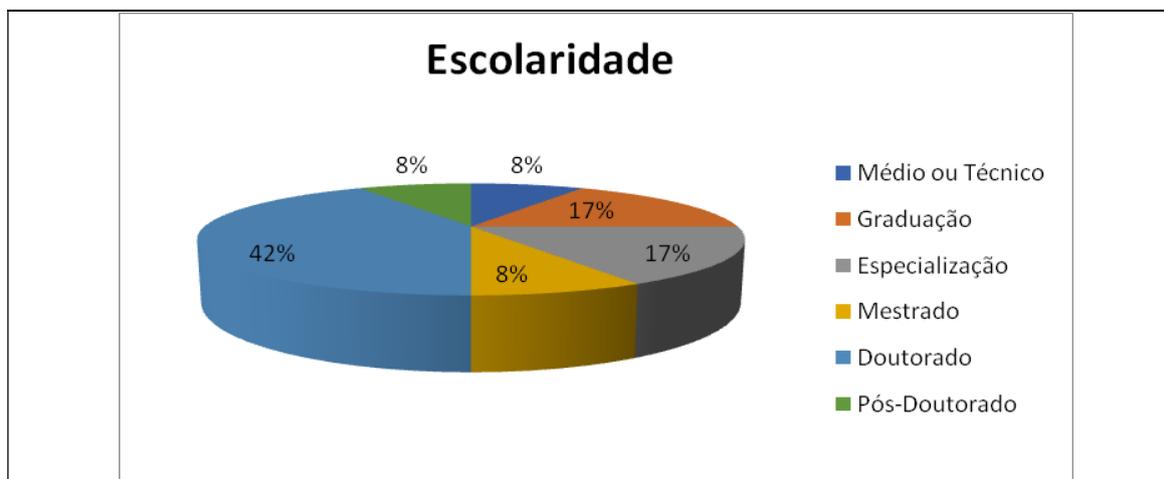
O instrumento de pesquisa foi enviado aos sujeitos através de e-mail disponível nos seus cadastros e via ferramenta *WhatsApp*, por meio do grupo do qual os sujeitos e a pesquisadora participam. A tabela a seguir relaciona a quantidade de respondentes por polo de atuação:

**Tabela 18 - Quantidade de sujeitos participantes da pesquisa por polo de atuação**

POLO	Nº DE SUJEITOS	QUESTIONÁRIOS ENVIADOS	Nº DE RESPONDENTES	% RESPONDENTES POR POLO
Conde Cuité de Mamanguape	3	3	1	33%
João Pessoa	3	3	1	33%
Lucena	2	2	1	50%
Pitimbu	3	3	0	0%
Rio Tinto	2	2	2	100%
Todos <sup>42</sup>	6	6	4	67%
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>22</b>	<b>12</b>	<b>55%</b>

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Quanto à formação dos colaboradores que trabalharam no curso de Análises Clínicas, um deles possui Pós-Doutorado, cinco deles possuem formação em Doutorado, um possui em Mestrado, dois possuem Especialização, dois possuem Graduação e um apenas Ensino Médio. Isso demonstra a preocupação da coordenação do Programa em selecionar profissionais de alto nível acadêmico, já que mais da metade dos respondentes possuem pelo menos o mestrado. Os dados estão demonstrados no gráfico a seguir:

**Gráfico 3 - Nível de escolaridade dos profissionais**

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

<sup>42</sup> Os profissionais classificados na linha "todos" referem-se às funções de coordenador de curso e professores mediadores, que atendiam a todos os alunos do curso.

Quanto ao tempo de permanência no Programa, 67% dos respondentes trabalharam no Programa entre 02 e 03 semestres, sendo 33% de 01 a 02 semestres. Inicialmente foram vinculados ao curso de Análises Clínicas vinte e cinco profissionais, porém, a cada semestre era realizada análise quanto à evasão das turmas, o que diminuiu proporcionalmente o recurso disponibilizado pelo órgão financiador e gerou diretamente a desvinculação de alguns profissionais, como foi o caso da função de mediador à distância, por exemplo, quando foram unidas as turmas dos polos de Rio Tinto e Cuité de Mamanguape e um mesmo mediador ficou responsável pelos apoios aos dois polos.

Quando questionados sobre os motivos que os levaram a trabalhar no Programa MedioTec, 83% dos profissionais responderam ter sido por causa da experiência, 75% pela oportunidade de contribuir com a educação de jovens desfavorecidos, 42% pela remuneração extra. Um dos respondentes disse querer aproveitar a oportunidade de conhecer mais a EAD, e apenas um disse ter se interessado pelo Programa por todos os motivos apresentados anteriormente.

Cabe ressaltar que o valor pago a cada colaborador, conforme demonstrado no quadro 3, foi realizado no formato de bolsa, ou seja, sob a forma de rendimento isento de qualquer tributação. Para muitos dos servidores que trabalharam no MedioTec, essa bolsa foi uma forma de aumentar seus rendimentos, por isso, foi apontado pela maioria dos profissionais como um dos motivos para a continuidade do Programa.

Pedimos que os profissionais indicassem os motivos pelos quais eles acreditavam que os alunos tivessem ingressado e /ou continuado no Programa MedioTec. 83% deles apontaram o auxílio financeiro como principal motivo, seguido de incentivo dos professores/mediadores/coordenadores (50%), possibilidade de conseguir um bom emprego (42%), facilidade por ser curso à distância (42%). A possibilidade de obter uma certificação profissional, qualidade dos profissionais e o ensino ser gratuito foram apontados por 33% dos respondentes, conforme tabela 19:

**Tabela 19 - Motivos que influenciaram o ingresso e/ou permanência dos alunos**

Motivos	Frequência
Auxílio Financeiro (bolsa)	10
Ensino à distância	5
Ensino Gratuito	4
Expectativa de inclusão social	3
Incentivo dos professores/mediadores/coordenadores	6
Possibilidade de conciliar o ensino médio e/ou o trabalho ao curso técnico	3
Possibilidade de conseguir um bom emprego	5
Possibilidade de obter uma certificação profissional	4
Qualidade da equipe de profissionais envolvidos (professores/mediadores/coordenadores/etc)	4

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Sobre o perfil dos alunos, 58% dos profissionais avaliaram como despreparados/imaturos/tinham dificuldades; 17% consideravam os alunos ansiosos; 17% disseram perceber um bom nível nos seus alunos e 33% apontaram interesse e empolgação, além de curiosidade e dedicação.

Questionados se os alunos se sentiam motivados, todos os profissionais apresentaram respostas positivas, destacando as principais causas para essa motivação: o fato do curso ser uma ótima oportunidade profissional; o fato de serem incentivados diariamente pelos profissionais que os acompanhavam; o interesse dos alunos em colocar em prática o conteúdo dado no ambiente virtual. Quanto ao nível de motivação, 58% o consideraram médio, enquanto 42% acreditaram ter sido elevado.

No que diz respeito aos instrumentos de avaliação utilizados pelos profissionais, todos fizeram uso de avaliações *online*, 75% aplicaram provas escritas, 42% trabalhos de pesquisas, 25% provas práticas e produção textual. Além destes, dinâmicas e jogos interativos (*quizzes*) também foram citados.

Maia *et al.* (2005) resumem que a avaliação na EaD pode ocorrer de três formas distintas:

- a) Presencial: a avaliação é feita por meio de uma prova, na presença do formador ou de outra pessoa responsável, para garantir a legitimidade da mesma. São realizadas com hora, data e local determinados;
- b) A Distância: com aplicação de testes on-line: a avaliação é feita por meio de mecanismos de testes on-line a serem respondidos e enviados posteriormente para o formador por meio de e-mail ou de formulários de envio. O tempo e o local nesta modalidade são de escolha do aluno, porém com datas, limites para entregar os trabalhos e atividades. Normalmente são compostas por atividades que devem ser respondidas e enviadas ao professor, através do correio, fax ou e-mail;

c) Avaliação ao longo do curso (contínua): a avaliação é feita de modo contínuo, baseada em componentes que forneçam subsídios para o formador avaliar seus aprendizes de modo processual, tais como as atividades realizadas, os comentários postados, as participações em grupos de discussão e em chats, as mensagens postadas no correio, etc.

Segundo os autores, a avaliação não funciona apenas como um sistema contínuo de verificação que mostra os resultados alcançados pelos alunos, mas também deve ser usada para diagnosticar problemas no aprendizado. Dentre os instrumentos de avaliação existentes, os autores destacam: apresentação de projetos, provas presenciais, participação em fóruns e chats, porém ressaltam que a avaliação presencial é uma das exigências estipuladas pelo MEC.

Quando indagados sobre a ocorrência de evasão em suas turmas, 92% dos profissionais respondeu afirmativamente, apenas um dos respondentes disse não ter havido evasão nas turmas que acompanhou. Quanto aos motivos que levaram à evasão, pedimos que fossem apontados, no máximo, três causas. O resultado pode ser observado na tabela 20:

**Tabela 20 - Causas da evasão escolar**

<b>Causas da evasão</b>	<b>Frequência</b>
Atraso no pagamento do auxílio financeiro (bolsa)	2
Baixa qualidade na estrutura dos polos de ensino	3
Dificuldade de acesso à internet/computadores/smartphones	6
Dificuldade de assimilação da cultura de EaD	4
Dificuldade em acompanhar o nível elevado das aulas e atividades	4
Dificuldade em conciliar o ensino médio com o curso técnico	5
Dificuldades financeiras	5
Falta de identificação com o curso	3
Mudança de residência ou cidade	2
Transporte ruim ou inexistente para deslocamento aos polos	2

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2020.

Para metade dos respondentes o principal motivo da evasão foi a dificuldade de acesso à internet/computadores/smartphones, isso porque o critério básico para inserção do aluno na EAD é o acesso a um computador conectado à internet, de preferência de alto desempenho. Muitos dos estudantes residiam em lugares remotos, como sítios, por exemplo, e o único local disponível para acesso ao ambiente virtual era o polo de apoio, o que nos remete a outro problema apontado por 25% dos respondentes: a baixa qualidade na estrutura dos polos de ensino. Para o respondente P7:

*Uma das sugestões é de uma avaliação anterior no laboratório de informática cedido para o polo, isso referindo, se o mesmo tem condições realmente para ter os acessos dos alunos, pois no pólo de Rio Tinto isso foi*

*um grande problema, pois os computadores em sua maioria estavam quebrados; o número dos que estavam em boas condições de uso eram insuficientes para o número de alunos e, os alunos em sua maioria não tinham internet em suas casas por que a maioria moravam em sítios e não se tinha sinal na sua moradia.*

Além disso, 42% acreditam que os alunos teriam enfrentado dificuldades em conciliar o ensino médio com o curso técnico e problemas financeiros, seguidos de 33% que apontaram o nível elevado das aulas e a cultura EAD como impeditivos a sua continuidade no Programa.

Questionados sobre as dificuldades que surgiram durante o desempenho de suas atividades, os respondentes indicaram os problemas ocorridos com o transporte dos alunos como maior complicador (42%), seguidos de 33% que apontaram a falta de computadores e acesso limitado à internet e de 25% que citaram a falta de laboratórios nos polos. Para 17% faltou interesse dos alunos, esses profissionais acreditam que muitos dos alunos se mantinham matriculados por interesse apenas no auxílio financeiro. Falha na comunicação da equipe, nível alto do material em relação ao nível dos alunos e treinamento insuficiente também foram apontados como obstáculos para o bom desempenho das atividades. Apenas um dos profissionais respondeu não ter enfrentado qualquer dificuldade.

Em relação à avaliação dos resultados alcançados pelo Programa MedioTec/ETS/UFPB, onze profissionais (92%) classificaram como bom/ótimo/proveitoso/excelente, dentro os quais cinco destacaram que o curso de Análises Clínicas teve o menor evasão dentre os quatro cursos ofertados e ainda que Programa atraiu jovens de diversas localidades, muitas delas carentes da oferta de cursos técnicos. O sujeito P6 evidenciou:

*Ainda, pode ampliar o papel social da Universidade em atender às demandas da comunidade com cursos de qualidade e gratuitos, capazes de prover acesso mesmo àqueles não residentes do município sede.*

Quanto ao papel social da UFPB junto à comunidade, o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2019-2023 da UFPB traz como missão da instituição:

Gerar e difundir conhecimento e inovação por meio de ensino, pesquisa e extensão para contribuir com o desenvolvimento da sociedade (grifo nosso) de forma sustentável, assegurando uma educação pública, gratuita, inclusiva, equitativa e de qualidade.

Ainda vale ressaltar que conforme o art. 3º da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES<sup>43</sup>, a avaliação institucional deverá contemplar diversas dimensões, respeitando-se obviamente, as especificidades de cada uma das IES:

Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

...

III – a responsabilidade social da instituição (grifo nosso), considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

Apenas o respondente P4 avaliou o Programa de forma negativa, ele acredita que os alunos não tenham quaisquer condições de assumir a função no mercado de trabalho, e destaca:

*Considero os resultados incompatíveis com a condição da maioria dos alunos em assumir qualquer demanda técnica referente ao curso concluído. O curso Técnico em Análises Clínicas é essencialmente prático e os momentos de aulas práticas foram insuficientes. Além da base teórica ser um tanto complexa e demanda maior acompanhamento. (Profissional P4)*

Quanto à continuidade do Programa, a resposta afirmativa foi unânime entre os profissionais, que destacaram a importância do MedioTec na formação profissional de jovens em condições de vulnerabilidade social.

Por fim, pedimos que os respondentes sugerissem melhorias para o Programa. Mais uma vez a infraestrutura dos polos de apoio recebeu destaque: “*Uma estrutura com prédio e infraestrutura para aulas EAD.*” e “*ampliação/melhoria na infraestrutura da sede*”. Como sugestão foi indicada também a definição clara das atribuições de cada cargo, como citam o respondente P4 “*ajuste das atribuições específicas de cada cargo, principalmente para os professores formadores e mediadores*” e o P1 “*atribuir e esclarecer funções de cada profissional desde o início do Programa, pois, por exemplo, muitas vezes o mediador presencial acaba realizando funções de secretaria enquanto que mediadores a distância pouco trabalham*”. Além destas, melhor gestão das

---

<sup>43</sup> Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. (BRASIL, 2004)

atividades pedagógicas, garantia do transporte para os alunos e mais aulas práticas foram reivindicações dos entrevistados.

Em que pese tenha havido críticas e posicionamos contrários à formação de trabalhadores pela via de cursos como Pronatec e MedioTec, identificamos pelas falas dos sujeitos aspectos relevantes para as suas vidas, visto que o Programa trouxe novas perspectivas de atuação dos seus alunos no mercado de trabalho.

Um dos apontamentos trazidos por Kuenzer (2007) é de que é necessário que seja dada uma formação flexível aos futuros profissionais, ou seja, que eles possam acompanhar as mudanças tecnológicas através do acesso à produção científico-tecnológica, ao invés de apenas repetirem procedimentos memorizados ou recriados por meio da experiência, tornando-se profissionais rígidos. A autora ainda destaca:

Para que esta formação flexível seja possível, torna-se necessário substituir a formação especializada, adquirida em cursos profissionalizantes focados em ocupações parciais e, geralmente, de curta duração, complementados pela formação no trabalho, pela formação geral adquirida por meio de escolarização ampliada, que abranja no mínimo a educação básica, a ser disponibilizada para todos os trabalhadores. (KUENZER, 2007, p. 1159)

Para Kuenzer (2007) programas como o MedioTec representam uma formação esvaziada no contexto toyotista. Porém, contrariando a autora e suas críticas à educação profissional, mesmo não tendo sido uma formação perfeita, que tenha empoderado completamente os alunos que do MedioTec fizeram parte, entendemos, a partir da perspectiva deles, que o Programa se mostrou como uma oportunidade de crescimento, de participação e de inclusão.

Corroboramos com a autora no que diz respeito à oferta de educação básica de qualidade, afinal esse é um direito assegurado a todos pela Constituição Federal. Entendemos que a formação profissional não pode se limitar aos cursos técnicos, mas que eles se mostram importantes na trajetória desses alunos.

Não podemos dizer que os alunos atendidos pelo MedioTec se tornarão profissionais rígidos, segundo o conceito dado por Kuenzer. Isso porque eles mostraram o interesse em dar continuidade aos estudos, a fim de oportunizar outras chances, ampliar horizontes de formação para atuar no mundo do trabalho sem se preocupar apenas com a perspectiva instrumental. Afinal, foram 61% dos egressos que disseram ter interesse em cursar o ensino superior na mesma área de sua formação técnica. Não temos como afirmar quantos deles se interessariam por essa área específica se não tivessem tido esse contato durante o curso técnico.

Para que seja garantido o acesso desses jovens à educação superior, ou seja, aos segmentos sociais menos favorecidos, se faz necessário o investimento e a manutenção de políticas públicas nesse sentido, tais como: políticas de cotas e financiamento estudantil, expectativas que são colocadas em cheque no contexto atual, no qual a educação vem sofrendo restrição, haja vista os cortes orçamentários, com bloqueio de parte de seu orçamento de custeio das universidades.

A seguir, serão expostas algumas considerações finais que retomam as discussões feitas no decorrer do estudo, bem como nos remetem a algumas referências tecidas pelos autores citados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou analisar o desenvolvimento do Programa MedioTec na Escola Técnica de Saúde da UFPB, mais especificamente no Curso de Análises Clínicas. Com o intuito de responder à questão de nossa pesquisa, dispusemos das análises documental e bibliográfica, além de questionários com perguntas abertas e de múltipla escolha, com os sujeitos que vivenciaram o Programa MedioTec na ETS/UFPB: egressos e profissionais. Encontramos algumas dificuldades, principalmente na obtenção de respostas dos egressos, causada pela impossibilidade do contato pessoal, o que nos fez utilizar a ferramenta *online*. A abordagem metodológica foi qualitativa e aplicada e, para a análise dos dados obtidos através dos questionários utilizamos a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011). A pesquisa se constituiu num estudo de caso, com olhar sobre a execução do Programa MedioTec oferecido pela primeira vez na instituição.

Mostrou-se necessário historicizar a educação profissional no Brasil, sua evolução. Sendo assim, relatamos os principais marcos históricos, desde a criação do Colégio das Fábricas (1808) até a implementação dos Programas Pronatec (2011) e MedioTec (2017).

É importante destacar que a educação profissional surgiu direcionada para os desvalidos da sorte. O nosso estudo demonstrou que ela foi inserida na fase colonial como uma preocupação para formação da classe trabalhadora, o que se repete ainda nos dias atuais. Muitos veem os cursos técnicos ou profissionalizantes como forma de se preparar para o ingresso no mercado de trabalho, acreditando que essa formação seja uma alternativa à universidade, encerrando aí sua vida educacional. Porém, acreditamos que a educação profissional faz parte de um longo caminho a ser percorrido. Isso pode ser observado nos resultados de nossa pesquisa que mostram que 93% dos egressos do curso de Análises Clínicas pretendem ingressar ou já ingressaram no ensino superior.

Evidenciamos o Programa Pronatec como importante política educacional, despertando críticas por seu viés fortemente privatizante detectado através das suas parcerias com empresas privadas, o que incentivaria a competitividade e a mercantilização entre os parceiros. Por outro lado, essa mesma parceria fez com que o Pronatec expandisse a Rede Federal de Educação Profissional, possibilitando o aumento do acesso à formação e qualificação profissional através de iniciativas já existentes e da criação de novas ações.

Uma dessas novas ações foi o MedioTec, que nasceu do casamento da educação profissional e à distância. Foi dessa forma que o Programa conseguiu e ainda consegue atender uma gama maior de alunos. Sendo uma ação voltada a jovens estudantes do ensino médio de escolas públicas, muitas vezes localizadas em regiões distantes, o MedioTec surgiu como uma saída para a falta de oportunidades dessa população desfavorecida e por isso pode considerada uma política de inclusão social.

A proposta pedagógica do MedioTec oferecido pela ETS/UFPB pretendia desenvolver no aluno o pensamento crítico e a capacidade de se tornar um indivíduo autônomo, e se alicerça na utilização de metodologias de ensino à distância, através de ambiente virtual de aprendizagem (via computador, *tablet* ou *smartphone*) e apoio de equipe pedagógica formada por professores, mediadores, pedagogo e assistente social (à distância e presencial).

A execução orçamentária-financeira apontou algumas falhas de planejamento, tendo sido utilizados apenas 63% do total de recursos disponibilizado pelo órgão financiador (FNDE). Observamos que a inexperiência dos gestores do Programa foi o principal motivo para a falta de execução dos recursos. Além disso, problemas de comunicação da equipe contábil com o setor de convênios da UFPB, que geraram atrasos na emissão de empenhos, e a ausência de processos licitatórios disponíveis para aquisição de matérias também contribuíram para a devolução de quase 40% dos recursos recebidos.

O valor total destinado ao programa, cerca de seis milhões de reais, foi considerado exorbitante, frente às dificuldades já conhecidas enfrentadas pela educação no Brasil. Dentro do atual cenário, no qual o governo parece não se preocupar nem um pouco com a educação, a situação torna-se temerária. Contingenciamentos no orçamento no ano de 2019 estremeceram a educação, dos quais destacamos redução de recursos destinadas às universidades e à CAPES. Para 2020, iniciamos o ano com um impacto de 40% a menos nos orçamentos dessas instituições, inclusive no que diz respeito aos valores inerentes à folha de pagamento de servidores.

É importante registrar que para fazer educação é preciso dinheiro, pois a educação é cara. E é cara porque é importante para o desenvolvimento das pessoas e do um país. A educação pode não ser a solução para todos os problemas de um povo, mas é um dos instrumentos mais eficientes e eficazes para que esse mesmo povo possa se fortalecer. Daí a explicação da falta de interesse do governo em investir na educação: o fortalecimento do povo!

Como última etapa, a fim de identificarmos os pontos positivos e as falhas do Programa, optamos pela aplicação de questionários junto aos egressos e colaboradores do programa, especificamente do Curso de Análises Clínicas. Diante dos dados obtidos e após nossas análises, podemos destacar:

- Grande parte dos egressos que participaram da pesquisa tem idade superior à prevista pela LDB para conclusão do ensino médio (17 anos), sendo que mais da metade disse possuir renda *per capita* mensal de até R\$ 332,67, inferior à renda *per capita* mensal do estado da Paraíba em 2018, que conforme o IBGE<sup>44</sup>, foi de R\$ 898,00.
- Além da vantagem de o MedioTec oferecer ensino gratuito, os egressos procuraram o curso com o objetivo de conseguir uma certificação profissional e um bom emprego. Os profissionais corroboram com essa opinião dos alunos, porém, para eles, o fato de o Programa oferecer auxílio financeiro aos estudantes teria sido o fator decisivo para o ingresso deles nos cursos.
- No geral, o Programa teve avaliação positiva de egressos e de profissionais. Para os primeiros, a equipe de colaboradores de boa qualidade e o auxílio financeiro foram os pontos positivos de mais destaque. Já os profissionais destacaram o papel social do MedioTec.
- Por outro lado, identificamos um índice de 39,35% de evasão no Programa e de 33,22% para o Curso de Análises Clínicas. Para esse Curso a insuficiência de aulas práticas/presenciais foi apontada como principal motivo da evasão. Egressos e profissionais concordam que o curso exige o manuseio de materiais e a execução de técnicas que não são supridos apenas com o material teórico disponibilizado na plataforma virtual nem com as poucas aulas práticas realizadas. Apesar disso, pouco mais da metade dos egressos sente-se preparada para o mercado de trabalho.

A pesquisa apresenta como produto o diagnóstico das dificuldades enfrentadas pelos alunos e pela equipe de profissionais do MedioTec na ETS/UFPB, relacionando sugestões de melhoria para a continuidade do Programa na instituição. Tais elementos poderão amparar estudos posteriores com os demais cursos oferecidos pelo Programa,

---

<sup>44</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama>. Acesso em: 31 Jan. 2020.

bem como auxiliar na elaboração de futuros projetos a serem propostos pela instituição. Esta proposta de melhorias representa nossa contribuição para o MPPGAV.

Como sugestões, apontamos como sendo imprescindível a realização de uma formação específica para os gestores do Programa, a fim de que possam tomar as decisões mais apropriadas, desde a fase de planejamento até sua conclusão. O próprio governo disponibiliza através de sua Escola Virtual<sup>45</sup> diversos cursos voltados para essa temática. Sugerimos ainda, consulta à pesquisa intitulada “Capacitação em Orçamento Público para os docentes gestores universitários do Campus I da UFPB: por uma execução orçamentária com eficiência” do colega Darci Medeiros Neto, do MPPGAV, que discutiu essa formação e apresentou um manual com os conhecimentos básicos acerca da gestão orçamentária, a fim de subsidiar a tomada de decisões por parte dos gestores que sentem dificuldade ao assumir essas funções na instituição.

Em relação à infraestrutura, recomendamos que ainda na fase de planejamento sejam visitadas, avaliadas e aprovadas as instalações que servirão de apoio aos alunos e à equipe de colaboradores, bem como os meios de transporte que atenderão ao público do Programa.

Quanto às aulas práticas, propomos a revisão da matriz curricular e da carga horária destinada àquelas aulas, principalmente para os cursos que sejam essencialmente práticos, como é o caso do Curso Técnico em Análises Clínicas.

Quanto às contratações dos colaboradores, sugerimos maior clareza nos editais de seleção, detalhando as responsabilidades de cada função, principalmente nos papéis de mediador (presencial e à distância) e professor formador, os quais geraram conflitos entre alguns dos profissionais que os desempenharam.

Considerando os aspectos abordados nessa pesquisa, concluímos que o Programa MedioTec teve e tem um papel de grande importância na educação profissional do Brasil. Apesar das dificuldades ou falhas apontadas, acreditamos que o Programa alcançou o objetivo ao qual se propôs na UFPB e conseguiu atender comunidades desfavorecidas, dando oportunidade a essas pessoas de terem uma vida melhor.

---

<sup>45</sup> Disponível em: <https://www.escolavirtual.gov.br/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

## 6 REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Maria de Jesus Teixeira; ALVES, Mariana Aparecida Teixeira; VIANA, Aleksandre Rocha. **Curso técnico em agronegócios da Rede e-Tec Brasil: perspectivas em Ead.** Revista Multitexto, 2016, v. 4, n. 01.

ALVES, Lucinéia. **Educação à distância: conceitos e história no Brasil e no mundo.** Associação Brasileira de Educação à Distância. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e à distância. Volume 10, p. 83-92, 2011.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas.** 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BEUREN, Ilse Maria, RAUPP, Fabiano Maury. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática.** 3 ed. - São Paulo: Ed. Atlas, 2006.

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.** 3ª edição. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. Decreto Nº 7.589, de 26 de outubro de 2011. **Institui a Rede e-Tec Brasil.**

Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7589.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7589.htm). Acesso em: 01 jul. 2019

BRASIL. Lei 10.861/2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 27 jan. 2020.

BRASIL. Lei 12.513/2011. **Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990,**

**que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRASIL. Lei 13.005/2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 02 jul. 2019

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.** [2009] Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/13175-centenario-da-rede-federal-de-educacao-profissional-e-tecnologica>. Acesso em: 28 jun. 2019

BRASIL. Ministério da Educação. **Linha do tempo – Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB Nº 6 de 20 de setembro de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 27 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB Nº 2 de 09 de outubro de 2018. **Define Diretrizes Operacionais complementares para a matrícula inicial de crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, respectivamente, aos 4 (quatro) e aos 6 (seis) anos de idade.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/> Acesso em: 08 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrada ao Ensino Médio. Documento Base.** Acesso em: 28 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio: proposta de diretrizes curriculares nacionais.** Brasília. Ed. Moderna, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Manual de Gestão do Bolsa-Formação.** Brasília. 2º edição. 2017.

BRASIL. Projeto de Lei nº 22/2019 – CN. **Dispõe a Lei Orçamentária Anual 2020.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa/2020/tramitacao/proposta-do-poder-executivo> . Acesso em: 20 Fev. 2020.

BRASIL. Resolução CD/FNDE nº 04/2012 de 04 de março de 2012. **Altera a Resolução CD/FNDE nº 62, de 11 de novembro de 2011.** Disponível em: <https://www.fnde.gov.br>. Acesso em: 18 ago. 2019.

CARMO-NETO, Dionísio. **Lógica da Pesquisa Científica.** Salvador-BA, Faceba & Unyahna, 2001.

CASTRO, Claudio de Moura. **A Prática da Pesquisa.** São Paulo. Ed. McGraw-Hill do Brasil, 1938.

COLÉGIO AGRÍCOLA VIDAL DE NEGREIROS – UFPB. Disponível em: <http://www.cavn.ufpb.br>. Acesso em: 01 jul. 2019.

COUTINHO, Ticiania Patrícia da Silveira Cunha; SILVA, Rosália de Fátima e. **A educação profissional de 1964 a 1984: a dualidade estrutural como uma realidade.** Anais do III Colóquio Nacional | Eixo Temático I – Políticas em educação profissional. 2014. Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2016/02/Artigo-40.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2019.

**Como funciona o bem-sucedido ensino técnico da Alemanha.** Revista Educação, n. 231, ago 2016. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2016/08/08/como-funciona-o-bem-sucedido-ensino-tecnico-da-alemanha/> . Acesso em: 27 jun. 2019

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens.** Porto Alegre: Penso, 2014.

ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE – UFPB. Disponível em: <http://www.ets.ufpb.br>. Acesso em: 01 jul. 2019

FERES, Marcelo Machado. **A contribuição do Pronatec para a expansão da educação profissional brasileira.** Mapa da educação profissional e tecnológica: Experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras. Capítulo 3. Brasília, 2015.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa [recurso eletrônico]: um guia para iniciantes.** Porto Alegre: Penso, 2012.

FRANCO, Luiz Antonio Carvalho; SAUERBRONN, Sidnei. **Breve histórico da formação profissional no Brasil.** São Paulo: Fundação Cenafor, 1984.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista.** São Paulo, Cortez, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado?** *Trab. educ. saúde*[online]. 2003, vol.1, n.1, pp.45-60. ISSN 1981-7746. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462003000100005>. Acesso em: 06 jul. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. - São Paulo. Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** RAE-Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995

- HERMIDA, Jorge Fernando; BONFIM, Cláudia Ramos de Souza. **A educação à distância: história, concepções e perspectivas.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.166–181, ago 2006. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art11\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art11_22e.pdf). Acesso em: 23 Jan. 2020.
- KUENZER, Acacia Zeneida. **Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente.** *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1153-1178, out. 2007.
- KUENZER, Acacia Zeneida. **Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado neoliberal.** São Paulo: Cortez, 1997.
- KUENZER, Acacia Zeneida. **Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo.** São Paulo: Cortez, 1997.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Porto Alegre. Ed. Artmed, 1999.
- LIMA, Marcos Ricardo de. **Pronatec- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego: uma crítica na perspectiva marxista.** Revista da RET Rede de Estudos do Trabalho. Ano V – Número 11. 2012. Disponível em [http://www.estudosdotrabalho.org/RRET11\\_7.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/RRET11_7.pdf). Acesso em: 18 ago. 2019.
- MACEDO, Pedro Clei Sanches. **Educação profissional e desenvolvimento territorial: a expansão dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia.** Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica. 2017.
- MAIA, Marta de Campos; MENDONÇA, Ana Lúcia; GÓES, Paulo. **Metodologia de Ensino e Avaliação de Aprendizagem.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 12., 2005, Florianópolis-SC. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2005/por/pdf/206tcc5.pdf>. Acesso em: 23 Jan. 2020.
- MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil.** São Paulo. Cortez, 2002.
- MARTINS, Ives Gandra Silva. **Tratado de direito financeiro**, vol. 2, 2.ed. Saraiva, 2013. [Minha Biblioteca].

MEYER JÚNIOR, Victor. **Planejamento universitário: ato racional, político ou simbólico – um estudo de caso nas universidades brasileiras.** Revista Alcance, Florianópolis, v. 12, 2005.

MOURA, Dante Henrique. **Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração.** Holos, Ano 23, Vol. 2 – 2007.  
Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>  
Acesso em: 15 ago. 2019

NETO, Darci Medeiros. **Capacitação em Orçamento Público para os docentes gestores universitários do Campus I da UFPB: por uma execução orçamentária com eficiência.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – MPPGAV. João Pessoa, 2019.

NUNES, Renata Cristina. **A avaliação em educação a distância é inovadora? Uma reflexão.** Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 23, n. 52, p. 274-299, maio/ago. 2012. Disponível em:  
<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/1940/1923>. Acesso em: 23 Jan. 2020.

OLIVEIRA, Antonio Cardoso; CÓSSIO, Maria de Fátima. **O atual cenário da educação profissional no Brasil.** XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE 2013. Curitiba, 2013.

OTRANTO, Celia Regina. **A política de educação profissional do Governo Lula: novos caminhos da educação superior.** 34ª Reunião Anual da ANPEd. Natal, 2011.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Gestão democrática da educação: Desafios contemporâneos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PIMENTEL, Fernanda Cruvinel; MORAES, Raquel de Almeida. **A Teoria do Capital Humano e a Concepção Produtivista na Educação Brasileira: EaD em Foco.**

Revista Contrapontos - Eletrônica, Vol. 17 - n. 2 - Itajaí, Abr-Jun 2017. Disponível em: [www.univali.br/periodicos](http://www.univali.br/periodicos). ISSN: 1984-7114. Acesso em: 07 jul. 2019.

PIRES, Valdemir. **Economia da educação: Para além do capital humano**. São Paulo: Cortez, 2005.

PRODANOV, Cleber Cristiano, FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

RIBEIRO-ANDRADE, E. **O despertar da pesquisa científica na formação universitária: um caminho possível**. Disponível em: [www.seer.perspectivasonline.com.br/index.php/humanas\\_sociais\\_e\\_aplicadas/article/view/854](http://www.seer.perspectivasonline.com.br/index.php/humanas_sociais_e_aplicadas/article/view/854)

SAMPIERI, Roberto Hernandez. **Metodologia de Pesquisa**. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Shilton Roque dos; AZEVEDO, Marcio Adriano. **A contrarreforma do ensino médio e os rumos da educação profissional no Brasil**. Revista Labor Fortaleza/CE, jul/dez 2018 nº 20, Vol. 01, pp. 78-95 ISSN 1983-5000

SILVA, Jovânia Mar Jovânia Marques de Oliveira e, LOPES, Regina Lúcia Mendonça, DINIZ, Normélia Maria Freire Diniz . **Fenomenologia**. Salvador, BA – 2006.  
Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v61n2/a18v61n2.pdf> Acesso em: 15 abr. 2019.

SILVA FILHO, Roberto L. Lobo e. **A importância da Pesquisa Científica**. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,a-importancia-da-pesquisa-cientifica-imp-,547061>. Acesso em: 15 abr. 2019.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). **Dicionário Paulo Freire.** – 2. ed., rev. amp. 1. reimp. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Planos de Desenvolvimento**

**Institucional 2019-2023.** Disponível em:

[http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/pdi/pdi\\_2019-2023\\_posconsuni-1.pdf](http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/pdi/pdi_2019-2023_posconsuni-1.pdf). Acesso em: 27 Jan. 2020.

## **LISTA DE APÊNDICES**

**Apêndice A** - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

**Apêndice B** - Questionário aplicado aos egressos

**Apêndice C** - Questionário aplicado aos profissionais

**APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E  
ESCLARECIDO (TCLE)**

Prezado Senhor(a)

O(A) Sr.(a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: O CASO DO MEDIOTEC NA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**, desenvolvida por **LUCIANA DÉLIA DANTAS DE MEDEIROS**, aluno regularmente matriculado **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR** do **Centro de Educação** da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Profa. Dra. **ANA PAULA FURTADO SOARES PONTES**.

Os objetivos da pesquisa são: Geral: Analisar o desenvolvimento do Programa MedioTec no âmbito da ETS/UFPB, como uma política de educação profissional. Específicos: Apresentar panorama legal e histórico da educação profissional no Brasil e o MedioTec, situando-o como Política de EPT; Analisar a proposta pedagógica do MedioTec na ETS/UFPB; Avaliar a execução financeira do MedioTec no âmbito da ETS/UFPB; Discutir a implementação do Programa a partir da compreensão dos sujeitos envolvidos.

Justifica-se o presente estudo por se tratar de um Programa relativamente novo, havendo carência de trabalhos voltados para o tema específico, tornando assim a pesquisa necessária. Ademais, devido referir-se à experiência inicial da UFPB na oferta de cursos do Programa MedioTec, surge a necessidade de problematizar seus resultados, bem como possíveis correções, a fim de que possa discutir uma possível continuidade do projeto. A literatura sobre o tema é escassa e pouco divulgada, fato que despertou real interesse em estudá-lo e divulgá-lo.

A participação do(a) sr.(a) na presente pesquisa é de fundamental importância, mas será voluntária, não lhe cabendo qualquer obrigação de fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelos pesquisadores se não concordar com isso, bem como, participando ou não, nenhum valor lhe será cobrado, como também não lhe será devido qualquer valor.

Caso decida não participar do estudo ou resolver a qualquer momento dele desistir, nenhum prejuízo lhe será atribuído, sendo importante o esclarecimento de que os riscos da sua participação são considerados mínimos, limitados à possibilidade de eventual desconforto psicológico ao responder o questionário que lhe será apresentado, para que isso não venha a ocorrer, será escolhido um local privado sem a interferência de pessoas alheias ao estudo, enquanto que, em contrapartida, os benefícios obtidos com este trabalho serão importantíssimos e traduzidos em esclarecimentos para a população estudada.

Em todas as etapas da pesquisa serão fielmente obedecidos os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil.

Solicita-se, ainda, a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos ou divulgá-los em revistas científicas, assegurando-se que o seu nome será mantido no mais absoluto sigilo por ocasião da publicação dos resultados.

Caso a participação de vossa senhoria implique em algum tipo de despesas, as mesmas serão ressarcidas pelo pesquisador responsável, o mesmo ocorrendo caso ocorra algum dano.

A pesquisadora responsável estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que fui devidamente esclarecido (a) quanto aos objetivos, justificativa, riscos e benefícios da pesquisa, e dou o meu consentimento para dela participar e para a publicação dos resultados, assim como o uso de minha imagem nos slides destinados à apresentação do trabalho final. Estou ciente de que receberei uma cópia deste documento, assinada por mim e pelo pesquisador responsável, como trata-se de um documento em duas páginas, a primeira deverá ser rubricada tanto pelo pesquisador responsável quanto por mim e ambas assinadas pelos mesmos.

João Pessoa-PB, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

---

Luciana Délia Dantas de Medeiros

Pesquisadora responsável

---

Participante da Pesquisa

**APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS EGRESSOS****PERFIL**

1 - Qual sua faixa etária?

- Até 14 anos
- De 15 a 17 anos
- De 18 a 23 anos
- Acima de 24 anos

7 – Qual seu gênero?

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não responder

8 - Quantas pessoas moram na sua casa?

- Até 02
- De 03 a 05
- Acima de 05

4 - Qual a renda total da família? ? Considere o valor atual do salário mínimo (R\$ 998,00)

- Até 1 salário mínimo (R\$ 998,00)
- De 1 até 2 salários mínimos (R\$ 998,01 a R\$ 1.996,00)
- Acima de 2 salários mínimos (cima de R\$ 1.996,00)

5 - Qual o polo de apoio você frequentou?

- Conde
- Lucena
- Rio Tinto
- João Pessoa
- Cuité de Mamanguape
- Pitimbu

**SOBRE SUA EXPERIÊNCIA NO MEDIOTEC**

6 - Quais motivos levaram você a fazer um dos cursos oferecidos pelo MedioTec?

(Marque até 3 opções)

- Ensino gratuito
- Ensino à distância
- Expectativa de inclusão social
- Influência da família ou amigos
- Obtenção de uma certificação profissional
- Possibilidade de conciliar o ensino médio e/ou o trabalho ao curso técnico
- Possibilidade de conseguir um bom emprego
- Possibilidade de ganhar melhores salários
- Queria preencher o tempo vago do dia
- Outro: \_\_\_\_\_

7 - Por que você optou por fazer um dos cursos oferecidos pelo MedioTec na Escola Técnica de Saúde da UFPB? (Marque até 3 opções)

- Na minha região não existem outras ofertas de cursos técnicos e/ou superiores
- Por ser uma escola de referência
- Por ter recebido indicação de alguém que já tenha estudado na ETS/UFPB
- Por oferecer um curso de meu interesse
- Por falta de uma opção mais viável
- Outro: \_\_\_\_\_

8 – Durante o curso você pensou em desistir?

- Sim
- Não

9 – Quais dificuldades ou problemas surgiram durante seu curso que prejudicaram seu desempenho ou o (a) fez repensar se iria permanecer no curso? (Marque até 3 opções)

- Atraso no pagamento do auxílio financeiro (bolsa)
- Aulas presenciais insuficientes
- Baixa qualidade na estrutura dos polos de ensino
- Dificuldade em acompanhar o nível elevado das aulas e atividades

- Dificuldade de atendimento do plantão tira-dúvidas
- Dificuldade de acesso à internet/computadores/smartphones
- Dificuldades financeiras
- Dificuldade em conciliar o ensino médio com o curso técnico
- Dificuldade em conciliar o estudo com o trabalho
- Dificuldade de assimilação da cultura de EaD
- Dificuldade na metodologia utilizada pelos professores/mediadores
- Falta de apoio dos professores/mediadores/coordenadores
- Falta ou insuficiência de informações por parte da Coordenação ou da ETS/UFPB
- Falta ou baixa qualidade do material didático
- Falta de identificação com o curso
- Falta de habilidade para usar as tecnologias da Ead
- Insuficiência de aulas práticas
- Mudança de interesse pessoal ou profissional
- Mudança de residência ou cidade
- Problemas no sistema Moodle
- Problemas de saúde seus ou de seus familiares
- Problemas financeiros
- Responsabilidade econômica no sustento da Família
- Transporte ruim ou inexistente para deslocamento aos polos
- Outro: \_\_\_\_\_

10 - Quais os aspectos positivos do curso? (Marque até 3 opções)

- Auxílio Financeiro (bolsa paga pelo curso para ajudar nas despesas alimentação/transporte)
- Boa qualidade da estrutura dos polos de ensino
- Incentivo dos professores/mediadores/coordenadores
- Interação com pessoas de outros lugares
- Preparação para o mercado de trabalho
- Qualidade do curso
- Qualidade da equipe de profissionais envolvidos (professores, mediadores, coordenadores, etc)
- Qualidade do material didático
- Qualidade das aulas
- Outro:

11 – Como você avalia o curso no qual se formou?

- Excelente
- Bom
- Regular
- Ruim
- Péssimo

12 – Você acha que saiu bem preparado quando concluiu o curso técnico? Por quê?

---

---

13 - Você recorda de alguma disciplina na qual foram realizadas aulas práticas? Em caso afirmativo, descreva onde e como foram realizadas essas aulas

---

---

14 - Qual foi a periodicidade da realização dessas aulas práticas?

- Semanal
- Quinzenal
- Mensal
- Inexistente
- Outro: \_\_\_\_\_

15 - Ainda em relação às aulas práticas, em geral, como você avalia a qualidade dessas aulas?

- Muito satisfatória
- Satisfatória
- Pouco Satisfatória

16 – Surgiu alguma oportunidade de emprego após a conclusão do curso? Caso afirmativo, de que forma o certificado do curso técnico obtido contribuiu para seu aproveitamento na vaga?

---

---

17 – Você pretende ingressar no ensino superior? Por quê? \*

---

---

18 – Caso deseje cursar o ensino superior, optaria pela mesma área da sua formação técnica? Por quê?

---

---

19 – Você indicaria o curso do MedioTec para outras pessoas? Por quê?

---

---

20 – E você, faria outro curso oferecido pelo Programa MedioTec na ETS/UFPB?

Sim

Não

Talvez

21 – Quais contribuições o MedioTec trouxe para sua vida pessoal e profissional?

---

---

22 – Quais suas sugestões para melhoria do Programa MedioTec?

---

---

**APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFISSIONAIS****PERFIL**

1 – Em qual das funções a seguir você atuou no MedioTec/ETS/UFPB??

- Professor Formador
- Mediador à distância
- Mediador Presencial
- Coordenador de Curso
- Coordenador de Polo

2 – Qual seu nível de escolaridade?

- Médio ou Técnico
- Graduação
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-Doutorado

3- Quanto tempo você ficou vinculado ao MedioTec?

- Até 01 semestre
- De 01 a 02 semestres
- De 02 a 03 semestres

4- Qual o polo no qual você atuou?

- Conde
- Cuité de Mamanguape
- João Pessoa
- Lucena
- Pitimbu
- Rio Tinto
- Outro: \_\_\_\_\_

**SOBRE SUA EXPERIÊNCIA NO MEDIOTEC**

5- Quais motivos levaram você a trabalhar no Programa MedioTec/ETS/UFPB? Aceita mais de uma resposta

- Experiência
- Oportunidade de contribuir com a educação de jovens desfavorecidos
- Remuneração
- Outro: \_\_\_\_\_

6 - No seu entendimento, quais motivos levaram os alunos a ingressarem ou a continuarem no Programa MedioTec/ETS/UFPB? (Marque até 03 opções)

- Auxílio Financeiro (bolsa)
- Boa qualidade da estrutura dos polos de ensino
- Ensino à distância
- Ensino Gratuito
- Expectativa de inclusão social
- Incentivo dos professores/mediadores/coordenadores Influência da família ou amigos
- Interação com pessoas de outros lugares
- Preencher o tempo ocioso
- Possibilidade de conciliar o ensino médio e/ou o trabalho ao curso técnico
- Possibilidade de conseguir um bom emprego Possibilidade de ganhar melhores salários
- Possibilidade de obter uma certificação profissional
- Qualidade do curso
- Qualidade da equipe de profissionais envolvidos (professores, mediadores, coordenadores, etc)
- Qualidade do material didático
- Outro: \_\_\_\_\_

7 - Como você avalia o perfil dos alunos antes de ingressar no Programa? (Considere por perfil prévio a capacidade do aluno de ingressar e de se desenvolver no curso)

---

---

8 - Pela sua avaliação, os alunos sentiam-se motivados a concluir o curso? Por quê?

---

---

9 - Qual o nível de motivação dos alunos para concluir o curso?

- Elevado
- Médio
- Baixo
- Inexistente

10 - Houve evasão nas turmas acompanhadas por você?

- Sim
- Não

11 – Em caso afirmativo para a questão 10, quais as causas que você acredita terem motivado essa evasão? (Marque até 03 opções)

- Atraso no pagamento do auxílio financeiro (bolsa)
- Aulas presenciais insuficientes
- Baixa qualidade na estrutura dos polos de ensino
- Dificuldade em acompanhar o nível elevado das aulas e atividades
- Dificuldade de atendimento do plantão tira-dúvidas
- Dificuldade de acesso à internet/computadores/smartphones
- Dificuldades financeiras
- Dificuldade em conciliar o ensino médio com o curso técnico
- Dificuldade em conciliar o estudo com o trabalho
- Dificuldade de assimilação da cultura de EaD
- Dificuldade na metodologia utilizada pelos professores/mediadores
- Falta de apoio dos professores/mediadores/coordenadores
- Falta ou insuficiência de informações por parte da Coordenação ou da ETS/UFPB
- Falta ou baixa qualidade do material didático
- Falta de identificação com o curso
- Falta de habilidade para usar as tecnologias da Ead
- Insuficiência de aulas práticas
- Mudança de interesse pessoal ou profissional

- Mudança de residência ou cidade
- Problemas no sistema Moodle
- Problemas de saúde dos alunos ou de seus familiares
- Problemas financeiros
- Responsabilidade econômica no sustento da Família
- Transporte ruim ou inexistente para deslocamento aos polos
- Outro: \_\_\_\_\_

12 - Em relação às aulas práticas, com que frequência ocorreram?

- Mais de 03 vezes no módulo
- De 02 a 03 vezes no módulo
- 01 vez no módulo
- Raramente
- Não ocorreram

13 - Situe as aulas práticas que ocorreram (como eram planejadas e realizadas, onde ocorreram, se foi disponibilizado material necessário).

---

---

14 - Quanto às avaliações, quais os procedimentos e/ou instrumentos utilizados? Admite até 03 respostas

- Atividades online
- Jogos interativos (quizzes)
- Trabalhos de pesquisa
- Seminários
- Produção textual
- Provas escritas
- Provas práticas
- Outro: \_\_\_\_\_

15 - Quais as dificuldades encontradas por você no desempenho de suas atividades no Programa MedioTec/ETS/UFPB?

---

---

16 - Qual a avaliação que você faz do Programa MedioTec/ETS/UFPB quanto aos resultados alcançados? Justifique.

---

---

17 - Você acha que o MedioTec/ETS/UFPB deveria continuar? Por quê?

---

---

18 - Quais suas sugestões para melhoria do Programa MedioTec/ETS/UFPB?

---

---

## LISTA DE ANEXOS

**Anexo A** – Tabela de cargos e atribuições dos profissionais MedioTec/UFPB

**Anexo B** – Matriz Curricular do Curso Técnico em Análises Clínicas

**Anexo C** – Matriz Curricular do Curso Técnico em Cuidado de Idosos

**Anexo D** – Matriz Curricular do Curso Técnico em Guia de Turismo

**Anexo E** – Matriz Curricular do Curso Técnico em Análises Meio Ambiente

**ANEXO A - TABELA DE CARGOS E ATRIBUIÇÕES DOS  
PROFISSIONAIS MEDIOTEC/UFPB**

<b>CARGO</b>	<b>ATRIBUIÇÕES</b>
Coordenador de Curso	a) Coordenar todo o funcionamento do curso e das respectivas turmas; b) Elaborar, em conjunto com a coordenação adjunta, de polo e a direção do CAVN ou da ETS, a logística das aulas presenciais; c) Interagir com as áreas acadêmicas e organizar a oferta dos cursos; d) Assegurar a acessibilidade para a plena participação de pessoas com deficiência e) Apresentar ao coordenador-adjunto, ao final do curso ofertado, relatório das atividades e do desempenho dos estudantes e docentes; f) Elaborar relatório mensal sobre as atividades de ensino para encaminhar ao coordenador adjunto; g) Ao final do curso, adequar e sugerir modificações na metodologia de ensino adotada, realizar análises e estudos sobre o desempenho do curso; h) Supervisionar a constante atualização no sistema SISTEC, dos registros de frequência e desempenho acadêmico dos beneficiários; i) Comparecer à reunião mensal com o coordenador adjunto;
Coordenador de Pólo	a) Zelar pelo funcionamento do polo nos períodos determinados pela coordenação geral garantindo o acesso dos alunos as plataformas de aprendizagem; b) Interagir com as áreas acadêmicas; c) Facilitar a acessibilidade para a plena participação de pessoas com deficiência; d) Apoiar as atividades acadêmicas e administrativas e de orientador.

	<p>e) Comunicar a coordenação geral e adjunta do e-Tec, coordenações de curso e apoio administrativo as ocorrências do polo por ele coordenado;</p> <p>f) Zelar pelo patrimônio público dos polos.</p> <p>g) Elaborar relatório mensal sobre as atividades de ensino para encaminhar ao coordenador de curso;</p> <p>h) Ao final do curso, adequar e sugerir modificações na metodologia de ensino adotada, realizar análises e estudos sobre o desempenho no polo;</p> <p>i) Participar dos encontros de coordenação promovidos pelos coordenadores geral, adjunto e de curso.</p>
Professor Formador	<p>a) planejar e postar as aulas no ambiente virtual de aprendizagem;</p> <p>b) planejar e articular pedagogicamente as atividades didáticas (teóricas e práticas);</p> <p>c) planejar e organizar as aulas em parceria com os professores mediadores;</p> <p>d) coordenar o trabalho dos professores mediadores</p> <p>e) registrar no Sistema Nacional de Informação da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) e no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da UFPB (SIGAA) a frequência e o desempenho acadêmico dos estudantes;</p> <p>f) adequar conteúdos, materiais didáticos, mídias e bibliografia às necessidades dos estudantes;</p> <p>g) participar dos encontros de coordenação promovidos pelos coordenadores geral e adjunto;</p>
Mediador à distância	<p>a) atuar de maneira articulada com o professor formador e o mediador presencial;</p> <p>b) corrigir atividades didáticas e avaliações;</p> <p>c) auxiliar nas aulas presenciais quando necessário;</p> <p>d) dar suporte pedagógico aos aprendentes no ambiente virtual de aprendizagem;</p>

	e) participar dos encontros de coordenação promovidos pelos coordenadores geral, adjunto e de curso;
Mediador presencial	<p>a) atuar de maneira articulada com o professor formador e o mediador à distância;</p> <p>b) participar de todas as aulas práticas e presenciais;</p> <p>c) dar suporte pedagógico aos aprendentes nos pólos durante a semana quando necessário;</p> <p>d) participar dos encontros de coordenação promovidos pelos coordenadores geral, adjunto e de curso;</p>
Equipe Multidisciplinar (assistente social, pedagogo e psicólogo)	Apoio às coordenações de curso e de polo, bem como aos mediadores na assistência aos alunos
Equipe Administrativo (secretaria, contador, técnico em informática, analista de sistemas)	<p>Secretaria</p> <p>a) Alimentar os sistemas virtuais de aprendizagem e de apoio administrativo do Programa MedioTec sob a orientação das coordenações geral e adjunta;</p> <p>b) Auxiliar os professores no registro da frequência e do desempenho acadêmico dos estudantes no sistema SISTEC e na plataforma AVA Moodle;</p> <p>c) Participar dos encontros presenciais quando necessário;</p> <p>d) Realizar matrícula dos estudantes, a emissão de: declarações e certificados e a organização; de pagamentos dos bolsistas, entre outras atividades administrativas e financeiro orçamentárias determinadas pelos coordenadores geral e adjunto;</p> <p>e) Prestar serviços de atendimento à pessoa com deficiência física;</p> <p>g) Dar suporte a coordenação geral e adjunta.</p> <p>Contador:</p> <p>a) Execução orçamentária e financeira do Programa;</p> <p>b) Elaborar relatórios contábeis necessários às decisões estratégicas do Programa;</p>

	<p>c) Articular a tramitação dos processos com a equipe contábil da UFPB;</p> <p>d) Intermediar a comunicação da coordenação do Programa com p FNDE;</p> <p>Técnico em Informática:</p> <p>a) Apoiar alunos, docentes e coordenações dando suporte na manutenção e pequenos reparos dos equipamentos do Programa;</p> <p>b) Acompanhar e subsidiar a atuação da comissão de seleção durante processos seletivos;</p> <p>c) Auxiliar os professores no registro da frequência e do desempenho acadêmico dos estudantes no sistema SISTEC e na plataforma AVA Moodle;</p> <p>d) Aplicar a interação humano-computador nas ferramentas EaD;</p> <p>e) Gerenciar e otimizar processos de funcionamento dos sistemas EaD</p> <p>Analista de sistemas:</p> <p>a) responder pela integração do ambiente virtual de aprendizagem do MedioTec ao SIGAA/UFPB e demais sistemas da UFPB, quando necessário;</p> <p>b) dar suporte técnico às coordenações;</p> <p>c) participar, quando houver necessidade, dos encontros promovidos pelas coordenações;</p> <p>d) ministrar cursos de qualificação para os profissionais e para os alunos sobre a ambientação com as plataformas virtuais de aprendizagem;</p>
--	--

**ANEXO B - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM  
ANÁLISES CLÍNICAS**

<b>Módulos</b>	<b>Disciplinas</b>	<b>Carga horária teórico/prática</b>	<b>Carga horária do módulo</b>
<b>Módulo I</b>	Ambientação em educação a distância	45h	390h
	Química	45h	
	Português instrumental	30h	
	Introdução às análises clínicas	60h	
	Noções de biossegurança	45h	
	Inglês instrumental	30h	
	Fundamentos de anatomia e fisiologia humana	60h	
	Psicologia aplicada	45h	
	Introdução á bioquímica	30h	
<b>Módulo II</b>	Primeiros socorros	45h	405h
	Ética profissional	30h	
	Técnicas de triagem e coleta	45h	
	Introdução ao SUS	60h	
	Parasitologia	60h	
	Bioquímica para análises clínicas	75h	
	Fundamentos de citologia, histologia e genética	45h	
	Introdução á microbiologia e imunologia	45h	
<b>Módulo III</b>	Hematologia	75h	405h
	Urinálises	60h	
	Vigilância em saúde para análises clínicas	45h	
	Imunologia	75h	
	Controle de qualidade	45h	
	Empreendedorismo	45h	
	Microbiologia	60h	
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO</b>			<b>1200h</b>

Fonte: Resolução 32/2018 CONSEPE

**ANEXO C - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM CUIDADOS  
DE IDOSOS**

<b>Módulos</b>	<b>Disciplinas</b>	<b>Carga horária teórico/prática</b>	<b>Carga horária do módulo</b>
<b>Módulo I</b>	Ambientação em Educação à Distância	44h	484h
	O Cuidado e o Cuidador	32h	
	Prática Integrada ao Cuidado	36h	
	Envelhecimento Humano	32h	
	Processo Saúde e Doença	40h	
	Psicologia do Envelhecimento	32h	
	Português Instrumental	36h	
	Anatomia e Fisiologia Humana no Processo de Envelhecimento	44h	
	Prevenção de Acidentes	28h	
	Primeiros Socorros	28h	
	Ética Profissional	28h	
	Bioética e Espiritualidade	44h	
	Empreendedorismo	28h	
Higiene Ocupacional	32h		
<b>Módulo II</b>	Introdução à Informática	40h	468h
	Política Pública e Envelhecimento	56h	
	Agravos e Doenças na 3ª idade	108h	
	Farmacologia Básica	40h	
	Nutrição e Envelhecimento	36h	
	Cuidados com a Saúde do Idoso I	120h	
	Saúde bucal e Envelhecimento	32h	
	Envelhecimento, Sexualidade e gênero	36h	
<b>Módulo III</b>	Contação e Audição de Histórias na 3ª Idade	60h	248h
	Cuidados com a Saúde do Idoso II	84h	
	Emergência Geriátrica	40h	
	Lazer, atividade física e laborativas	64h	
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO</b>			<b>1200</b>

Fonte: Resolução 12/2019 CONSEPE

**ANEXO D - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM GUIA DE  
TURISMO**

<b>Módulos</b>	<b>Disciplinas</b>	<b>Carga horária teórico/prática</b>	<b>Carga horária do módulo</b>
<b>Módulos I e II</b>	Ambientação em educação a distância	30h	<b>800h</b>
	Português instrumental	40h	
	Inglês Aplicado	40h	
	Espanhol Aplicado	40h	
	Introdução à Informática	30h	
	Matemática e Estatística Aplicada ao Turismo	40h	
	História da Arte	40h	
	Relações Humanas	20h	
	Fundamentos do Turismo e da Hospitalidade	40h	
	Recursos Ambientais aplicados ao Turismo e à Legislação	40h	
	História Regional e da Paraíba	50h	
	Geografia Regional e da Paraíba	40h	
	Segurança, Meio Ambiente e Saúde	20h	
	Manifestações Culturais	40h	
	Técnica de Trabalho para Guias de Turismo	40h	
Prática Profissional para Guia de Turismo Regional	250h		
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO</b>			<b>800h</b>

**Fonte:** Resolução 08/2018 CONSUNI

**ANEXO E - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE**

<b>Módulos</b>	<b>Disciplinas</b>	<b>Carga horária teórico/prática</b>	<b>Carga horária do módulo</b>
<b>Módulo I</b>	Ambientação em Educação a Distância	60h	425h
	Português Instrumental	30h	
	Introdução a Informática	30h	
	Introdução ao estudo do meio Ambiente	40h	
	Ecologia dos Ecossistemas	45h	
	Educação Ambiental	60h	
	Relações Interpessoais, Bioética e Cidadania	40h	
	Análise dos Impactos Ambientais	60h	
	Planejamento e Elaboração de Projetos e Relatórios Ambientais	60h	
<b>Módulo II</b>	Desenvolvimento Sustentável	60h	380h
	Anatomia e Fisiologia vegetal	40h	
	Inglês Instrumental	30h	
	Geografia Ambiental	60h	
	Química Ambiental	45h	
	Sistema Integrado de Gestão	60h	
	Meio Ambiente e Saúde Pública	40h	
	Recursos Hídricos e saneamento básico.	45h	
<b>Módulo III</b>	Oficinas de Educação Ambiental	40h	395h
	Recuperação de Áreas Degradadas	45h	
	Microbiologia Ambiental	40h	
	Empreendedorismo e Planejamento ambiental	40h	
	Geologia Ambiental	40h	
	Gestão Integrada de Resíduos	75h	
	Economia para o Meio Ambiente	30 h	
	Empreendedorismo e ecoturismo	40h	
	Matemática e Estatística aplicada	45h	
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO</b>			<b>1200</b>

Fonte: Resolução 36/2018 CONSEPE